

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO**

LUIZ GILBERTO BIRCK

**AGRONEGÓCIO COOPERATIVO:
A INSERÇÃO ECONÔMICA DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR**

**Toledo-Pr
2005**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO

LUIZ GILBERTO BIRCK

AGRONEGÓCIO COOPERATIVO:
A INSERÇÃO ECONÔMICA DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Toledo, para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Angel Uribe Opazo
Co-orientador: Prof. Dr. Régio Marcio Toesca Gimenes

Toledo-Pr

2005

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

B617a Birck, Luiz Gilberto
Agronegócio cooperativo : a inserção econômica da
Cooperativa Agroindustrial Lar / Luiz Gilberto Birck. --
Toledo, PR : [s. n.], 2005.
108 f.

Orientador: Dr. Miguel Angel Uribe Opazo
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Cooperativismo – Paraná, Região Oeste 2.
Desenvolvimento regional – Paraná, Região Oeste 3.
Cooperativas agropecuárias 4. Agroindustrialização 5.
Cooperativa Agroindustrial Lar 6. Investimentos I. T.

CDD 20. ed. 334.68098162

TERMO DE APROVAÇÃO

LUIZ GILBERTO BIRCK

AGRONEGÓCIO COOPERATIVO: A INSERÇÃO ECONÔMICA DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo.

Prof. Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Dr.
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA

Prof. Miguel Angel Uribe Opazo, Dr.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Prof. Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Dr.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Prof^a. Fátima Maria Pegorini Toesca, Dra.
Universidade Paranaense - UNIPAR

Toledo, 13 de dezembro de 2005

DEDICATÓRIA

A Deus, por me ensinar o caminho da fé.

Aos meus pais José e Maria, por me ensinarem o valor do saber.

À minha esposa e companheira Vania, pela infinita paciência e compreensão.

Às minhas filhas Juliana e Marina, por entenderem a ausência do pai.

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas, de uma forma ou de outra, contribuíram na elaboração desta pesquisa.

Entretanto, gostaria de fazer alguns agradecimentos especiais.

Primeiramente aos professores Miguel Angel Uribe Opazo e Régio Marcio Toesca Gimenes, pelas suas posturas como orientador e co-orientador, respectivamente, da minha dissertação, que me fazem lembrar das palavras de Willian George Ward: *“O pessimista queixa-se do vento, o otimista espera que ele mude e o realista ajusta as velas”*.

Também agradeço ao Presidente da Cooperativa Agroindustrial Lar, Sr. Irineo da Costa Rodrigues, que “abriu as portas” da sociedade cooperativa, para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

Com relação à Lar, gostaria, também, de externar meus agradecimentos aos amigos Ilson Antônio Sassi e Edgar Darife e, em especial ao amigo Cléidio Roberto Marshall, que foi o meu interlocutor junto à Lar.

Não posso deixar de agradecer ao amigo e colega de trabalho Amauri Vilmar Linke pelo auxílio ímpar na decomposição dos índices e valores nas Declarações Fisco Contábeis – DFCs.

Por fim, não posso deixar de externar meus agradecimentos ao meu ex-aluno Lucir Reinaldo Alves e ao colega e amigo Professor Jandir Ferrera de Lima pela disposição em contribuir com a qualidade da minha pesquisa, em especial aos métodos de desenvolvimento regional.

BIRCK, Luiz Gilberto. **Agronegócio Cooperativo : A Inserção Econômica da Cooperativa Agroindustrial Lar**. Toledo, 2005, 108 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Unioeste, campus de Toledo

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho foi analisar a inserção, no processo de agroindustrialização, da Cooperativa Lar, e os reflexos econômico-financeiros que os investimentos neste setor podem ter trazido a esta sociedade cooperativa e para o desenvolvimento da região de Medianeira. O estudo foi direcionado na aferição da alavancagem aos resultados econômico-financeiros da Cooperativa Agroindustrial Lar gerada pelos investimentos em industrialização, de 2000 a 2004. Ou seja, procurou-se verificar o aumento das suas fontes de receita com o processo de inserção na industrialização dos produtos agropecuários. Além disso efetuou-se a análise da Taxa de Retorno do Investimento que proporcionou a verificação acerca da viabilidade em termos de retorno financeiro à sociedade cooperativa a partir dos investimentos em ativos feitos pela Cooperativa Lar com sua entrada na agroindustrialização. Também se verificou a participação da agroindustrialização da Cooperativa Lar no retorno do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ao Poder Executivo do Município de Medianeira e, nos demais municípios em que a cooperativa Lar tem implantado plantas industriais, como é o caso de Itaipulândia, Missal, Matelândia, Céu Azul e Santa Helena, a partir dos investimentos em industrialização de 2000 a 2004. Por fim, este trabalho, analisou a influência das Unidades Industriais da Cooperativa Lar no desempenho do setor industrial da região de medianeira pela composição de uma matriz de informações que co-relacionou o emprego no referido setor, como variável-base, o que permitiu descrever o comportamento desse setor produtivo.

Palavras-chave: Agroindustrialização; Desenvolvimento Regional; Retorno sobre o Investimento

BIRCK, Luiz Gilberto. **Cooperative agribusiness: The economic insertion of the Cooperativa Agroindustrial Lar.** Toledo, 2005, 108 p Dissertation (Master degree in regional development and agribusiness) Post-graduation program in regional development and agribusiness, Unioeste – Campus of Toledo.

ABSTRACT

The main goal of this work is to analyze the insertion in the process of agro-industrialization of a Cooperative in order to realize the economic and financial responses that the investment on this area can be conveyed to this Cooperative and to the development of Medianeira City region. This study is directed to evaluate the improvement and the economic and financial results of this Cooperative generated through the investments in industrialization from 2000 to 2004. Thus, this work searched for verifying the improvement of its resource of revenue into the process of insertion in the industrialization of rural products. Besides this, it was done an analysis of the investment return tax, providing the verification on the capability in terms of financial return to the Cooperative Society of the investment done by the Cooperative by its access in the industrialization of a Cooperative in the return of the tax on Operations Related to the Goods Circulation and on Services of Inter-state and Inter-municipal Transportation and Communication (ICMS) to the Executive power of the City of Medianeira and in other Cities where the Cooperative has opened industry sites as it has happened in the Cities of Itaipulândia, Missal, Matelândia, Céu Azul and Santa Helena, from the time when the investments were applied in industrialization from 2000 to 2004. Finally, this work analyzed the influence of the Industry Units of the Cooperative in the performance of the industrial sector of the City of Medianeira and its region through the composition of an information center which brought in correlation the employment in this sector as a variable base permitting to describe the behavior of this productive sector.

Key-words: Agro-industrialization, regional development, return on the investment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos Municípios com Unidades Industriais da Lar na Região Oeste do Paraná	48
Figura 2 - Matriz de Informações	56
Figura 3 – Gráfico Comparativo da Participação da LAR no Retorno de ICMS de Céu Azul no Período de 2000 a 2004 (Por critério e Total).....	64
Figura 4 – Gráfico Comparativo da Participação da LAR no Retorno de ICMS de Itaipulândia no Período de 200 a 2004 (Por critério e Total)	66
Figura 5 – Gráfico Comparativo da Participação da LAR no Retorno de ICMS de Matelândia no Período de 200 a 2004 (Por critério e Total)	68
Figura 6 – Gráfico Comparativo da Participação da LAR no Retorno de ICMS de Medianeira no Período de 200 a 2004 (Por critério e Total)	70
Figura 7 – Gráfico Comparativo da Participação da LAR no Retorno de ICMS de Missal no Período de 200 a 2004 (Por critério e Total).....	72
Figura 8 – Gráfico Resumo do retorno de ICMS por município – Soma de 2000 a 2004.....	75
Figura 9 – Gráfico do Coeficiente de Localização dos Setores dos Municípios com Indústrias da LAR - 1995/2004	85
Figura 10 – Gráfico do Coeficiente de Especialização dos Municípios com indústrias da Indústria LAR – 1995/2004	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Céu Azul - 2000/2004.....	62
Tabela 2 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Itaipulândia - 2000/2004.....	65
Tabela 3 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Matelândia - 2000/2004.....	67
Tabela 4 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Medianeira - 2000/2004.....	69
Tabela 5 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Missal - 2000/2004.....	71
Tabela 6 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Santa Helena - 2000/2004.....	73
Tabela 7 - Resumo do retorno de ICMS por município.....	74
Tabela 8 – Demonstrativo do Ativo Total, Receita Bruta e Sobra Líquida para Destinação Legal, de 1995 a 2004.	76
Tabela 9 - Demonstrativo dos Índices em Cadeia e Variação Percentual do Ativo Total, Receita Bruta e das Sobras Líquidas para Destinação Legal.....	76
Tabela 10 – Cálculo da Taxa de Retorno do Investimento - RI	78

Tabela 11 - Quociente Locacional - <i>QL</i> dos Municípios com Indústrias da LAR- 1995/2004.....	83
Tabela 12 - Coeficiente de Localização - <i>CL</i> dos Setores dos Municípios com Indústrias da LAR - 1995/2004	85
Tabela 13 - Coeficiente de Especialização - <i>CE</i> dos Municípios com as Unidades industriais da LAR – 1995/2004.....	86
Tabela 14 - Coeficiente de Associação Geográfica - <i>CAG</i> dos Municípios com Indústrias da LAR – 1995/2000.....	88
Tabela 15 - Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl - <i>IHH</i> por Setor dos Municípios com indústrias da Indústria LAR – 1995/2004	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios de Rateio do ICMS	52
Quadro 2 - Quantidade de unidades industriais, localização e nº de funcionários. ..	81
Quadro 3 - Mão-de-obra por Ramos de Atividade dos Municípios com Indústrias da Lar e da Mesorregião Oeste – 1995/2000.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AT	Ativo Total
ATM	Ativo Total Médio
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CAG	Coeficiente de Associação Geográfica
CE	Coeficiente de Especialização
CL	Coeficiente de Localização
CMV	Custo das Mercadorias Vendidas
COTREFAL	Cooperativa Agrícola Três Fronteiras Ltda
DERAL	Departamento de Economia Rural
DFC	Declarações Fisco Contábeis
DRE	Demonstrações de Resultado do Exercício
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
IHH	Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IR	Índice de Retorno
IPVA	Transferência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
MARIPÁ	Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A.
MO	Mão-de-obra ocupada
NGC	Nova Geração das Cooperativas
NORCOOP	Projeto Norte de Cooperativismo
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
ONG	Organização Não-Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
QL	Quociente Locacional
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RB	Receita Bruta
RECOOP	Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária
TRI	Taxa de Retorno do Investimento
SDL	Sobras Líquidas para Destinação Legal
SEAB	Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento
SL	Sobras Líquidas
SULCOOP	Projeto Sul de Cooperativismo
TRI	Taxa de Retorno do Investimento
VA	Valor Adicionado
VAT	Valor Adicionado Total
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	6
2.1 Crescimento Econômico Regional.....	7
2.2 A Teoria da Localização	13
2.3 Pólos de Crescimento.....	14
2.4 A Inserção do Oeste Paranaense na Economia Brasileira	16
2.5 Agronegócio Cooperativo	26
2.5.1 As Sociedades Cooperativas.....	30
2.5.2 As Cooperativas e a Agroindustrialização	43
3. METODOLOGIA	50
3.1 Alavancagem aos Resultados Econômicos e Financeiros da Sociedade Cooperativa	50
3.2 Participação da Agroindustrialização da Lar no Retorno do ICMS	51
3.3 A Influência das Indústrias Lar no Desempenho do Setor Industrial da Região de Medianeira	54
3.4. Coleta de Dados	60
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
4.1 Participação da Agroindustrialização da Lar no Retorno do ICMS	62
4.2 Alavancagem aos Resultados Econômicos e Financeiros da Sociedade Cooperativa	75
4.3 Influência das Unidades Industriais da Cooperativa Lar no Desempenho do Setor Industrial da Região de Medianeira.....	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
ANEXOS	99

1. INTRODUÇÃO

O estudo do agronegócio é importante para retratar as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira nas últimas décadas, período no qual o setor primário deixou de ser um mero provedor de alimentos *in natura* e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade integrada aos demais setores da economia.

A agricultura deixou de ser considerada, neste contexto, um setor estanque e passou a interagir com os demais setores da economia, não só como fornecedora de insumos, mas como consumidora de muitos produtos e insumos dos outros setores. A complexificação da atividade agrícola, as inovações tecnológicas na produção e as próprias demandas do mercado fizeram com que fomentasse o agronegócio.

No Brasil, o agronegócio, em 2004, foi responsável por 30% do Produto Interno Bruto – PIB, ou seja, dos R\$ 1.775,7 bilhões, que somou o PIB brasileiro, o agronegócio participou com R\$ 533,98 bilhões, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2005). Segundo alguns especialistas, o setor emprega 38% da mão de obra e é responsável por 36% das importações. É o setor mais importante da economia brasileira.

As Cooperativas Agroindustriais têm investido na industrialização na década de 90 e, os faturamentos delas têm refletido a esses investimentos. Isso pode ser aferido nos números sobre os faturamentos anuais que são demonstrados nos balanços. É uma trajetória em crescente ascensão, de investimentos e aumento nos valores das vendas.

Por isso buscou-se, nesta pesquisa, construir uma relação que permitiu averiguar os reflexos econômicos e financeiros que os investimentos realizados, pela Cooperativa Agroindustrial Lar, na industrialização de produtos agropecuários, acarretaram do ponto de vista da sociedade cooperativa, e no desenvolvimento econômico do seu entorno.

Os desafios em termos de investimentos na industrialização que foram projetados pela cooperativa em estudo a partir de 1998, refletiram, economicamente, no desenvolvimento da região em que está inserida. Esses reflexos foram tanto à economia da sociedade como também aos orçamentos dos Municípios de Medianeira, Itaipulândia, Missal, Matelândia, Céu Azul e Santa Helena, onde a Lar tem implantado plantas industriais, na medida em que a industrialização reflete positivamente no retorno do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Associado a tudo isso está o benefício social do aumento da oferta de empregos.

O agronegócio paranaense cresce em importância no cenário econômico do Paraná. Das 204 cooperativas paranaenses, 68 estão no agronegócio e planejam investir em mais indústrias. A idéia é aumentar os ganhos a partir da comercialização de itens de maior valor agregado (OCEPAR, 2003).

Esses projetos agroindustriais que foram implantados pelas cooperativas paranaenses são da maior relevância, uma vez que ampliarão, ainda mais, a presença das cooperativas na cadeia produtiva, com o objetivo de reter, nas diferentes regiões, a renda gerada no campo, o que contribui para um desenvolvimento local equilibrado e geração de renda.

A integração entre as cooperativas e a agregação dos interesses rurais permitiram a montagem de uma infra-estrutura básica de armazenagem da produção e, posteriormente, as sociedades cooperativas passaram a investir em agroindústrias, objetivando a geração de valores adicionais para os produtores. Com este processo elas passaram a ser detentoras dos modernos parques agroindustriais em diversas regiões brasileiras.

A aptidão do Paraná à produção agropecuária oferece um grande potencial para o desenvolvimento do setor agroindustrial cooperativo, face à disponibilidade de matérias-primas, de energia, de infra-estrutura para o armazenamento e para o escoamento da produção, proximidade dos grandes centros de consumo e, de modo especial, capacidade empreendedora de seus cooperados.

No Paraná elas concentram 50% da economia do setor. Somam, no Estado, 68 unidades, com mais de 87 mil cooperados. Participam de forma intensa de todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento, industrialização e comercialização agropecuária (OCEPAR, 2003).¹

Com faturamento de R\$ 11,2 bilhões no ano de 2002, as 204 cooperativas paranaenses são responsáveis por cerca de 14% do Produto Interno Bruto do Estado. É uma cifra significativa, mas o setor quer crescer ainda mais. E para isso os investimentos na produção agrícola e em novas atividades somaram R\$ 400 milhões em 2002, representando mais do que o dobro do que foi em 2001 (OCEPAR, 2003).

¹ Das 204 cooperativas do Paraná, 33% (68) estão no agronegócio. “...o agronegócio é a vocação do Paraná”, sentencia o Presidente da OCEPAR, João Paulo Koslovski.

Se para o país elas são importantes, dentro do Paraná representam uma força dinamizadora vital da economia, sobretudo pela sua capacidade de inovação tecnológica e pelo que representam para o PIB paranaense. No setor agrícola, em 2004, segundo a Organização das Cooperativas do Paraná – OCEPAR (2003), 56% do que é faturado com a agricultura e a pecuária no estado vem das cooperativas. Assim, percebe-se a importância ímpar da atividade cooperativista, em especial a do agronegócio, na economia paranaense.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a inserção, no processo de agroindustrialização, da Cooperativa Lar, localizada na mesorregião Oeste do Paraná, com vistas aos reflexos econômico-financeiros que os investimentos neste setor podem ter trazido a esta sociedade cooperativa e para o desenvolvimento dos municípios onde a Lar mantém unidades industriais.

Para tratar mais especificamente este estudo procurou atingir os seguintes objetivos específicos:

- Aferir a alavancagem, aos resultados econômico-financeiros da cooperativa agroindustrial em estudo, gerada pelos investimentos em industrialização, de 1998 a 2004, por meio do aumento das suas fontes de receita, e da análise da Taxa de Retorno do Investimento - TRI;
- Verificar a participação da agroindustrialização da Cooperativa Lar no retorno do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ao Poder Executivo do Município de Medianeira e, nos demais municípios em que a cooperativa Lar tem implantado plantas industriais, a partir dos investimentos em industrialização de 2000 a 2004;
- Analisar a influência das Unidades industriais da cooperativa Lar no desempenho do setor industrial da região de Medianeira pela

composição de uma matriz de informações que co-relacionem o emprego no referido setor, como variável-base, que permite descrever o comportamento desse setor produtivo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A análise da inserção da Cooperativa Lar no processo de industrialização, bem como dos reflexos econômico-financeiros definidos nos objetivos, carece de entendimento prévio de como se dá o desenvolvimento de regiões e, como se deu, especificamente a inserção da região oeste paranaense neste processo.

A compreensão do crescimento regional foi obtida pela teoria econômica do crescimento regional que forneceu os elementos necessários para tal.

Por conseguinte, a inserção do Oeste paranaense na economia brasileira foi feita, basicamente, pela abordagem de Pedro Calil Padis (1981), com a sua obra “Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná”, pelo estudo realizado por Carlos Alberto Piacenti, Jandir Ferrera de Lima e Moacir Piffer (2001), intitulado “Influência do Prata na Ocupação do Oeste do Paraná e na sua Formação Sócio-Econômica: Algumas Considerações Preliminares” e, pela dissertação de mestrado de Piffer (1997), intitulada “A Dinâmica do Oeste Paranaense e sua Inserção na Economia Nacional”.

Parte da análise teórica das explicações do crescimento das regiões, foi vista sob a ótica de North (1977) que aborda a base de exportação. Mas essa compreensão é encontrada, também, nas idéias de Hirschman (1985), sobre o crescimento regional; de Harold Innis, citado por Hirschmann (1985), sobre os produtos primários; de Johann Heinrich Von Thünen, citado por Albergaria (2002), sobre a localização e, de Perroux (1977), sobre os pólos de crescimento.

Essas teorias são abordadas nas Seções 2.1 a 2.3, e fornecerão os elementos necessários à compreensão dos processos de desenvolvimento de

regiões, cada qual enfocando variáveis diferentes para seu embasamento teórico que expliquem a promoção do bem estar econômico. Já a Seção 2.4 proporciona o conhecimento da inserção do oeste paranaense na economia brasileira.

A Seção 2.5 aborda o agronegócio cooperativo, fazendo um percurso que vai explicar, primeiro, a agroindustrialização brasileira para, depois, inserir as sociedades cooperativas no processo da industrialização dos produtos agropecuários.

2.1 Crescimento Econômico Regional

Para a compreensão do desenvolvimento da região Oeste do Paraná é necessária uma incursão nas conclusões de Douglas North. Para tanto, North (1977) afirma que o crescimento de uma região passa por uma seqüência típica de estágios que estas percorrem no seu curso de desenvolvimento.

Segundo North (1977, p. 293), esta seqüência é esquematizada da seguinte forma:

“1 – O primeiro estágio da história econômica da maioria das regiões é uma fase de economia de subsistência, auto-suficiente, na qual existe pouco investimento ou comércio. A camada principal da população, a agrícola, localiza-se de acordo apenas com a distribuição dos recursos naturais;

2 – À medida em que ocorrem melhorias nos transportes, a região passa a desenvolver algum comércio e especialização local. ‘Surge uma segunda camada da população que começa a gerir modestas indústrias locais para os agricultores. Uma vez que as matérias-primas, o mercado e a mão-de-obra são supridas originalmente pelas populações agrícolas, a nova super-estrutura industrial, tem sua localização determinada pela localização da camada básica;

3 – Com o aumento do comércio inter-regional a região tende a se deslocar por meio de uma sucessão de culturas agrícolas, que vão

da pecuária extensiva à produção de cereais, à fruticultura, à produção de laticínios e à horticultura;

4 – Por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extrativas a região é forçada a se industrializar; e,

5 – Atinge-se o estágio final do desenvolvimento regional quando a região se especializa em atividades terciárias, produzindo para exportação. Nesse estágio a região exporta capital, mão-de-obra qualificada e serviços especiais para as regiões menos desenvolvidas. Aos custos dos transportes têm sido atribuído papel fundamental no avanço por meio desses estágios sucessivos de desenvolvimento.”

Percebe-se, da revisão da literatura de North (1977), que este considera, em seu conceito, as exportações regionais como fator determinante do crescimento de uma região, e também da sua interação com o resto do mundo.

A teoria da Base de Exportação de Douglas North, porém, é direcionada para o desenvolvimento de regiões novas dos Estados Unidos, isto é, para regiões de colonização recente com base na agricultura e, especificamente para regiões que cresceram em estruturas capitalistas.

Já Harold Innis, citado por North (1977) utilizou, em seus estudos da economia canadense, os produtos primários como a base da compreensão do desenvolvimento econômico daquele país. O termo “produtos primários” refere-se ao principal artigo produzido por uma região.

Para Watkins (1977), Innis interessava-se no impacto geral da produção primária sobre a economia e a sociedade. Ele faz sua crítica, ao sustentar que a referida teoria pode ser limitada. Para ele, a teoria é aplicada a um país jovem.

Para este autor, a hipótese fundamental da teoria da produção primária é que as exportações destas constituem o setor predominante da economia

e estabelece o ritmo de crescimento. O mercado domina e a relação terra/homem/capital cria a vantagem comparativa para a exportação de produtos primários. O desenvolvimento será um processo de diversificação em torno da base de exportação. O gasto das vendas gerado pelo setor de exportação gera oportunidade de investimento em outros setores.

Hirschmann (1985) relata que a indução ao investimento interno, resultante do aumento do setor de exportação pode ser dividido em três efeitos de encadeamento: o “encadeamento para trás”, o “encadeamento para frente” e, o “encadeamento da demanda final”.

O resultado desses encadeamentos é a indução de investimento na produção interna de insumos, inclusive bens de capital (para trás), investimentos em indústrias que usam o produto da indústria de exportação como insumos (para frente) e, investimentos em indústria doméstica que produzem bens de consumo para os fatores do setor exportador (encadeamento da demanda final). Mas os efeitos de encadeamento da demanda final tende a ser maior, quanto maior for o nível médio de renda e mais uniforme sua distribuição.

O fator chave para Watkins (1977) é a capacidade empresarial de perceber e explorar as oportunidades de mercado.

Mas a eficiência depende da disponibilidade de mão-de-obra e capital. Já a disponibilidade de capital interno, para o autor, dependerá da magnitude da poupança interna e dos vieses dos poupadores na aplicação de seus fundos. Porém, o montante de poupança será determinado pela função de produção do produto primário e, também, se os aplicadores estiverem inclinados a investir em atividades voltadas para o mercado interno.

Por outro lado, o crescimento sustentado requer flexibilidade de recursos e inovação suficientes para permitir a adoção de novas linhas de exportação ou de produção voltadas para o mercado interno.

Com a obtenção da confiança do empresariado e com as oportunidades crescentes dos mercados internos, os empresários locais irão, de maneira persistente, açambarcando mercados dos fornecedores externos. Surgirá um setor manufatureiro secundário bem desenvolvido, que sirva aos mercados internos e, possivelmente, até mesmo ao mercado externo.

Por outro lado, a teoria dos produtos primários recebeu críticas. Segundo Watkins (1977), Buckley diz que a referida teoria tem tendência em ignorar uma região, assim que a matéria prima que a criou ou a sustentou não mais se expande. Ele cita como exemplo o enfraquecimento do desenvolvimento econômico de Quebec, no Canadá, desde o declínio do comércio de peles.

Nesta mesma linha de pensamento, Watkins (1977) argumenta que a teoria dos produtos primários foi formulada sob a ótica de países jovens, com abundância de trabalho e capital/terra. Assim, à medida que a idade avança, o país jovem (ou região), seja bem ou mal sucedido, assumem características de um país velho, sujeito à análise como tal.

Douglass C. North é o principal defensor da teoria do produto primário. Segundo North (1977, p. 298) “as pesquisas iniciais de Innis convenceram-no da importância crucial dos produtos primários ‘exportáveis’, na configuração das novas economias”.

Para Hoover e Fischer (1977), a busca de “princípios” ou “teorias” sobre o crescimento econômico regional baseia-se no pressuposto de algum grau de

consistência entre padrões históricos de crescimento. Para os autores, “...nem mesmo dois casos de crescimento regional são idênticos”. Mas assim como generalizam-se sobre o comportamento humano, mesmo que dois indivíduos não se comportem exatamente da mesma maneira, a busca por uma teoria ou lei sobre crescimento econômico é válida.

Os critérios para avaliação do crescimento de uma região, no entanto, passam invariavelmente sobre a renda *per capita* e pela renda total daquela. Porém, as discussões sobre o conceito sobre regionalismo parecem estar baseadas na auto-suficiência e na homogeneidade. A homogeneidade significa a especialização da produção em um limitado conjunto de bens das atividades da região, ainda que, a homogeneidade é o oposto à auto-suficiência.

“Com relação à análise do crescimento econômico, o conceito mais apropriado de região parece ser o de uma *área geográfica dentro da qual existe um grau particularmente elevado de interdependência entre as rendas individuais*”. (HOOVER e FISCHER, 1977, p. 283).

Avançando na avaliação de região, os referidos autores abordam o “desenvolvimento equilibrado” que refere-se às regiões que tenham suas atividades diversificadas, que oferecem vantagens no emprego pleno e estável de recursos, que, uma economia estreitamente especializada, ou desequilibrada, carece. É possível ainda explicar o crescimento de uma economia regional em termos de recursos de que a região é dotada, quais sejam os recursos naturais, os humanos e o de capital.

Por outro lado, muitas regiões iniciam sua história econômica dentro de um estágio de economia de subsistência auto-suficiente, mas o desenvolvimento

torna-se possível, para essa região primitiva pela especialização em linhas de produção para as quais está particularmente capacitadas.

Neste sentido North (1977, p. 294) afirma que “atinge-se o estágio final do desenvolvimento regional quando a região se especializa em atividades terciárias, produzindo para exportação”.

Em um estágio avançado do desenvolvimento econômico, uma região se especializa em certas indústrias para exportação. Assim, a região está desempenhando o papel de líder econômico em relação à outras regiões, de acordo com Hoover e Fischer (1977).

Entre a tese que encara o desenvolvimento como resultado inevitável, uma vez garantida a injeção de capital em doses apropriadas, seja doméstico ou estrangeiro, e a antítese que vê o desenvolvimento como algo impossível de ser atingido por causa das limitações políticas e sociais de uma determinada nação, sobrava muito espaço para posições intermediárias (HIRSCHMAN, 1985).

Para o autor, o desenvolvimento é acelerado por investimentos em projetos e indústrias com acentuadas repercussões em cadeia retrospectivas e prospectivas, ou efeitos a jusante e a montante. Retrospectivos porque levam a novos investimentos no setor de fornecimento de insumos e, os prospectivos, porque levam investimentos no setor da utilização da produção.

A tese de Hirschmann (1985) coaduna com a dos produtos primários, quando menciona que os novos rendimentos decorrentes do processo da produção dos produtos primários e sua exportação poderão ser dispendidos

inicialmente em importações. Porém estas, tendo atingido um volume suficiente, podem ser substituídas por indústrias domésticas.

Neste processo, algumas indústrias substitutivas de importações são criadas, como reflexo das implicações do produto primário de exportação.

2.2 A Teoria da Localização

A teoria da localização, modelada por Von Thünen, citado por ALBERGARIA (2002), dá bastante ênfase à questão do transporte. Para Von Thünen, dos fatores que explicam a existência da renda fundiária, o fator distância tem importância especial. Também atribui ao diferencial de fertilidade do solo outra vantagem que uma exploração tem sobre a outra.

O modelo de Von Thünen pode ser apresentado por meio da formalização (1):

$$Rd = (P - C - ad)*N, \quad (1)$$

sendo, Rd: a renda por unidade de superfície de uma exploração; P: o preço de venda unitário; C: o custo unitário de produção; N: a quantidade de produto por unidade de superfície (hectare); a: o custo de transporte por unidade de produto e por unidade de distância; e, d: a distância.

Pode-se, assim, perceber claramente o peso dado por Von Thünen à distância, que está associada, na Equação (1), ao custo do transporte.

Especificamente à localização da indústria, Ribeiro e Santos (2002), citam Alfred Weber, o qual sugeria que haveria três fatores que determinariam a localização da empresa industrial: o custo do transporte, os custos do trabalho e as

vantagens associadas à aglomeração. Mas, os custos de transporte ditariam, em larga medida, a localização da empresa.

Isso significa que, na medida em que os custos de transporte constituíssem uma parte considerável dos custos totais, a localização das empresas resultaria da ponderação entre os custos por unidade de distância da matéria-prima e do produto transformado.

A localização ótima, no modelo de Weber, segundo Ribeiro e Santos (2002, p. 75), "...surge condicionada pela importância relativa dos custos de transporte associados às matérias-primas usadas no processo produtivo".

Weber também manteve presente a relevância da localização da mão de obra na decisão da inserção territorial da empresa.

Já o modelo de equilíbrio da teoria de August Lösch, citada por Ribeiro e Santos (2002), distingue-se da de Weber ao dar atenção especial à definição das áreas de mercado e o "móbil da escolha da localização é a maximização do lucro".

Para Lösch, os consumidores que vivem próximos à fábrica comprarão uma certa quantidade do produto, já os que moram mais distante comprarão menos em função da distância que irá encarecer o produto.

2.3 Pólos de Crescimento

Perroux (1977, p.146), expõe em seu conceito de pólos de crescimento, que "... o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades

variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos variáveis sobre toda a economia”.

Os “pólos de crescimento” de Perroux (1977) são ancorados da seguinte forma: (1º) A indústria motriz e o crescimento; (2º) O complexo de indústrias e o crescimento; (3º) A expansão dos pólos de crescimento e o crescimento das economias nacionais.

Para ele, certas indústrias despertam a atenção. Elas são as chamadas indústrias modernas, que separam os fatores de produção, a concentração dos capitais sob um mesmo poder, a decomposição técnica das tarefas e mecanização.

A indústria motriz é aquela que tem, durante períodos determinados, taxas de crescimento mais elevadas que a média da taxa de crescimento do produto industrial. Sua taxa de crescimento, de início acelerada durante uma seqüência de períodos, alcança um limite, passado o qual sofre um declínio relativo (PERROUX, 1977, p. 148).

Assim, segundo Perroux (1977, p. 148):

“na medida em que o lucro seja o motor da expansão e do crescimento capitalista, a ação motriz não mais decorre da procura e da aquisição dos lucros por cada firma individual ligada às outras pelo preço único, mas da procura e da aquisição dos lucros pelas firmas individuais, cada uma das quais arca com as conseqüências do nível de vendas, do nível de compras de serviços e da técnica adotada pelas outras.”

O crescimento de uma indústria, segundo Perroux (1977), pode induzir a lucros nos seguintes casos:

- em uma indústria B, que compra fatores produzidos pela indústria

A;

- em uma indústria C, cujo produto é complementar do produto da indústria A;
- em uma indústria D, cujo produto é substituto dos fatores utilizados pela indústria A;
- em uma indústria E, cujo produto é consumido pelos indivíduos cuja renda é aumentada pelo crescimento da indústria.

O complexo de indústrias não significa, ainda segundo PERROUX, a presença de várias indústrias, mas quando da existência da indústria-chave; do regime não concorrencial do complexo e, da aglomeração territorial.

A economia nacional em crescimento não mais se apresenta, unicamente, como território politicamente organizado sobre o qual vive uma população, mas a expansão dos pólos de crescimento oferece, ainda segundo o autor, uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, pólos industriais e de atividades geograficamente aglomerados). Os primeiros transmitem aos últimos os fenômenos de crescimento.

Ao fim da reflexão das teorias de que tratam do desenvolvimento regional de forma geral, eis que a Seção 2.4 apresenta-se, complementarmente, com sua abordagem na formação e estrutura econômica da região oeste.

2.4 A Inserção do Oeste Paranaense na Economia Brasileira

A região Oeste do Estado do Paraná integrou-se definitivamente à nação brasileira com a adoção de um modelo de desenvolvimento nacional, a partir da revolução de 1930, fazendo com que o Brasil buscasse definir as suas fronteiras,

integrando os seus espaços produtivos para incrementar a produção agrícola e a industrialização. Porém, isto só seria possível com um processo de ocupação e colonização (PIACENTI, LIMA e PIFFER, 2001).

Segundo Schallenberger e Colognese (1994), a história recente do Oeste do Paraná está relacionada ao movimento tenentista. Assim a coluna liderada por Miguel Costa, oriunda de São Paulo, chegou à região em 1924. Em 1925 as tropas gaúchas, lideradas por Luís Carlos Prestes, se encontraram com as de Miguel Costa, provocando um processo de evacuação da região.

Ainda segundo esses autores, os revolucionários gaúchos e paulistas adentraram na região e atingiram as barrancas do rio Paraná, revelando para o governo brasileiro a sua situação de abandono e desnacionalização.

Em setembro de 1943, o então presidente Getúlio Vargas criou o Estado do Iguaçu. Isso aumentou a confiabilidade em torno do empreendimento colonizador. Assim, entre 1946 e 1949 deu-se início à colonização, com o objetivo principal da exploração da madeira local, processo este que deu origem ao primeiro ciclo econômico regional.

O principal agente de colonização do oeste do Paraná foi a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, cujo planejamento de colonização era fundamentada na pequena propriedade, que deveria produzir para a subsistência das famílias e atendimento das necessidades locais.

Para isso buscou-se motivar famílias solidariamente estruturadas, descendentes de levadas de imigrantes alemães e italianos que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, para constituírem a base da colonização.

Porém a produção, com base nos fundamentos da colonização, teve desvio de rota na medida em que, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma nova divisão internacional do trabalho. Também, com a crescente inserção da economia regional no processo de internacionalização do capital, advieram exigências novas em termos de especialização da produção agrícola. A produção, planejada em nível mundial, perdeu a sua função social de atendimento primeiro das necessidades familiares e das demandas locais.

Esses impactos fugiram ao controle da população da região Oeste do Paraná e incidiram diretamente no processo de desenvolvimento da região. Ademais, as projeções geopolíticas, dada a sua posição junto a Bacia do Prata e estratégicas para a consolidação do processo de industrialização por meio de excedentes exportáveis alteraram profundamente a organização do seu espaço e dinâmica social.

O processo de aprimoramento e modernização da produção do oeste paranaense foi alavancado por vantagens específicas, que inclusive constituíram-se em elementos de atração de capital, tais como o clima, o relevo (plano) e relativa proximidade com grandes centros consumidores do país e da região Sul e Sudeste.

Durante a década de 50, segundo Emer (1991), o sistema produtivo estava estruturado em três frentes: na agropecuária, em pequenas propriedades com a utilização de trabalho familiar; na exploração da madeira, que ocupava mão-de-obra assalariada e no comércio, que além de fornecer gêneros e implementos, também intermediava a comercialização dos produtos dos colonos a outros centros.

Segundo Rippel (1995), o aprofundamento da divisão social do trabalho na direção da industrialização gerou efeitos de encadeamento produtivo

que tornou a indústria o motor e o centro dinâmico da economia e, portanto, de sua expansão.

Piffer (1997) explica que a exploração da madeira passou a ser feita em outras bases; do corte de toras passou a existir a indústria da madeira, a qual exercia o papel de pré-industrialização, pois desdobrava a madeira em diversos tipos, isto é, tábuas padronizadas, ripas, vigas, lâminas e beneficiamento, dentro dos padrões exigidos pelas indústrias de móveis e pela construção civil.

Na década de 50, a ampliação do dinamismo nacional repercutiu em direção à região Oeste do Paraná e esta respondeu às transformações que estavam ocorrendo na economia nacional. Percebeu-se, então, um engajamento na estrutura produtiva do Brasil.

A industrialização do Brasil, aliada a aglomeração urbano-industrial, passou a demandar maior volume de produtos alimentares e o oeste paranaense passou a atender parte dessa demanda.

“... o sucesso da colonização, da exportação dos produtos primários de subsistência e a extração da madeira motivaram outros grupos e pessoas a investirem na região, abrindo seus próprios negócios” (PIACENTI, LIMA e PIFFER, 2001, p. 24).

Desta forma, foi surgindo a base econômica da região Oeste do Paraná coincidindo com a política nacional que estava voltada para a industrialização e integração das regiões menos desenvolvidas.

Essa integração atuou como atração para o crescimento da quantidade de trabalhadores nos centros urbanos industriais, proporcionando uma maior demanda por produtos alimentares. Isso repercutiu no crescimento da produção de máquinas e equipamentos para o setor agrário.

Neste mesmo sentido, Diniz e Lemos (1990) afirmam que a presença marcante do Estado desde 1930 constituiu o pilar básico do que veio a ser hoje o capitalismo brasileiro, sustentáculo da industrialização, no qual o Estado acabou sendo uma condição necessária para a unidade do espaço econômico nacional.

Com relação à formação econômica de uma região, Augusto (1978) argumenta que não existem regiões que exploram regiões, mas que é a própria indústria que subordina a agricultura através das relações de troca, isto é, algo inerente à dinâmica do capital na busca incansável de reprodução.

Padis (1981) em seu estudo sobre a formação econômica do Estado do Paraná tratou o referido estado como uma economia periférica e dependente. Ele considerou que sua expansão ocorreu sob o estímulo do pólo paulista, no qual este demanda matérias-primas e produtos alimentares à sua industrialização.

Para Piffer (1997) o desenvolvimento da região Oeste do Paraná ocorreu dentro dos padrões capitalistas que buscam a maximização dos lucros. Ele explica que os fatores de produção (capital, mão-de-obra e recurso natural) foram de fácil mobilidade e o seu desenvolvimento ocorreu sem grandes pressões populacionais. Seu crescimento e povoamento foram determinados pelo mercado nacional e mundial.

Mas o fato é que a política do país via industrialização e simultaneamente de ocupação e integração das regiões ao núcleo do setor industrial, localizado em São Paulo, estimulou a industrialização do setor agrário. Isso se deu por meio de instrumentos fiscais, creditícios ou monetários destinando recursos para a modernização e expansão da fronteira agrícola e, também para o

setor viário das regiões, ligando a região aos grandes centros dinâmicos do país, por rodovias.

A Rodovia Federal BR 277 é o maior exemplo disso, pois liga a cidade de Foz do Iguaçu, no extremo oeste paranaense, ao Porto de Paranaguá, passando por todo o oeste.

Em resumo, a região Oeste do Paraná, apesar de ter iniciado sua ocupação de forma muito lenta no século passado, efetivou-se somente a partir da década de 40, acentuando-se na década de 50. Atingindo o auge da ocupação e colonização da região após a década de 60.

Mas foi na década de 70 que esta região apresentou a mais rápida transformação tecnológica na área agrícola, destacando-se na produção de lavouras temporárias, principalmente a soja (PIFFER, 1997).

O autor relata ainda que, “a década de 70 marcou as grandes transformações na base técnica da agricultura paranaense, especificamente da região Oeste do Estado”, transformando-a com características modernas e altamente tecnificadas que permitiram a expansão das lavouras temporárias, principalmente a da soja.

Foi uma explosão da área cultivada dessa oleaginosa, que aumentou 23.019,80% na década de 70, em relação à de 60, passando de 484 ha para 111.900 ha, segundo dados do IPARDES (1982).

Outras culturas como a do milho, trigo e algodão também foram plantadas em área muito superiores nos anos 70 em relação aos 60.

A incorporação acentuada de máquinas ao processo produtivo retratou a modernização da produção. Houve aumento vertiginoso na quantidade de

tratores adquiridos na região oeste paranaense, que foram 10.216 em 1975, contra 1.725 em 1970, segundo IPARDES (1982).

O crédito agrícola subsidiado também foi um dos maiores instrumentos para a modernização tecnológica e do processo de consolidação do complexo agro-industrial na região. Segundo o IPARDES (1982) ele cresceu por volta de 500% entre 1970 e 1979, no Paraná.

O crescimento do oeste paranaense esteve ligado também à dotação de infra-estrutura de apoio às atividades agrárias, tais como rodovias, estradas, telecomunicações, rede bancária, agroindústrias e cooperativas. Além disso, às condições favoráveis de acesso aos grandes mercados do país e aos portos de exportação.

Com isso a região oeste interligou-se ao sistema nacional de produção à medida que especializou-se e passou a estabelecer fluxos de mercadorias e serviços externos à região.

Por meio da agricultura o oeste paranaense passou a desempenhar importante papel no abastecimento dos centros urbanos industriais no fornecimento de matérias primas. Também passou a demandar bens de capital e insumos das indústrias, a montante, mas se inseriu à jusante da agricultura quando a maior parte da indústria esteve acoplada à agropecuária, por meio do processamento dos seus produtos, via fornecimento de máquinas, equipamentos e insumos.

O resultado do processo de modernização da agricultura do Oeste do Paraná levou esta região à especialização da sua produção, mais especificamente o cultivo da soja e do trigo, que formaram a sua base de exportação e que impulsionou o crescimento de toda a região.

Esse crescimento implicou no aparecimento de novas atividades na região, ou seja, a renda gerada pela agricultura criou um encadeamento de unidades produtivas e de comércio com o mercado regional e nacional.

Essa nova relação se difundiu, também, para outros setores da economia do Oeste paranaense. Assim, essa região estava com sua base de exportação consolidada. Mas a estrutura comercial tradicional não estava adequada para essa produção mecanizada.

É nesse momento que as cooperativas encontraram espaço para ligar as transações dos setores agrícola e industrial. Por outro lado, as cadeias de comercialização se estreitaram fazendo com que os pequenos comerciantes perdessem seu espaço.

Essa concentração na comercialização ocasionou redução nos preços, o que forçou muitos agricultores organizarem-se em sociedades cooperativas. Estas passaram a atuar como elo de ligação no repasse de tecnologia da produção, e se configuraram como grandes articuladoras do processo de modernização da agricultura. Isto beneficiou, também, o setor produtivo de máquinas e insumos modernos.

A modernização agrícola permitiu a fixação do desenvolvimento do padrão capitalista moderno na região oeste e interligou o crescimento das áreas urbanas e agrícolas pela implantação de projetos agro-industriais, principalmente por parte de cooperativas regionais.

É nesse contexto que surge, entre as cooperativas regionais, a Cooperativa Agroindustrial Lar, cuja razão social anterior era a Cooperativa Agrícola Três Fronteiras Ltda – COTREFAL.

As cooperativas, de modo geral, se expandiram principalmente por incentivos dados em financiamentos a juros subsidiados, por agências financeiras oficiais, para comercialização e investimentos em armazenagem e beneficiamento (PIFFER, 1997).

Ressalte-se que a entrada das cooperativas no processo de industrialização propiciaram a debilidade de muitas empresas cerealistas (PIFFER, 1997).

Finalizando, o suporte teórico abordado nesta Seção forneceu elementos fundamentais que propiciaram a compreensão da ocupação e o desenvolvimento da Região Oeste do Paraná, bem como do processo de industrialização das sociedades cooperativas.

Conclui-se que esta região se enquadra na concepção e no contexto da Teoria da Base de Exportação de Douglas North, na medida em que seu desenvolvimento ocorreu dentro dos padrões capitalistas que buscam a maximização dos lucros. Também porque trata-se de uma região nova.

Com relação à isso, Piffer (1997) argumenta que o primeiro estágio do desenvolvimento da Região Oeste do Paraná foi de 1950 a 1960 num sistema produtivo que explorava a madeira. Havia a exportação de pequenos excedentes agropecuários dos colonos. De 1960 a 1970, em decorrência do favorecimento de novas políticas nacionais de industrialização e mecanização, houve a ampliação dessa base com o desenvolvimento das culturas da soja e do trigo. Já entre 1970 e 1980 a Região Oeste do Paraná já se encontrava inserida à dinâmica nacional na medida em que estava relacionada aos processos de produção agropecuária, ao agroindustrial e, também aos setores fornecedores de máquinas, equipamentos e insumos.

O desenvolvimento da Região Oeste do Paraná enquadra-se também na teoria dos “produtos primários” de Harold Innis, pois o principal artigo produzido e exportado é o seu setor predominante, no caso a produção agropecuária, a qual tem estabelecido o ritmo de crescimento.

Os efeitos de encadeamento de Albert Hirschmann também foram observados ao longo do processo de desenvolvimento da região oeste na medida em que as exportações induziram a produção de insumos e bens de capital para a agropecuária (encadeamento para trás), como sementes mais produtivas e equipamentos agrícolas mais eficientes; investimentos em indústrias que usam o produto da indústria de exportação como insumos (encadeamento para frente) e, foram observados investimentos em indústria doméstica que produzem bens de consumo para os fatores do setor exportador (encadeamento da demanda final).

Outra correlação do desenvolvimento da região oeste se dá com a teoria da localização, modelada por Von Thünen, a qual dá bastante ênfase à fertilidade do solo e à questão do transporte. Isso pode ser observado na medida em que a produtividade média do setor agropecuário cresceu bastante e, porque o setor industrial procurou se instalar com relativa proximidade da produção primária. Com relação ao transporte, a criação de eixos rodoviários ligando o oeste paranaense aos grandes centros consumidores, como é o caso do Estado de São Paulo validam essa teoria. Ademais, a rodovia BR 277 é outro exemplo típico disso, conquanto liga esta região à outro centro consumidor, caso do Município de Curitiba, e também ao Porto de Paranaguá.

Por outro lado, a região oeste paranaense tem crescido ancorada em pólos de crescimento, que, segundo a teoria de François Perroux, possui uma

indústria motriz, mais moderna e com índices de crescimento maior que as demais, aliada a um complexo de indústrias.

O conteúdo abordado nas Seções 2.3 e 2.4 buscaram, com o suporte das teorias dos autores citados, explicar como se dá o crescimento das economias regionais e como se deu a ocupação e o desenvolvimento do oeste paranaense, chegando a relatar o momento em que o movimento cooperativista foi necessário face à dinâmica do processo produtivo, a industrialização e a comercialização.

A Seção 2.5 seguinte fará uma contextualização do agronegócio cooperativo, inclusive estabelecendo as diferenças entre as cooperativas e as firmas de capital, abordando, também, os seus benefícios e suas parcerias estratégicas.

Irá também caracterizar as sociedades cooperativas e abordar seu processo de industrialização como opção de sobrevivência das cooperativas. Apontará, também, como se deu a inserção da sociedade cooperativa LAR no processo de industrialização da produção agropecuária.

2.5 Agronegócio Cooperativo

“A atividade agrícola passou, nos últimos anos, por uma intensa transformação. O que era uma atividade de subsistência e auto-suficiência tornou-se uma unidade dependente do mercado e das indústrias de insumos e processamento” (BIALOSKORSKI NETO, 2000, p. 236).

Para Pinazza, Alimandro e Tejon (1999), a agricultura incorporou progressos técnicos sem precedentes na segunda metade do século XX. A chamada Revolução Verde tirava definitivamente o setor do seu arcaísmo milenar, que vivia

no ciclo de repetição nos costumes e uso das práticas agropecuárias. A força motriz do processo é a combinação dos insumos químicos com a melhoria genética vegetal e animal.

Neste mesmo sentido Montoya e Guilhoto (2000) relatam que ao longo das últimas décadas, na economia mundial, os sistemas produtivos agrícolas sofreram transformações importantes em virtude da era da *mecanização agrícola* (1920 a 1950), que permitiu aos fazendeiros aumentarem a produtividade do fator de produção trabalho; da era da *agricultura química* (1950 a 1980), que deu suporte tecnológico para a chamada Revolução Verde, por meio do desenvolvimento e uso de defensivos e fertilizantes químicos, que levaram ao aumento da produtividade do fator de produção terra, e da era da *biotecnologia e da tecnologia da informação* (a partir de 1980), cujos reflexos fizeram-se presentes com o surgimento de grandes conglomerados agroindustriais e uma forte expansão das indústrias de manufaturas destinadas a fabricação de máquinas agrícolas e insumos químicos.

A “modernização da agricultura” brasileira, conforme os referidos autores, ocorreu, assim a partir do conjunto dessas transformações estruturais.

Mas a agricultura brasileira passou definitivamente a integrar a produção industrial, ou seja no *agronegócio*, a partir da expansão da produção industrial assentada no “modelo de substituição das importações”. Porém esta, inicialmente, estava dirigida para a produção de bens de consumo não-duráveis e, depois, para a produção de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital. Assim, a partir da década de 1980 a agricultura deixou de ser um setor econômico distinto, com o fortalecimento das indústrias de base agrícola.

Essa evolução na agricultura brasileira ainda não havia levado o Brasil ao *status* de economia industrial, pois segundo Montoya e Guilhoto (2000) a

participação relativa dos agregados no agronegócio no ano de 1980 era de, a montante 8,67%, o produto rural de 31,50% e a jusante de 59,83%, em 1980.

A produção rural passou a situar-se, economicamente, entre as indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura (a montante) e as indústrias processadoras e de serviços de base agrícola (a jusante).

Com as propriedades mais especializadas em determinadas atividades, sem auto-suficiência, gerando excedentes e abastecendo outros mercados, bem como com a ampliação de estradas, armazéns, portos, aeroportos, novas técnicas, bolsas de mercadorias, a agricultura de antes passa a depender de muitos serviços, máquinas e insumos que vêm de fora.

Criou-se, portanto, um elo em todo o processo produtivo e comercial de cada produto. Surge, assim, a necessidade de uma concepção diferente de agricultura. Já não se trata, segundo Araújo (2003) de propriedades auto-suficientes, mas de um complexo de bens, serviços e infra-estrutura que envolvem agentes diversos e interdependentes.

Silva (1998, p. 145) cita as palavras de Lenin, ao qual:

...da agricultura se separam, um após o outro, diferentes tipos de transformação das matérias-primas (...) e formam-se ramos industriais com existência própria, que trocam seus produtos (que agora já são *mercadorias*) por produtos da agricultura. Desta maneira, a própria agricultura se transforma em indústria (...) e nela se opera idêntico processo de especialização.

John Davis e Ray Golberg, em 1957, enunciaram a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição

dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles como sendo o novo conceito de *agribusiness* (BATALHA, 1997).

A idéia básica de Davis e Goldberg (1957) era de que os problemas relacionados com a produção de alimentos eram muito mais complexos que a simples atividade rural. Por isso esses problemas deveriam ser tratados sob enfoque sistêmico de *agribusiness* e não mais sob o enfoque estático da agricultura.

Assim, os produtores integrantes do sistema (insumos, processamento e distribuição) passam a olhar não só para seus clientes e fornecedores imediatos, mas principalmente para os consumidores finais.

“...a agricultura já não poderia ser abordada de maneira indissociada dos outros agentes responsáveis por todas as atividades que garantiriam a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos” (BATALHA, 1997, p. 25).

Surgia então uma teia de relacionamentos econômicos e contratuais entre diversos atores que formam os chamados negócios do sistema agroindustrial. Isto é compreendido desde a produção dos insumos, produção agrícola, processamento e distribuição do produto processado até chegar às mãos do consumidor.

Para Batalha (1997), esse conjunto de atividades que concorrem para a produção de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos (sementes, adubos, máquinas agrícolas, etc) até a chegada do produto final (queijo, biscoito, massas, etc) ao consumidor chama-se Sistema Agroindustrial. Já um Complexo Agroindustrial tem como contrapartida determinada matéria-prima de base. Sob o conceito do referido autor tem-se o complexo da soja, o complexo do leite, etc.

É nesse cenário que muitas cooperativas brasileiras entram no processo de industrialização da produção agropecuária, pela verticalização.

Porém, antes da compreensão do processo de inserção das cooperativas na agroindustrialização, que se dará na Seção 2.5.2, a Seção 2.5.1 fará um recorte sobre as cooperativas, abordando seus aspectos de constituição, objetivos, benefícios e divergências de gestão e a nova visão empresarial das sociedades cooperativas.

2.5.1 As Sociedades Cooperativas

Diferentemente das sociedades de capital em que o voto é proporcional ao capital de cada investidor, o princípio cooperativista da igualdade que dá a cada associado um único voto e apresenta-se como órgão máximo de decisão na empresa cooperativista, influenciando diretamente o desempenho do empreendimento cooperativado.

As sociedades cooperativas são caracterizadas como sociedades de pessoas onde há a agregação inicial do fator de produção trabalho.

O empreendimento está baseado nos princípios de solidariedade, igualdade, democracia e fraternidade. Esta organização foi constituída tendo-se uma assembléia-geral como órgão máximo de decisão democrática; e espelha a igualdade a cada homem caberia apenas um, independente de sua participação na empresa (PINHO,1996).

No princípio a cooperativa formada não visaria lucro em seus negócios, mas objetivaria o apoio e a prestação de serviços aos seus associados, como uma empresa social. Deste modo, foi iniciado o movimento cooperativista,

formado de empreendimentos que respeitariam os mesmos princípios doutrinários de liberdade de associação, de democracia nas decisões, de igualdade entre os associados e, portanto, não deveriam promover a segregação por motivos religiosos, políticos ou, ainda, de raça ou gênero. Atualmente, existe a Aliança Cooperativa Internacional - ACI, a maior e mais antiga Organização Não-Governamental - ONG do mundo, que tem como objetivo preservar os princípios doutrinários e incentivar o cooperativismo em todos os continentes (PINHO, 1996).

Tanto em países capitalistas como os socialistas, este tipo de organização proliferou e cresceu em número de empreendimentos em diferentes setores da economia.

Encontram-se cooperativas em vários setores da economia e estas subdividem-se nos chamados ramos ou segmentos, como o agropecuário, que é a associação de produtores rurais, o habitacional, que é a associação com o intuito da construção de unidades habitacionais, o de trabalho, que é a associação de profissionais, cujo propósito é prestar serviços, ou, ainda, o de saúde, serviços, mineral, de produção, entre outros.

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, e que são constituídas para prestar serviços aos associados. Assim, o objetivo é o associado e não a sociedade.

Embora as cooperativas alinhem um perfil de sociedade sem fins lucrativos, nada obsta, na legislação vigente, que estas apurem lucros. Estes podem ocorrer como resultado de operações das cooperativas com não associados e devem ser contabilizados em separado de modo a permitir o cálculo para incidência de tributos, segundo o art. 87 da Lei nº 5.764/71.

Dessa forma, quando a sociedade cooperativa de produtores realiza venda dos produtos dos cooperados ao mercado, não o faz com intuito de lucro, pois não é de sua natureza. Mas “apurar lucro”, entretanto, está presente na operação, pois os associados cooperados, em última instância, são os beneficiários do produto da venda efetuada pela cooperativa e, estes sim, têm o objetivo de lucro, não obstante possam constituir-se por pessoas físicas. Assim, tal operação rege-se pelas normas do direito comercial. Da mesma forma, a sociedade cooperativa, como organização, bem como os atos por ela realizados estão sob a égide dos demais ramos do direito, basta que os pressupostos fáticos de incidência estejam presentes.

A Lei Federal n.º 9.532/97 equiparou, para fins de tributação, as cooperativas que tenham como objeto social a compra e o fornecimento de bens aos consumidores, às demais pessoas jurídicas.

Em função disso, apesar de as cooperativas terem uma arquitetura organizacional diferente das outras empresas, as estratégias de negócios são similares.

Segundo Gimenes (2004, p. 32)

“a empresa cooperativa difere da empresa de capital por ter uma relação diferente com os fatores de produção, capital e trabalho. O voto em uma cooperativa é proporcional ao trabalho – a cada homem um único voto – enquanto que, em uma empresa de capital, a decisão é proporcional ao número de ações, isto é, proporcional ao capital de cada investidor”.

Para este autor, enquanto na cooperativa a distribuição do resultado é proporcional à atividade de cada sócio, em uma empresa de capital, esse resultado é dividido de forma proporcional ao capital investido por cada proprietário. A cooperativa é uma empresa de trabalho com o objetivo de gerar serviços aos seus associados. E isto só será possível de forma consistente, se ela crescer sob alguns

preceitos de mercado, de acordo com premissas usuais de maximização de resultados, distribuindo seus frutos após o exercício, de modo a possibilitar os investimentos com capital próprio e exigir dos cooperados associados que mantenham também o nível de eficiência econômica de mercado sem transferir para a empresa cooperativa as suas ineficiências econômicas.

Pinho (1996) distingue cooperativas de empresas de capital na medida em que estas priorizam a maximização do capital pela geração de lucros, enquanto as sociedades cooperativas colocam em primeiro lugar as pessoas, objetivando assim a prestação de serviços.

As cooperativas, para Irion (1997), são uma opção de organização econômica que convivem e até mantêm negócios com a opção empresarial, já que as empresas de capital ora são clientes; ora são fornecedoras das próprias cooperativas.

A estrutura de capital das empresas cooperativas apresenta algumas particularidades que não estão presentes em firmas de capital. As cooperativas são controladas pelos associados, que são seus donos e recebem os benefícios gerados pelas cooperativas de acordo com a sua utilização, para Gimenes (2004).

Lauschner (1984) trata a cooperativa com um organismo técnico, econômico e financeiro, sob a administração coletiva que mantém, na mão dos trabalhadores. Mas, mesmo assim a administração da cooperativa apresentará uma nítida tendência em sobrepor muitas vezes as suas funções de prestação de serviços ao associado acima da própria eficiência de negócios de mercado

Pinho (1996, p. 12) afirma que:

O fato da cooperativa combinar os caracteres de associação e de empresa acarreta muitas dificuldades aos seus administradores. Se estes priorizarem o aspecto associativo, correrão o risco de encontrar problemas na gestão financeira da empresa; se considerarem apenas o aspecto empresarial, poderão distanciar-se dos cooperados e esquecer as finalidades sociais da cooperativa. O ideal será, evidentemente, o equilíbrio entre ambos os enfoques.

Mas, Raíces (2003) argumenta que a cooperativa tem necessariamente de ser gerida como qualquer outro tipo de empresa.

Em síntese, os referidos autores relatam que estas organizações de trabalho podem vir a usufruir de vantagens, quando comparadas a outras empresas no que diz respeito à coordenação dos sistemas agroindustriais.

Sendo coalizão do fator de produção trabalho, alguns problemas de desempenho podem ser atribuídos ao fato de que a cooperativa necessita, então, do capital para o seu funcionamento. Estes problemas de desempenho seriam também uma consequência da não-divisão entre a propriedade e o controle da empresa cooperativa, sendo os associados ao mesmo tempo usuários e donos da organização, além de não apresentarem geralmente o devido preparo e experiência para bem administrar um empreendimento agroindustrial (RAÍCES, 2003).

Outros problemas de desempenho se apresentam devido às tênues formas contratuais encontradas entre os associados e as cooperativas, onde os cooperados são, a um só tempo, agentes e principais do mesmo instrumento contratual. Além do problema da não-separação entre a propriedade e o controle, existem também problemas advindos do despreparo dos associados quando assumem cargos de direção e das dificuldades de capitalização da cooperativa.

“O desempenho desta arquitetura organizacional, quanto às suas vantagens e dificuldades de gestão, pode ser entendido como uma decorrência da conjunção dos fatores expostos acima e consequência direta dos princípios doutrinários que regem as

sociedades cooperativas desde 1844 e estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional, órgão máximo do cooperativismo mundial” (ZYLBERSZTAJN e NEVES, 2000, p. 239).

Lembram-se, também, os autores, que a própria questão doutrinária do cooperativismo quanto à inexistência do lucro, leva a uma situação em que poderá existir uma tendência de maximização do ganho isolado do produtor e não da sua cooperativa. Tal procedimento levaria a empresa agroprocessadora cooperativada a um ponto de máxima eficiência física na utilização de insumos e não à máxima eficiência econômica.

Por outro lado, isto pode ser entendido como uma particularidade dessas empresas, onde a divisão entre a propriedade e o controle não é definida, o que leva a situações onde o ganho individual poderá ser evidenciado em detrimento do ganho do empreendimento coletivo. Isto ocorre quando um grupo de associados tem a condição de tomar decisões em favor de apenas um grupo e não do empreendimento como um todo, ou quando o associado prefere transacionar o melhor resultado de sua produção com intermediários em detrimento de sua cooperativa.

Ademais, o entendimento do preceito doutrinário da livre entrada e saída da sociedade cooperativa pode induzir a uma situação contratual frágil. Esta situação pode ser expressa quando o próprio ato de cooperação não existe e o associado transaciona com a sua empresa somente quando lhe é particularmente favorável. Esta situação faz com que o empreendimento transfira para a economia particular cooperada benefícios, e que, ao contrário, este associado não transfira para a sua empresa os necessários ganhos de eficiência.

No entanto, há vantagens potenciais de coordenação dos sistemas agroindustriais pela organização cooperativada, uma vez que é possível de modo rápido coordenar a produção agrícola dos produtores. Esta coordenação pode ocorrer por meio do controle de qualidade tanto dos insumos utilizados, quanto do processamento da *commodity*, podendo chegar até o controle de qualidade na distribuição.

A organização cooperativista é um interessante instrumento de coordenação de relações de contrato que possibilita a agregação de valor às atividades produzidas pelos produtores rurais, e por esta razão é que estas organizações passam a ser muito importantes na agropecuária.

Novos desafios econômicos e estruturais são enfrentados em função das transformações da economia. Assim, é necessário um contínuo processo de adaptação do empreendimento para se fazer frente aos novos desafios colocados pelos mercados.

Com relação a isso Zylbersztajn e Neves (2000), destacam quatro momentos históricos importantes. O primeiro é o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, onde, no geral, foi discutida e determinada a questão da autogestão do sistema cooperativista. Este momento é importante, pois a partir dele e da promulgação da Constituição em 1988, o sistema cooperativista brasileiro não depende da ação e da intervenção do Estado em seu funcionamento.

Historicamente não houve neste período nenhuma ação concreta que permitisse um monitoramento efetivo das cooperativas, tanto em nível da sua constituição como empreendimento como na avaliação e acompanhamento de sua *performance*. Trata-se de um problema, pois que a autogestão associada à ausência

de auto-regulamentação torna estas organizações mais sujeitas ao risco da gestão oportunística.

O segundo momento é o processo de abertura comercial do Brasil, que se iniciou no fim da década de 80 e que vai exigir paulatinamente novos padrões de eficiência do empreendimento cooperativo, dado o aumento da concorrência. Esta situação colocou a empresa frente a novas oportunidades e ameaças, tanto para a ampliação dos mercados interno e externo, como na busca de parcerias e na racionalização de custos. O empreendimento cooperativo deve ser eficiente economicamente para subsistir no mercado e poder trazer benefícios para os seu associados.

O Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional em Manchester, UK em 1995, foi o terceiro momento, onde foram discutidos os princípios fundamentais do cooperativismo. Nesta oportunidade foram reafirmados os princípios da democracia interna, ou seja, a cada homem um único voto, e da remuneração limitada ao capital; importantes referenciais para a discussão da gestão, da estrutura financeira e capitalização da empresa cooperativista.

Foi agregada, nesta oportunidade, como princípio doutrinário a responsabilidade do cooperativismo frente à comunidade onde este atua, de modo econômico e social, de forma que estabelece uma nítida diferença entre a empresa cooperativa e a empresa não-cooperativa, realça as vantagens da arquitetura doutrinária do cooperativismo e também os limites para uma nova abordagem da sua estrutura de capital, como ver-se-á a seguir.

O quarto, e último fato, é a fase de reforma do Estado no Brasil e a conseqüente transformação da política pública, que implica na diminuição da presença deste no funcionamento da economia, determinando novos desafios aos

negócios privados. Esta mudança também é a responsável por possibilitar para o movimento cooperativista um sistema financeiro próprio, através dos bancos cooperativos, indicando a possibilidade da existência no médio prazo de um novo padrão de financiamento e capitalização para as empresas cooperativas.

Por outro lado, o afastamento da presença do Estado da economia é que vai influenciar em uma nova onda de crescimento de determinados segmentos do cooperativismo, como o de trabalho, de saúde, de serviços e de educação, que aparecem como formas organizadas da população preenchendo-as em lacunas deixadas pelo afastamento do aparato estatal.

Quando se discute o empreendimento cooperativo, segundo Zylbersztajn e Neves (2000), há a necessidade de se referir a alguns pontos básicos, como a questão da gestão da empresa cooperativa vista sob a ótica da eficiência empresarial em um ambiente econômico internacional aberto e competitivo, objetivando a solidificação da cooperativa, aliado a necessária eficiência deste empreendimento, dada a responsabilidade da empresa para com o cooperado. Também a autogestão do sistema cooperativista, tendo como meta o acompanhamento e o monitoramento da eficácia econômica e social das sociedades cooperativas, de modo que os objetivos sociais do movimento estejam garantidos e possam ser alcançados com tranquilidade.

A outra questão é a do financiamento e da capitalização da empresa cooperativista que, tanto pelos novos bancos cooperativos, como por meio da abertura do seu capital à participação do capital de risco de terceiros, respeitando os princípios doutrinários da cooperação, ou ainda, por meio do estabelecimento de alianças estratégicas entre empresas cooperativas e não-cooperativas, deve ser levado em consideração no atual momento do empreendimento cooperativo.

Estas preocupações devem ser analisadas sob a ótica dos princípios doutrinários do cooperativismo, onde o foco central foi e sempre deverá ser o cooperante e a função social do empreendimento. Desse modo, também podem-se aferir, e talvez prognosticar, o que é a nova geração de empreendimentos cooperativos.

A nova empresa cooperativa deverá ser ágil, moderna, flexível e eficiente economicamente, com acesso a diversas fontes alternativas de capital, para que seja possível cumprir com a sua função primordial, que é o aspecto social da cooperativa inserindo o cooperante em sua empresa em um mercado confiável e estável, possibilitando o seu crescimento.

Devido à sua estrutura doutrinária, o empreendimento cooperativo tem algumas dificuldades de gestão que deverão ser analisadas e trabalhadas de modo a permitir a sua melhor *performance* econômica e social.

O sucesso social da cooperativa somente será cumprido junto ao seu quadro associado, se esta for um empreendimento econômico de sucesso de forma a permitir o crescimento conjunto e igualitário de seus cooperados.

A gestão da empresa cooperativada deverá ser ao mesmo tempo uma atividade voltada diretamente para os desejos dos consumidores de serviços e produtos de mercado e, por outro lado, ser sensível às necessidades de crescimento e consolidação das diversas empresas associadas ao empreendimento cooperativista. Cada associado é uma empresa que deverá crescer forte em conjunto com o seu empreendimento cooperativo.

Segundo Zylbersztajn e Neves (2000), há diversos problemas no cooperativismo internacional. Entre eles são citados a falta de profissionalização da

gestão, a incipiente organização, os problemas de capitalização da empresa, a falta de integração entre cooperativas e, a necessidade de se elevar o nível de educação cooperativista do associado. Em cooperativas referem-se a “associados”, “trabalhadores” e a “sobras” do exercício; quando trata-se de empresas de capital faz-se referência a “proprietários”, “investidores” e “lucros” da atividade empresarial. Portanto, há uma diferença fundamental, doutrinária, que é resguardada pela Aliança Cooperativa Internacional e pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

Pode-se identificar algumas dificuldades de gerenciamento nas cooperativas, como a questão da necessária agilidade no processo de tomada de decisão frente ao princípio da democracia que obriga esta sociedade a manter esferas determinadas para a decisão dependentes da participação dos associados, como as assembléias-gerais ordinárias e extraordinárias.

O princípio de cada homem um único voto faz com que a cooperativa *a priori* não tenha uma estrutura apropriada à participação do capital de terceiros, nem mesmo possa emitir títulos e ter acesso a fontes alternativas de capitalização.

O associado pode implementar ações oportunistas onde o indivíduo é beneficiado em detrimento da empresa cooperativa tendo em vista ser, ao mesmo tempo, usuário e proprietário de seu empreendimento.

Para Zylbersztajn e Neves (2000), contudo, a organização cooperativa mostra ser superior às alternativas quando os agentes que nela atuam agem cooperativamente sem a necessidade de monitoramento, sem oportunismos e buscando alcançar os interesses coletivos. Entretanto, quando o comportamento foge deste padrão, surgem custos que são, em tudo, idênticos àqueles encontrados nas empresas não-cooperativas.

Assim, é possível analisar uma certa superioridade do empreendimento cooperativo quando este utiliza-se da sua configuração doutrinária para aumentar a eficiência de sua atuação. O princípio da democracia e da igualdade pode favorecer, através da assembléia-geral, o estabelecimento de um planejamento estratégico da organização muito mais sólido de que em outras empresas, e esta característica deve ser realçada pela cooperativa.

Quando compara-se a outras formas de organização o empreendimento cooperativista também pode ser mais eficiente. Isto se deve pelo fato de que torna possível o desenvolvimento da empresa particular de cada associado, prestando serviços e oferecendo condições para o desenvolvimento destas unidades de trabalho eficientes e autônomas, que se auto-auxiliam sem prejuízo da necessária liberdade.

Zylbersztajn e Neves (2000, p. 243) sugerem, no entanto, para resguardar doutrinariamente o empreendimento cooperativo e possibilitar um acréscimo de sua eficiência econômica e social, alguns pontos relevantes para um moderno gerenciamento, que são:

- a. A profissionalização do quadro gestor do empreendimento cooperativo... .
- b. A ampliação da responsabilidade do conselho fiscal, de modo que este auxilie o sucesso da autogestão do sistema... .
- c. Nas assembléias-gerais ordinárias e extraordinárias, a necessidade de se computarem os votos favoráveis, desfavoráveis e as abstenções e, quando estas forem relevantes, proceder um novo processo de discussão visando a melhoria do sistema de informação, participação e co-responsabilidade na cooperativa;
- d. A necessidade de que sejam incentivadas inovações na gestão com a participação de capital externo e através de alianças estratégicas, sempre mantendo-se os princípios doutrinários da cooperação;
- e. A questão da emissão de títulos para proporcionar a capitalização do empreendimento cooperativista;

f. A possibilidade da abertura de capital das cooperativas a terceiros, onde esta poderia contar com uma nova fonte de recursos para seu crescimento e capitalização;

g. As alianças estratégicas entre cooperativas e empresas não-cooperativas, para proporcionar a oportunidade de avançar em determinados mercados de forma mais flexível”.

A modernização da gestão cooperativa, depende, portanto, destas e de tantas outras sugestões, pois possibilitam um novo padrão de crescimento e de capitalização.

“Unir esforços é a chave para os produtores ampliarem sua presença no mercado” (RAÍCES, 2003, p. 107). Segundo este autor a união de agricultores em cooperativas e associações é um caminho natural. As vantagens são de que, juntos, os produtores se fortalecem e podem negociar no mercado como se fossem uma empresa de maior porte. Agregar esforços e interesses constitui uma saída para aumentar a eficiência e a economia da produção.

Diferentemente daquele ponto de venda de insumos, para a comercialização de grãos, hoje o papel das cooperativas inclui atribuições muito mais diversificadas, como a difusão da tecnologia, a assistência técnica e a captação de crédito a taxas mais baratas do que as cobradas pelos bancos.

Para Raíces (2003), a importância das cooperativas no campo é tanta que, cada vez mais, cresce o interesse pela área de gestão de cooperativas.

A gestão das cooperativas tem preocupado o mundo todo. A administração de um projeto corporativo, hoje, implica maior rigor e uma abordagem empresarial. Para tanto, existe uma proposta de gerenciamento organizacional das cooperativas chamada Nova Geração das Cooperativas - NGC. A NGC mantém a estrutura básica e doutrinária cooperativista, injetando-lhe novos mecanismos de

mercado. A quota-parte, por exemplo, passa a ser um instrumento passível de ser transacionado e, com isso, torna-se uma reserva de valor para o cooperado. Isso significa ver a quota como uma espécie de “ação de empresa”. A política de preços passa a ter como prioridade a distribuição de resultados, em vez de repassar os benefícios na forma de melhores preços pagos por produtos do cooperado (PINHO, 1996).

Essa nova visão obriga, ainda, a cooperativa a dedicar mais atenção à qualidade, afinal, como qualquer empresa, ela tem de disputar espaço no mercado.

Esse recorte sobre as cooperativas foi importante para se compreender o processo de industrialização das cooperativas.

Pôde-se concluir que as cooperativas estão, em grande parte, se inserindo num novo processo de gerenciamento. Esse novo conceito de cooperativismo procura manter os princípios doutrinários de um lado, mas de outro, a agregação de valor à sociedade e ao associado, dependem cada vez mais de uma abordagem empresarial destas.

As alianças estratégicas, a profissionalização da gestão e novas formas de captação de recursos é que vão possibilitar um acréscimo da eficiência econômica e social do empreendimento cooperativo.

2.5.2 As Cooperativas e a Agroindustrialização

Inicialmente o cooperativismo se constituiu no único suporte de uma camada de pequenos produtores diante de um aparato estatal fraco, que não dispunha de políticas públicas de bem estar social para as populações agrárias.

O cooperativismo seria um instrumento privilegiado do Estado para a construção de uma ordem social harmônica e mais justa. Era um instrumento de fomento que o Estado possuía para romper com certas condições de atraso no desenvolvimento agrícola.

Assim, em 1971, o Governo consolida a legislação cooperativista e sanciona a Lei Federal nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo, articulando-a com a própria política econômica do governo, tornando as cooperativas dependentes da ação do Estado, principalmente em relação à créditos subsidiados.

A partir daí o movimento cooperativista paranaense ganhou proporções, com o início das discussões para a implantação dos projetos de integração, desenvolvidos conjuntamente pela Acarpa e Incra, com o apoio do Banco do Brasil, BRDE e BNCC.

O objetivo dos projetos foi rediscutir a forma de atuação das cooperativas, pois alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando em concorrência, o que as enfraquecia, enquanto outros municípios não tinham nenhuma.

Os projetos foram desenvolvidos em três etapas, abrangendo regiões diferentes. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC, criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo - Norcoop, implantado em 1974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo - Sulcoop, iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da região Centro-Sul. A Ocepar nasceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1971, o que veio a dar forte apoio à execução dos projetos.

Esses projetos propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas despertando o cooperativismo para o espírito empresarial.

A integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado, o que levou as cooperativas à montagem da infra-estrutura básica para o atendimento das produções, de fundamental importância para o início da integração e como conseqüência, da agroindustrialização.

Ratificando esta idéia, Jardim Júnior (2002, p. 285) argumenta que “é importante ressaltar que os investimentos realizados (...) puderam ser concretizados pela existência de um sistema de crédito oficial, cujo objetivo era o estabelecimento de uma estrutura produtiva com maior agregação de valor”.

A partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do complexo agroindustrial, não se conformando com as condições de meras repassadoras de matéria-prima às indústrias.

Inseriram-se, então, as cooperativas, no processamento dos produtos agropecuários ao invés da comercialização dos produtos “in natura”. O resultado foi que a atividade industrial passou a impulsionar a crescente geração de sobras tornando-se, também, na principal atividade destas sociedades.

Para Neto (2001), isso se configura numa prática capitalista na qual as cooperativas assumem o processo de agroindustrialização como forma de sobrevivência e acumulação.

O Centro de Pesquisas da Ocepar² foi criado pelas cooperativas paranaenses em 1972, tendo a responsabilidade pelo desenvolvimento tecnológico agropecuário de interesse das cooperativas, encarregando-se da busca de novas tecnologias para o aumento de produtividade e propiciando segurança e rentabilidade aos agricultores.

Este Centro de Pesquisa desenvolveu programas que culminaram com a recomendação de novos cultivares de trigo, soja, milho, triticale, além de pesquisas de algodão e inúmeras novas tecnologias.

A partir de 1983 o cooperativismo paranaense realizou uma experiência altamente positiva, pioneira no Brasil, no que concerne ao desatrelamento da ingerência estatal nas cooperativas. Após ampla discussão entre governo, entidades de representação e cooperativas foi implantado o Projeto Piloto de Autofiscalização que permitiu alicerçar os primeiros passos rumo à autogestão das cooperativas no Paraná.

Com a promulgação da Constituição do Brasil em 1988, que em seu art. 5º, inciso XVIII, veda a interferência estatal no funcionamento das cooperativas, as cooperativas paranaenses, após amplos debates e estudos, aprovaram, em setembro de 1991, em Assembléia Geral da Ocepar, o Programa de Autogestão.

Este programa iniciou suas atividades em março de 1991, com os objetivos específicos de orientação na constituição e registro de cooperativas; acompanhamento de desempenho; educação, capacitação e reciclagem; organização dos cooperados; comunicação e integração.

² Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar, é um sindicato com o objetivo primordial de representar e defender os interesses do sistema cooperativo paranaense perante as autoridades constituídas e a sociedade, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das sociedades cooperativas e de seus integrantes, além de exercer a representatividade sindical das cooperativas paranaenses.

A viabilização desse programa se deu com a criação, ainda em 1991, dos Núcleos Regionais Cooperativistas, no qual o Estado foi dividido em cinco núcleos, de acordo com a localização geográfica e área de ação de todas as cooperativas.

Estes núcleos proporcionaram a aprovação de um planejamento estratégico das cooperativas paranaenses, o Plano Paraná Cooperativo 2000.

Este plano foi baseado na situação econômica do sistema, nas tendências do mercado interno e externo e no potencial de crescimento, e que, como resultado do esforço integrado de dezenas de lideranças, traçou diretrizes de médio e longo prazo que orientarão os próximos investimentos, cuja consolidação se constitui no grande desafio a partir daquela data e que permitiu inserir o cooperativismo na modernidade imposta às empresas pela globalização mundial.

Nesse ambiente é que a Cooperativa Agroindustrial Lar ingressa no processo de industrialização dos produtos agropecuários da região de Medianeira.

A Lar, segundo seu atual diretor-presidente, Eliseu Lang, tem como missão “a promoção do desenvolvimento econômico e social dos associados e da comunidade, através da agregação de valores a produção agropecuária”.

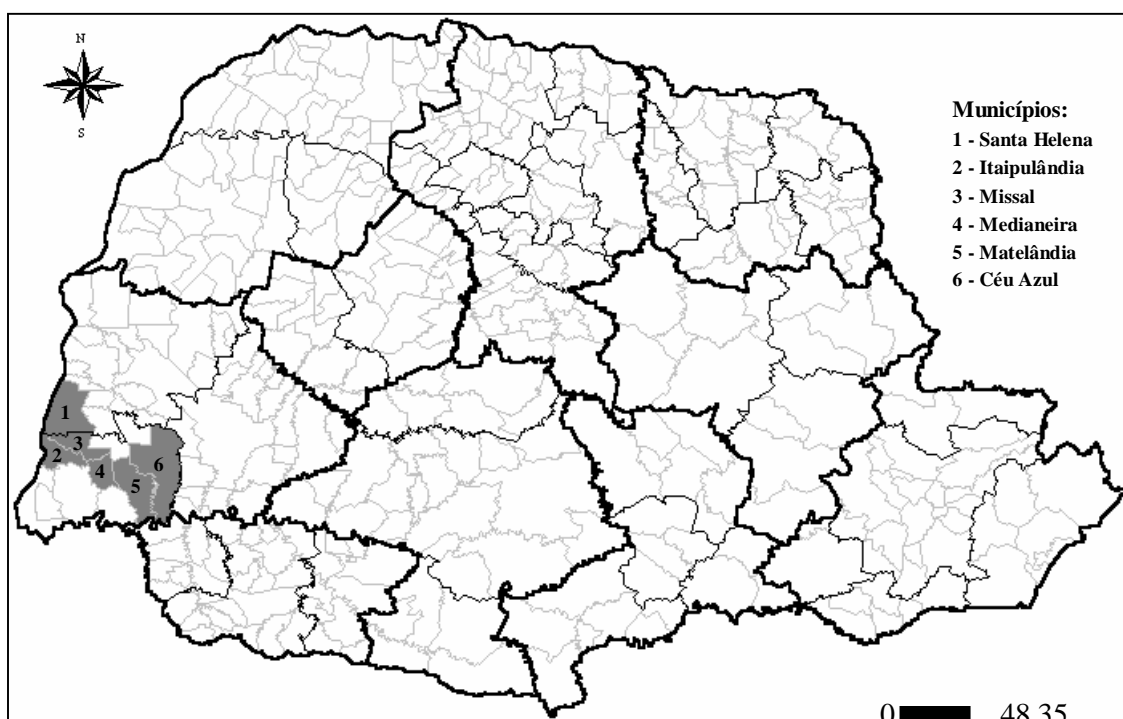
A cooperativa foi fundada em 19 de março de 1964, por um grupo de agricultores que decidiram organizar-se a fim de conseguirem maiores vantagens e maior competitividade na aquisição de insumos agrícolas, bem como na comercialização de sua produção.

A sede inicial foi em Missal PR, para melhor atender seus programas de expansão. Em 1972 transferiu sua sede para Medianeira, PR, onde permanece até hoje. Atualmente conta com 6.794 associados e 2.660 funcionários.

A sua área de ação está centrada na região Oeste Paranaense, atuando em 12 municípios. Conta com 14 unidades de recepção de produtos agropecuários.

O mapa apresentado na figura 1 mostra geograficamente os municípios onde a Lar mantém unidades industriais.

Figura 1 - Mapa dos Municípios com Unidades Industriais da Lar na Região Oeste do Paraná



Fonte: IBGE, 2005.

Ainda segundo seu presidente, trata-se, a Lar, de uma cooperativa que atua no agronegócio, comercializando produtos agropecuários, industrializando soja, mandioca, vegetais congelados e aves, e comercializando produtos nas áreas de supermercados e insumos agropecuários.

Em 1982 esta cooperativa implantou uma unidade industrial de soja, de rações e concentrados. Mas a inserção na agroindustrialização de forma mais

intensiva desta se deu a partir da década de 1990, com a implantação de uma unidade de mandioca, de leitões, de vegetais e de aves.

O capital necessário para esses investimentos foram adquiridos via agentes financeiros, como é o caso do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), em 1998.

Por fim, a inserção da Cooperativa Lar, no processo de agroindustrialização dos produtos agropecuários da região de Medianeira, deve ter refletido em termos econômicos e financeiros a esta sociedade cooperativa e, também, para o desenvolvimento da região de Medianeira.

3. METODOLOGIA

Nesta seção apresenta-se os procedimentos sistemáticos que proporcionaram averiguar os reflexos econômicos e financeiros que os investimentos em industrialização realizados pela Cooperativa Agroindustrial Lar acarretaram do ponto de vista da sociedade cooperativa e no desenvolvimento econômico do seu entorno.

Para tanto, foram analisados os dados e indicadores econômicos que seguem.

3.1 Alavancagem aos Resultados Econômicos e Financeiros da Sociedade Cooperativa

Os efeitos da industrialização dos produtos agropecuários da Cooperativa Agroindustrial Lar, de 2000 a 2004, em termos de resultados econômico-financeiros à referida sociedade, que são o incremento financeiro nas vendas e, a análise do retorno do investimento, foram conseguidos por desagregação, nas demonstrações financeiras anuais da cooperativa, das informações sobre receitas, investimentos em ativos, bem como da comparação das sobras líquidas de cada ano com os investimentos totais realizados pela sociedade.

Com relação à taxa de retorno sobre o investimento, compreendida na literatura como um dos índices que revelam a rentabilidade do capital investido por uma empresa, Ludicibus (1998) argumenta que de maneira geral deve-se relacionar o lucro de um empreendimento com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, para analisar quão bem se saiu a empresa num determinado período. Mas, argumenta ainda, que, no que se refere ao lucro, muitas

variantes podem ser adotadas: operacional, líquido, antes ou após o imposto de renda, onde se deseja ter uma idéia de lucratividade, como um todo, do empreendimento, o lucro líquido dividido pelo ativo total será um melhor indicador.

Considerando que o resultado positivo de um exercício financeiro apurado nas Demonstrações de Resultado do Exercício – DRE, no caso de uma sociedade cooperativa, é chamado de sobras líquidas, em substituição ao lucro líquido das sociedades de capital, tem-se a Equação(2):

$$RI = SL/ATM, \quad (2)$$

Sendo, RI: o Retorno sobre o Investimento; SL: as Sobras Líquidas; e, ATM: o Ativo Total Médio.

Com a definição da Equação (2) e, também, com os dados dos ativos totais registrados nos balanços patrimoniais, bem como dos resultados líquidos apurados nas demonstrações dos resultados dos exercícios, foram efetuadas as análises, de 2000 a 2004, da taxa de retorno do capital investido - RI pela Lar nestes exercícios, cujos resultados fornecem as informações necessárias à avaliação do êxito do empreendimento cooperativo, alavancado pelo processo de industrialização neste período.

3.2 Participação da Agroindustrialização da Lar no Retorno do ICMS

A verificação dos efeitos da agroindustrialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no retorno do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, no período de 2000 a 2004, aos Municípios de Medianeira, Missal, Céu Azul, Itaipulândia, Matelândia e Santa

Helena, na região oeste do Paraná, foi realizado pela análise da decomposição do índice que define o retorno, aos municípios Paranaenses, do ICMS (25%) arrecadado pelo Estado do Paraná.

Esta análise iniciou pelo estudo da composição dos critérios que compõem o retorno do referido imposto, da parte que cabe aos referidos Municípios. Assim, pelo artigo 158, inciso IV, da Constituição Federal, e do artigo 132 da Constituição do Estado do Paraná e da Lei Federal Complementar nº 63/90, foram definidos os critérios da composição dos índices de retorno, aos municípios paranaenses, segundo as Leis Estaduais nº 9.491/90, nº 12.847 e 59/91 (Complementar), conforme demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 – Critérios de Rateio do ICMS

CRITÉRIOS	PERCENTUAL
Valor Adicionado	75 %
Produção Agropecuária	8 %
Habitantes (Pop. Rural)	6 %
Propriedades Rurais	2 %
Área Territorial	2 %
Fator Fixo	2 %
Preservação Ambiental	5 %
TOTAL	100 %

Fonte: Lei nº 9.491/90 (PR) e Lei Complementar nº 59/91 (PR).

A partir desses critérios definidos na legislação a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná define, a cada ano, a partir das Declarações Fisco Contábeis - DFC, os índices de retorno do ICMS aos municípios.

Frise-se que os números relativos aos valores adicionados de um determinado ano, bem como da produção primária, e dos outros critérios, somente causarão efeito no retorno do ICMS dois anos seguintes. Para a verificação da participação das indústrias da Lar no retorno do ICMS, nos municípios citados, nos

anos de 2004, 2003, 2002, 2001 e 2000, utilizou-se, respectivamente, as DFCs com ano-base 2002, 2001, 2000, 1999 e 1998.

Os efeitos da participação da agroindustrialização da Lar no retorno do ICMS aos Municípios citados foram verificados mediante os seguintes procedimentos:

a) pela aferição da participação da produção das indústrias da Lar, bem como da produção primária incrementadas pelas indústrias da Lar, no Valor Adicionado - VA;

b) pela verificação da participação da produção agropecuária, nos Municípios, ocorrida em função das indústrias da Lar.

Para tanto, obteve-se o VA das indústrias da cooperativa, referentes aos anos citados, pelas DFC's apresentadas pela sociedade à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, por ocasião dos períodos de apuração dos índices anuais de retorno do ICMS.

Uma vez conhecido o referido VA, ele foi comparado ao Valor Adicionado Total - VAT dos Municípios, em termos nominais e relativos.

Apurada a participação do VA das indústrias da Lar, multiplicou-se este percentual pelo peso (75%) do valor adicionado na formação do índice de retorno. Ou seja:

$$\text{IRET} = 0,75 * \text{VA} \quad (3)$$

Sendo, IRET: o Índice de Retorno sobre o Valor Adicionado, e; VA: Valor Adicionado.

Em termos de valores anuais, no entanto, esta participação somente foi obtida quando da comparação dos valores creditados em favor dos Executivos Municipais.

Já os efeitos da agroindustrialização da Lar no critério “produção agropecuária” foram aferidos pelo Relatório do Valor Bruto da Produção Agropecuária Paranaense. De posse do Valor Bruto da Produção – VBP, dos Municípios referidos, verificou-se os seus valores brutos da produção agropecuária, focando os produtos agropecuários de interesse da Lar, com a finalidade de apurar, no índice agropecuário, a respectiva participação destes.

Com relação a estes dois critérios que compõem o Índice de Retorno – IR do ICMS, há que se ressaltar que, como esta participação é definida pelos índices, que depois são aplicados sobre o montante que cabe aos municípios da arrecadação do Estado do Paraná do ICMS, foi necessária a conversão, dos referidos índices, em moeda (reais), totalizando estes valores anualmente.

Sendo estes os critérios que definem o índice de participação dos municípios no ICMS, pôde-se calcular, em valores, a participação da Lar, no retorno do ICMS nos municípios de Medianeira, Itaipulândia, Missal, Matelândia, Céu Azul e Santa Helena, nos quais esta cooperativa mantém unidades industriais e tem influenciado a produção agropecuária.

3.3 A Influência das Indústrias Lar no Desempenho do Setor Industrial da Região de Medianeira

Os primeiros pesquisadores a aplicar e sistematizar os indicadores de análise regional no Brasil foram Lodder (1974), Haddad (1977 e 1989). Eles são referências importantes da aplicação empírica desse instrumental ao caso brasileiro.

Quando se trata da aplicação dessa análise no Paraná destacam-se Piacenti et al. (2002) e Lima et al. (2004).

Os indicadores de análise regional apontam os ramos de atividade mais importantes e que mais se concentraram em cada região. Nesta pesquisa mostra-se a especialização dos municípios citados em relação a região Oeste do Estado do Paraná.

A variável utilizada nessa análise é a mão-de-obra ocupada – MO (número de empregados) por ramos de atividade. A escolha por essa variável se deu pelo pressuposto de que os ramos de atividade mais dinâmicos empregam mais mão-de-obra no decorrer do tempo e, assim, a ocupação da mão-de-obra tem reflexo na renda regional, o que estimula o consumo e, conseqüentemente, a dinâmica da região. Os dados sobre mão-de-obra foram coletados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho, e correspondem aos anos de 1995 a 2004.

Para o cálculo das medidas de especialização e localização organizou-se as informações em uma matriz que relaciona a distribuição setorial-espacial de uma variável-base. O estudo utilizou a mão-de-obra distribuída por ramos de atividade. As colunas mostram a distribuição da mão-de-obra do município, e as linhas mostram a distribuição da mão-de-obra por ramos de atividade de cada município, conforme Figura 2 Matriz de Informações.

Definiram-se as seguintes variáveis:

MO_{ij} : Mão-de-obra ocupada do ramo de atividade i do município j ;

$$MO_{i.} = \sum_j MO_{ij} : \text{M\~{a}o-de-obra ocupada do ramo de atividade } i \text{ da}$$

Regi\~{a}o Oeste do Estado do Paran\~{a};

$$MO_{.j} = \sum_i MO_{ij} : \text{M\~{a}o-de-obra ocupada em todos os ramos de}$$

atividade do munic\~{i}pio j ;

$$MO_{..} = \sum_i \sum_j MO_{ij} : \text{M\~{a}o-de-obra ocupada total da regi\~{a}o Oeste do}$$

Estado do Paran\~{a}.

Figura 2 - Matriz de Informa\~{c}o\~{e}s

	← Ramo de Atividade i →			Total Marginal
Munic\~{i}pios j		↑		
	←	MO_{ij}	→	$\sum_i MO_{ij}$
Total Marginal		↓		$\sum_i \sum_j MO_{ij}$

FONTE: Adaptado de Lodder (1974), Haddad, 1989, Piacenti et al. (2002), Lima et al. (2004)

A partir da matriz de informa\~{c}o\~{e}s descrevem-se as medidas de localiza\~{c}o\~{e} e especializa\~{c}o\~{e}. As medidas de localiza\~{c}o\~{e} s\~{a}o de natureza setorial e se preocupam com a localiza\~{c}o\~{e} dos ramos de atividade do munic\~{i}pio, ou seja, procuram identificar padr\~{o}es de concentra\~{c}o\~{e} ou dispers\~{a}o da m\~{a}o-de-obra ocupada setorial, num determinado per\~{i}odo. No presente trabalho utilizou-se o quociente locacional e o coeficiente de localiza\~{c}o\~{e} como medidas de localiza\~{c}o\~{e}.

a) Quociente Locacional – QL

\u00c9 utilizado para comparar a participa\~{c}o\~{e} percentual da m\~{a}o-de-obra ocupada de um munic\~{i}pio com a participa\~{c}o\~{e} percentual da regi\~{a}o Oeste do Estado

do Paraná. O quociente locacional pode ser analisado a partir de ramos de atividade específicos ou no seu conjunto. É expresso pela Equação (4).

$$QL_{ij} = \frac{MO_{ij} / \sum_j MO_{ij}}{\sum_i MO_{ij} / \sum_i \sum_j MO_{ij}} \quad (4)$$

A importância do município no contexto regional, em relação ao ramo de atividade estudado, é demonstrada quando QL_{ij} assume valores acima de 1, nesta situação indica a representatividade do ramo de atividade i no município j . Além disso, verifica-se que o município j é relativamente mais importante, no contexto regional, em termos do ramo de atividade i , do que em termos gerais de todos os ramos de atividade. O contrário ocorre quando o QL_{ij} for menor que 1. Assim, a partir da análise do QL_{ij} visualizou-se a concentração de cada ramo de atividade no município estudado.

b) Coeficiente de Localização - CL

O objetivo do coeficiente de localização é relacionar a distribuição percentual da mão-de-obra ocupada num dado domicílio entre os municípios com a distribuição percentual da mão-de-obra ocupada da região Oeste do Estado do Paraná. O coeficiente de localização da atividade i (CL_i) é medido pela Equação (5).

$$CL_i = \frac{\sum_j \left(MO_{ij} / \sum_j MO_{ij} \right) - \left(\sum_i MO_{ij} / \sum_i \sum_j MO_{ij} \right)}{2} \quad (5)$$

Se o CL_i for igual a zero (0), significa que o ramo de atividade i está distribuído regionalmente da mesma forma que o conjunto de todos os ramos de atividade, ou seja, está mais disperso no município. Se o valor CL_i for igual a um (1),

este demonstra que o ramo de atividade i apresenta um padrão de concentração municipal mais intenso do que o conjunto de todos os setores.

Diferente do QL_{ij} e do CL_i , que são medidas de localização, as medidas de especialização se concentram na análise da estrutura produtiva do município, objetivando analisar o grau de especialização das economias municipal num determinado período. Dentre estas medidas, utilizou-se, no presente trabalho, o Coeficiente de Especialização - CE .

c) Coeficiente de Especialização - CE

O Coeficiente de Especialização - CE , apresentado na Equação (6), é uma medida regional. As medidas regionais concentram-se na estrutura produtiva de cada município, fornecendo informações sobre o nível de especialização da economia num determinado ano.

$$CE_j = \frac{\sum_i \left(\frac{MO_{ij}}{\sum_i MO_{ij}} \right) - \left(\frac{\sum_j MO_{ij}}{\sum_i \sum_j MO_{ij}} \right)}{2} \quad (6)$$

Por meio do CE_j , compara-se a economia de um município j com a economia da região Oeste do Estado do Paraná. Para CE_j iguais a 0 (zero), o município j tem composição idêntica à mesorregião Oeste Paranaense. Em contrapartida, se CE_j for igual ou próximo a 1 demonstra um elevado grau de especialização do município j que pode ligado a um determinado ramo de atividade ou ao conjunto delas.

Segundo FERRERA DE LIMA (2004), o Coeficiente de Especialização - CE não é apenas uma medida de progresso econômico, pois alguns municípios podem estar fortemente especializados em ramos de atividades em declínio ou pouco rentáveis. Portanto, essa medida define e apresenta a posição

relativa das unidades espaciais, ou seja, dos municípios em relação à região Oeste do Estado do Paraná.

d) Coeficiente de Associação Geográfica -CAG

O coeficiente de associação geográfica mostra a associação geográfica entre dois ramos de atividade (i e k), comparando as distribuições percentuais de mão-de-obra entre o conjunto dos municípios onde a Lar tem Indústrias.

$$CAG_{ik} = \frac{\sum_j \left[\left(\frac{MO_{ij}}{\sum_i MO_{ij}} \right) - \left(\frac{MO_{kj}}{\sum_i MO_{ij}} \right) \right]^2}{2} \quad (7)$$

Os valores da CAG_{ik} variam de zero (0), que significa que o ramo de atividade i estará distribuído regionalmente da mesma forma que o ramo de atividade k, mostrando que os padrões locais dos dois ramos de atividade estão associados geograficamente, até um (1) que representa nenhuma associação.

e) Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl - IHH

O índice de concentração de Hirschman-Herfindahl permite comparar o “peso” de um ramo de atividade i em um município j no ramo de atividade i da região Oeste do Paraná em relação ao “peso” da estrutura produtiva do município j na estrutura da região Oeste do Paraná como um todo, conforme demonstra Equação 8.

$$IHH_{ij} = \left[\left(\frac{MO_{ij}}{\sum_j MO_{ij}} \right) - \left(\frac{\sum_i MO_{ij}}{\sum_i \sum_j MO_{ij}} \right) \right]^2 \quad (8)$$

Dessa forma, quando o IHH_{ij} apresentar um valor positivo indica que o ramo de atividade i do município j está mais concentrado e, portanto, exerce um

poder de atração maior, dada sua especialização. O contrário ocorre quando os valores forem negativos.

3.4. Coleta de Dados

Para o estudo dos efeitos econômicos e financeiros (rentabilidade e retorno sobre o investimento), os dados foram obtidos junto ao setor contábil da sociedade cooperativa, por meio do fornecimento dos balanços patrimoniais, Demonstrações dos Resultados dos Exercícios – DRE's e relatórios contábeis, os quais identificaram informações sobre os valores de vendas, de investimentos em ativos, e dos resultados dos exercícios de 2000 a 2004.

Já para a análise dos efeitos da agroindustrialização da Lar em termos de retorno do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS obteve-se os dados por meio do site da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA (FAZENDA, 2005) que contém os cálculos dos itens que compõem o retorno do ICMS, de informações em relatórios contábeis e de DFC's, conseguidas junto ao setor contábil da sociedade cooperativa em estudo e, ainda, de dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda do Município de Medianeira.

Os dados que possibilitaram a verificação da participação da agroindústria da Lar, com reflexos na produção agropecuária, foram obtidos por meio do Departamento de Economia Rural – DERAL, subordinado à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento – SEAB.

Por outro lado, junto à Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do trabalho e Emprego, e pelo site da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, foram coletados os dados que possibilitaram os cálculos dos coeficientes de medidas de Localização e de Especialização, além do índice de concentração.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Participação da Agroindustrialização da Lar no Retorno do ICMS

A partir dos procedimentos metodológicos, apresentados na Seção 3, os dados foram trabalhados e resultaram nas informações das Tabelas de 1 a 6, que seguem³:

Tabela 1 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Céu Azul - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	1.764.518,22	32,31	1.583.646,04	30,85	1.485.027,28	30,53	1.691.815,16	33,65	2.283.563,24	37,80	8.808.569,94	33,21
1.1 Indústria	557.091,31	10,20	484.758,42	9,44	344.607,29	7,09	561.848,63	11,18	672.009,48	11,12	2.620.315,13	9,88
1.1.1 Lar	374.854,28	6,86	247.860,43	4,83	163.005,84	3,35	418.251,85	8,32	474.893,52	7,86	1.678.865,92	6,33
1.1.2 Outras	182.237,03	3,34	236.897,99	4,62	181.601,45	3,73	143.596,78	2,86	197.115,97	3,26	941.449,21	3,55
1.2 Comércio	359.448,80	6,58	339.610,27	6,62	266.982,89	5,49	309.529,44	6,16	399.675,99	6,62	1.675.247,38	6,32
1.3 Produção Primária	846.734,89	15,51	757.244,19	14,75	870.277,17	17,89	819.733,39	16,31	1.211.454,11	20,05	4.505.443,75	16,98
1.3.1 Lar	54.631,62	1,00	52.903,43	1,03	47.751,47	0,98	49.377,52	0,98	94.736,33	1,57	299.400,37	1,13
1.3.2 Outras	792.103,28	14,50	704.340,76	13,72	822.525,70	16,91	770.355,88	15,32	1.116.717,77	18,49	4.206.043,39	15,86
1.4 Ações Fiscais/outros	1.243,22	0,02	2.033,16	0,04	3.159,93	0,06	703,70	0,01	423,66	0,01	7.563,67	0,03
2. Produção Agropecuária	606.727,26	11,11	571.166,30	11,13	535.719,37	11,01	650.021,73	12,93	812.980,71	13,46	3.176.615,38	11,98
2.1 Lar	248.001,49	4,54	227.541,20	4,43	201.072,03	4,13	295.201,76	5,87	382.386,23	6,33	1.354.202,71	5,11
2.2 Outras	358.725,77	6,57	343.625,11	6,69	334.647,34	6,88	354.819,97	7,06	430.594,48	7,13	1.822.412,67	6,87
3. População Rural	179.588,87	3,29	185.616,57	3,62	188.081,99	3,87	203.451,21	4,05	221.589,65	3,67	978.328,30	3,69
4. Propriedades Rurais	74.764,59	1,37	78.995,34	1,54	79.718,47	1,64	86.001,10	1,71	93.456,12	1,55	412.935,62	1,56
5. Área Territorial	195.233,85	3,58	201.784,18	3,93	202.481,25	4,16	219.116,32	4,36	238.483,09	3,95	1.057.098,69	3,99
6. Fator Ambiental	2.557.277,39	46,83	2.425.896,79	47,26	2.286.857,23	47,02	2.083.897,60	41,45	2.289.819,73	37,90	11.643.748,73	43,90
7. Distribuição igualitária	82.872,10	1,52	85.653,61	1,67	85.949,49	1,77	93.009,84	1,85	101.302,03	1,68	448.787,08	1,69
8. TOTAIS (soma 1 – 7)	5.460.982,28	100,00	5.132.758,85	100,00	4.863.835,10	100,00	5.027.312,95	100,00	6.041.194,55	100,00	26.526.083,74	100,00
9. Resumo da Part. da Lar	677.487,39	12,40	528.305,06	10,29	411.829,34	8,46	762.831,13	15,17	952.016,08	15,76	3.332.469,00	12,57

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A Tabela 1 apresenta a participação da Cooperativa Lar no retorno do ICMS do Município de Céu Azul de 2000 a 2004. Neste Município, a referida cooperativa tem instalada uma unidade Industrial de Soja, uma unidade industrial de empacotados e uma unidade de beneficiamento de ovos.

³ Os dados constantes das tabelas referidas estão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE que são: 2001 – 9,44%, 2002 – 14,74%, 2003 – 10,38, 2004 – 6,13 e, 2005 (até julho) – 3,31%. Seus valores originais podem ser vistos no ANEXO 1 – Tabelas de Retorno de ICMS (preços correntes).

Conforme os cálculos apresentados na Tabela 1, a participação da Cooperativa Lar no retorno do ICMS nos períodos em estudo variou entre 8,46 % (ano 2002) e 15,76% (ano 2004), sendo o maior percentual obtido na participação do retorno do ICMS. Neste ano o Executivo do Município de Céu Azul recebeu, em valores atuais, R\$ 6.041.194,55 (item 8, ano 2004) e destes, a Lar teve participação em R\$ 952.016,08 (item 9, ano 2004), valor que se obtém da soma da participação da Lar no valor adicionado da indústria (item 1.1.1), da produção primária (item 1.3.1) e na estimativa da produção agropecuária feita pelo DERAL (item 2.1).

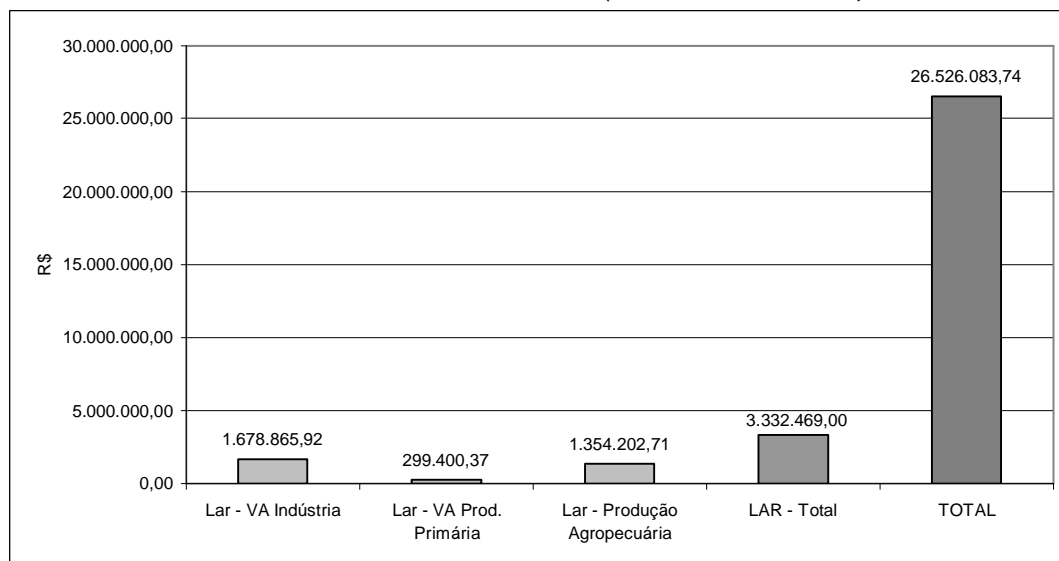
A maior parte da participação da Cooperativa Lar no retorno do ICMS ao Município de Céu Azul, entre 2000 e 2004, conforme se percebe na Tabela 1, foi no valor adicionado da indústria. Conforme se verifica nos itens 1.1 e 1.1.1, na coluna “Total Acumulado”, as indústrias de Céu Azul, por meio de seus valores adicionados, foram responsáveis pelo valor de R\$ 2.620.315,13 e, deste valor, as três indústrias da Cooperativa Lar contribuíram com o valor adicionado de R\$1.678.865,92. A comparação entre esses dois valores indica que as indústrias da Lar representaram, no período 2000 - 2004, quase dois terços do valor adicionado das indústrias.

Isso também pode ser verificado ao se comparar os percentuais apresentados na coluna “Total Acumulado” da Tabela 1, ou seja, as indústrias da Lar representaram 6,33% em relação ao total das indústrias, que foi 9,88%, do total do retorno do ICMS ao Município de Céu Azul no período 2000 – 2004.

Pelo item 8 e 9, na coluna “Total Acumulado”, percebe-se que dos R\$ 26.526.083,74 que o Município de Céu Azul recebeu do Governo do Estado do Paraná, a título de retorno do ICMS, a Lar teve participação direta em R\$3.332.469,00 representando, no período, um percentual médio de 12,57%.

Para melhor visualização apresenta-se na Figura 3 a participação da Cooperativa Lar no retorno do ICMS de Céu Azul.

Figura 3 – Gráfico Comparativo da Participação da LAR no Retorno de ICMS de Céu Azul no Período de 2000 a 2004 (Por critério e Total)



Fonte: Tabela 1.

A Tabela 2 apresenta a decomposição do retorno do ICMS ao Município de Itaipulândia. Ele revela que as indústrias da Lar influenciaram no retorno do ICMS entre 10,01% e 14,48%, entre 2000 e 2004 (conforme se apresenta no item 9), sendo o maior percentual ocorrido em 2003.

Neste Município a Cooperativa Lar mantém uma unidade industrial de vegetais e uma unidade produtora de leiteões.

Tabela 2 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Itaipulândia - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	473.265,09	49,98	535.148,29	52,58	548.420,81	50,71	620.082,36	51,69	842.319,46	56,20	3.019.236,01	52,56
1.1 Indústria	91.586,55	9,67	90.435,50	8,89	95.892,60	8,87	119.035,43	9,92	180.869,34	12,07	577.819,42	10,06
1.1.1 Lar	0,00	0,00	18.855,69	1,85	27.939,47	2,58	45.968,28	3,83	37.770,97	2,52	130.534,41	2,27
1.1.2 Outras	91.586,55	9,67	71.579,82	7,03	67.953,12	6,28	73.067,15	6,09	143.098,37	9,55	447.285,00	7,79
1.2 Comércio	79.088,92	8,35	84.480,29	8,30	136.636,37	12,63	129.392,41	10,79	145.892,43	9,73	575.490,42	10,02
1.3 Produção Primária	301.606,74	31,85	359.416,11	35,32	314.954,14	29,12	370.556,74	30,89	514.462,44	34,33	1.860.996,17	32,40
1.3.1 Lar	0,00	0,00	3.767,03	0,37	5.527,86	0,51	5.277,22	0,44	5.116,08	0,34	19.688,19	0,34
1.3.2 Outras	301.606,74	31,85	355.649,07	34,95	309.426,28	28,61	365.279,51	30,45	509.346,36	33,99	1.841.307,96	32,05
1.4 Ações Fiscais/outros	982,87	0,10	816,40	0,08	937,70	0,09	1.097,79	0,09	1.095,24	0,07	4.930,01	0,09
2. Produção Agropecuária	182.811,66	19,31	205.435,34	20,19	206.633,01	19,11	223.929,52	18,67	268.114,71	17,89	1.086.924,25	18,92
2.1 Lar	94.760,55	10,01	110.757,61	10,88	100.702,05	9,31	122.522,95	10,21	153.664,71	10,25	582.407,86	10,14
2.2 Outras	88.051,12	9,30	94.677,73	9,30	105.930,95	9,80	101.406,57	8,45	114.450,00	7,64	504.516,38	8,78
3. População Rural	128.478,32	13,57	132.820,14	13,05	178.067,20	16,47	192.843,39	16,07	210.444,40	14,04	842.653,45	14,67
4. Propriedades Rurais	23.739,80	2,51	1.014,49	0,10	4.508,17	0,42	7.206,43	0,60	8.050,18	0,54	44.519,08	0,77
5. Área Territorial	55.778,55	5,89	57.662,84	5,67	57.860,56	5,35	62.625,25	5,22	68.292,94	4,56	302.220,14	5,26
6. Fator Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. Distribuição igualitária	82.831,67	8,75	85.630,91	8,41	85.924,54	7,95	92.999,32	7,75	101.487,46	6,77	448.873,90	7,81
8. TOTAIS (soma 1 – 7)	946.905,09	100,00	1.017.712,00	100,00	1.081.414,29	100,00	1.199.686,28	100,00	1.498.709,14	100,00	5.744.426,79	100,00
9. Resumo da Part. da Lar	94.760,55	10,01	133.380,33	13,10	134.169,38	12,40	173.768,45	14,48	196.551,76	13,11	732.630,46	12,75

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Pela Tabela 2 se pode perceber que a produção agropecuária, influenciada pelas indústrias da Lar, teve maior participação no retorno do ICMS do Município de Itaipulândia, entre 2000 a 2004. Isto pode ser verificado pelos valores dos itens 1.1, 1.3.1 e 2.1, da coluna “Total Acumulado”, que são respectivamente, R\$ 130.534,41, R\$ 19.688,19 e R\$ 582.407,86. Este último representou 10,14% do total recebido de ICMS no mencionado período, enquanto os itens 1.1 e 1.3.1 representaram, respectivamente, 2,27% e 0,34%.

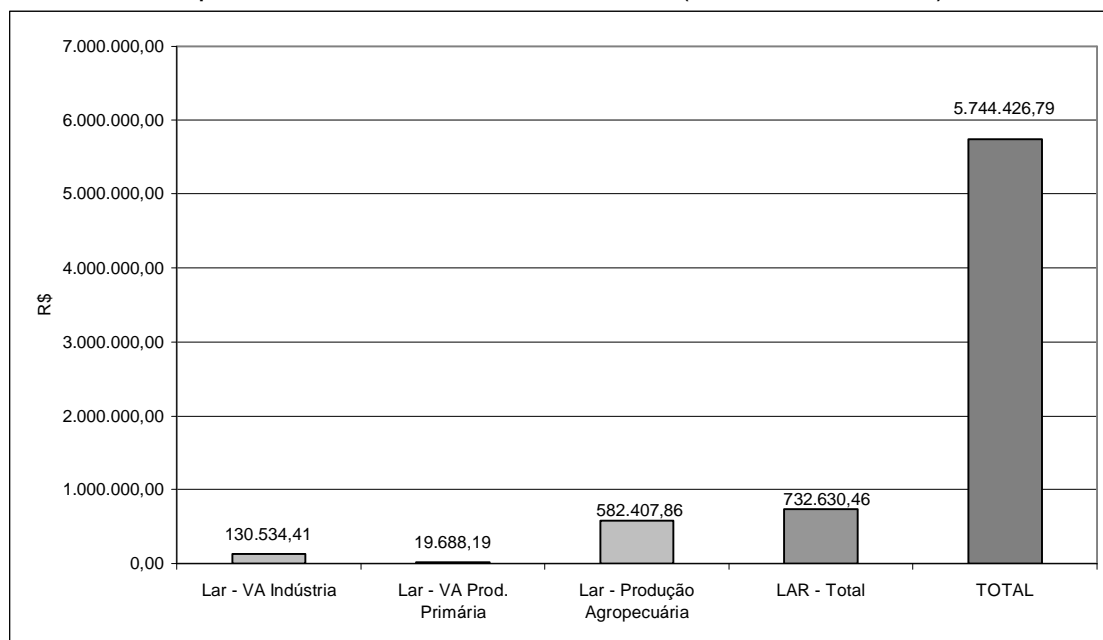
O Valor Adicionado das duas empresas tem menor representatividade em função dessas empresas começarem a dar retorno no ICMS em 2001, como também por serem empresas com valores adicionados não muito altos.

Em termos gerais, do total do retorno de R\$ 732.630,46 (item 9, da coluna “Total Acumulado”), a participação da Lar representa 12,75% do total de

ICMS recebido pelo município nos cinco anos referidos que foi de R\$ 5.744.426,79 (item 8, coluna “Total Acumulado”).

A figura 4 apresenta esta participação das indústrias da Lar no retorno do ICMS de Itaipulândia.

Figura 4 – Gráfico Comparativo da Participação da LAR no Retorno de ICMS de Itaipulândia no Período de 200 a 2004 (Por critério e Total)



Fonte: Tabela 2.

A Tabela 3, apresenta a decomposição do retorno do ICMS ao Município de Matelândia. As informações desta figura demonstram variações de um ano para outro na importância da Lar no retorno do ICMS do Município de Matelândia, nos anos de 2000 a 2004. O item 9 mostra isso, na medida em que a Lar representou 4,27% no retorno de 2000, 6,63% em 2001, 13,59% em 2002, 23,90% em 2003 e, 26,53% em 2004.

Tabela 3 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Matelândia - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	1.065.565,83	27,54	1.111.995,10	28,68	1.314.601,33	32,33	1.773.378,90	39,36	2.326.155,08	43,97	7.591.696,23	35,13
1.1 Indústria	164.679,06	4,26	202.487,66	5,22	422.244,78	10,38	805.479,08	17,88	1.049.960,95	19,84	2.644.851,53	12,24
1.1.1 Lar	0,00	0,00	63.366,32	1,63	240.205,27	5,91	667.967,97	14,83	862.491,23	16,30	1.834.030,79	8,49
1.1.2 Outras	164.679,06	4,26	139.121,34	3,59	182.039,52	4,48	137.511,10	3,05	187.469,71	3,54	810.820,73	3,75
1.2 Comércio	241.811,33	6,25	268.175,08	6,92	279.173,72	6,87	272.875,30	6,06	314.967,35	5,95	1.377.002,78	6,37
1.3 Produção Primária	643.055,90	16,62	634.698,07	16,37	592.977,57	14,58	686.337,81	15,23	959.433,33	18,13	3.516.502,68	16,27
1.3.1 Lar	0,00	0,00	8.565,35	0,22	104.286,95	2,56	161.800,30	3,59	263.674,98	4,98	538.327,58	2,49
1.3.2 Outras	643.055,90	16,62	626.132,74	16,15	488.690,62	12,02	524.537,51	11,64	695.758,34	13,15	2.978.175,12	13,78
1.4 Ações Fiscais/outros	16.019,52	0,41	6.634,29	0,17	20.205,27	0,50	8.686,71	0,19	1.793,45	0,03	53.339,24	0,25
2. Produção Agropecuária	411.088,07	10,62	450.357,74	11,61	521.231,81	12,82	615.102,03	13,65	641.489,97	12,12	2.639.269,63	12,21
2.1 Lar	165.262,02	4,27	185.209,89	4,78	208.088,03	5,12	246.924,67	5,48	277.696,06	5,25	1.083.180,67	5,01
2.2 Outras	245.826,05	6,35	265.147,85	6,84	313.143,78	7,70	368.177,36	8,17	363.793,91	6,88	1.556.088,96	7,20
3. População Rural	215.074,54	5,56	222.237,04	5,73	242.816,08	5,97	262.615,82	5,83	286.413,35	5,41	1.229.156,82	5,69
4. Propriedades Rurais	98.677,34	2,55	103.726,27	2,67	100.099,89	2,46	97.408,50	2,16	105.901,72	2,00	505.813,71	2,34
5. Área Territorial	106.842,41	2,76	110.399,16	2,85	110.766,47	2,72	119.884,31	2,66	130.655,71	2,47	578.548,07	2,68
6. Fator Ambiental	1.889.304,15	48,83	1.793.369,62	46,25	1.691.063,74	41,59	1.543.991,00	34,27	1.698.841,52	32,11	8.616.570,03	39,87
7. Distribuição igualitária	82.882,14	2,14	85.642,32	2,21	85.927,26	2,11	92.999,52	2,06	101.426,88	1,92	448.878,12	2,08
8. TOTAIS (soma 1 – 7)	3.869.434,48	100,00	3.877.727,25	100,00	4.066.506,58	100,00	4.505.380,06	100,00	5.290.884,24	100,00	21.609.932,60	100,00
9. Resumo da Part. da Lar	165.262,02	4,27	257.141,56	6,63	552.580,25	13,59	1.076.692,94	23,90	1.403.862,27	26,53	3.455.539,04	16,00

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Esta participação foi elevada gradativamente em função da unidade industrial de aves, que é a maior indústria da Cooperativa Agroindustrial Lar. Ela começou suas atividades recentemente, mais precisamente em 1999 e, em função disso, os reflexos em termos de participação no retorno do ICMS foi somente a partir de 2001, quando representou apenas 6,63%, chegando a 26,53% em 2004.

Essa variação positiva ocorreu em função de investimentos feitos pela sociedade na ampliação da fábrica que em 2004 empregava 2.024 funcionários e já abatia 170.000 aves por dia (ver Anexo 2).

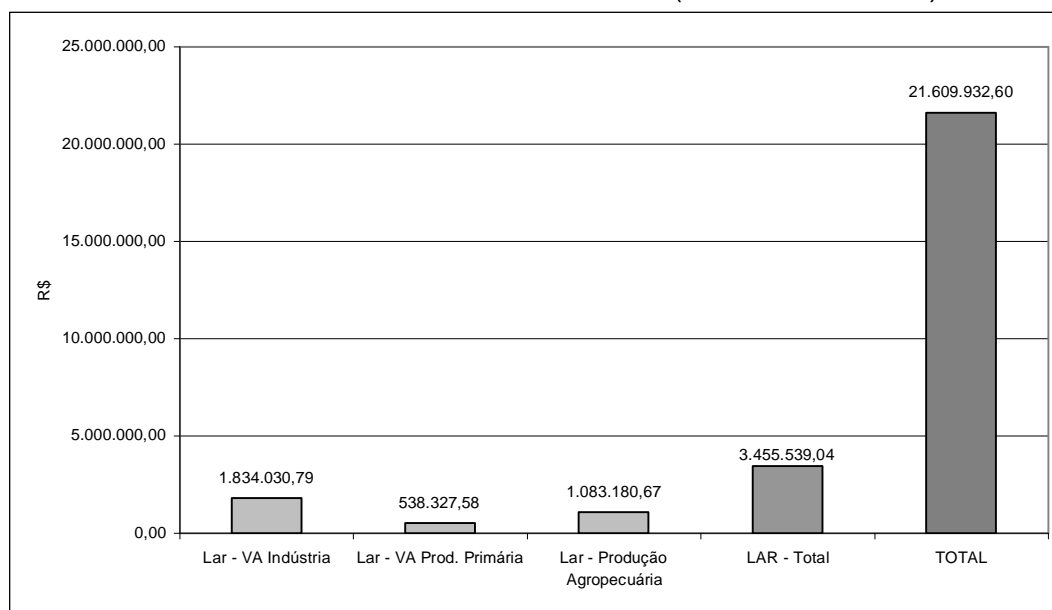
A importância ímpar, em termos financeiros, da Lar para o Município de Matelândia, pode ser observada no item 9, coluna “Total Acumulado”, da Tabela 3, que apresenta o valor total de R\$ 3.455.539,04 que representa a influência da Lar de 2000 a 2004, no retorno do ICMS, o qual somou R\$ 21.609.932,60 neste período (conforme item 8, coluna “Total Acumulado”). Isso significa 16,00% de participação,

conforme demonstrado no percentual do total, na coluna “Total Acumulado”, no item 9.

A importância da Unidade Industrial de aves no Município de Matelândia pode ser observada pelo valor adicionado da indústria. O item 1.1.1 apresenta, na coluna “Total Acumulado”, que o adicionado da indústria da Lar de Matelândia, totaliza R\$ 1.834.030,79 e, o adicionado de todas as indústrias de Matelândia totalizam R\$ 2.644.851,53 (item 1.1, coluna “Total Acumulado”). Ou seja, dos 12,24% que os valores adicionados das indústrias de Matelândia representaram no retorno do ICMS deste município, o valor adicionado da indústria da Lar representou 8,49 pontos percentuais.

Com isso se pode afirmar que esta única indústria que a Lar mantém em Matelândia representou no período mais da metade do total do retorno de ICMS proveniente do valor adicionado. Isto pode ser visualizado no gráfico da Figura 5.

Figura 5 – Gráfico Comparativo da Participação da LAR no Retorno de ICMS de Matelândia no Período de 200 a 2004 (Por critério e Total)



Fonte: Tabela 3.

O Município de Medianeira recebeu a título de retorno de ICMS, entre 2000 e 2004, o valor acumulado, e corrigido, de R\$ 24.315.095,11, conforme demonstra o item 8, da coluna “Total Acumulado” da Tabela 4. Deste, apenas R\$1.502.649,21 foi influenciado diretamente pela Lar o que representa 6,18%, conforme demonstra o item 9 da referida tabela.

Tabela 4 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Medianeira - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	3.624.102,35	78,64	4.970.832,25	107,21	3.611.079,84	77,22	3.714.282,89	75,58	4.151.027,12	75,76	20.071.324,46	82,55
1.1 Indústria	1.386.605,76	30,09	2.068.954,06	44,62	1.394.973,47	29,83	1.442.675,24	29,36	1.595.080,35	29,11	7.888.288,88	32,44
1.1.1 Lar	29.708,74	0,64	44.990,57	0,97	101.422,30	2,17	96.304,15	1,96	112.518,82	2,05	384.944,57	1,58
1.1.2 Outras	1.356.897,01	29,44	2.023.963,49	43,65	1.293.551,17	27,66	1.346.371,09	27,40	1.482.561,53	27,06	7.503.344,29	30,86
1.2 Comércio	1.333.556,53	28,94	1.815.708,74	39,16	1.342.053,97	28,70	1.280.582,29	26,06	1.332.613,14	24,32	7.104.514,67	29,22
1.3 Produção Primária	900.238,06	19,53	1.067.764,54	23,03	858.143,58	18,35	983.679,17	20,02	1.220.150,73	22,27	5.029.976,08	20,69
1.3.1 Lar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2 Outras	900.238,06	19,53	1.067.764,54	23,03	858.143,58	18,35	983.679,17	20,02	1.220.150,73	22,27	5.029.976,08	20,69
1.4 Ações Fiscais/outros	3.701,99	0,08	18.404,91	0,40	15.908,83	0,34	7.346,21	0,15	3.182,91	0,06	48.544,84	0,20
2. Produção Agropecuária	436.309,10	9,47	641.533,14	13,84	501.363,87	10,72	587.988,46	11,97	659.670,83	12,04	2.826.865,41	11,63
2.1 Lar	145.172,24	3,15	255.576,54	5,51	194.676,30	4,16	236.756,32	4,82	285.523,24	5,21	1.117.704,64	4,60
2.2 Outras	291.136,86	6,32	385.956,58	8,32	306.687,57	6,56	351.232,15	7,15	374.147,58	6,83	1.709.160,74	7,03
3. População Rural	249.274,03	5,41	354.300,61	7,64	263.920,75	5,64	286.941,15	5,84	313.471,06	5,72	1.467.907,60	6,04
4. Propriedades Rurais	119.285,07	2,59	154.797,17	3,34	116.616,17	2,49	126.568,82	2,58	1.382.402,98	25,23	1.899.670,20	7,81
5. Área Territorial	54.093,17	1,17	76.883,29	1,66	56.089,61	1,20	60.705,92	1,24	662.718,94	12,09	910.490,93	3,74
6. Fator Ambiental	42.693,92	0,93	61.054,49	1,32	41.399,71	0,89	44.599,21	0,91	49.154,99	0,90	238.902,33	0,98
7. Distribuição igualitária	82.875,78	1,80	117.793,80	2,54	85.935,55	1,84	93.007,33	1,89	101.606,58	1,85	481.219,04	1,98
8. TOTAIS (soma 1 – 7)	4.608.633,38	100,00	4.636.522,72	100,00	4.676.405,52	100,00	4.914.093,80	100,00	5.479.439,68	100,00	24.315.095,11	100,00
9. Resumo da Part. da Lar	174.880,98	3,79	300.567,11	6,48	296.098,60	6,33	333.060,47	6,78	398.042,06	7,26	1.502.649,21	6,18

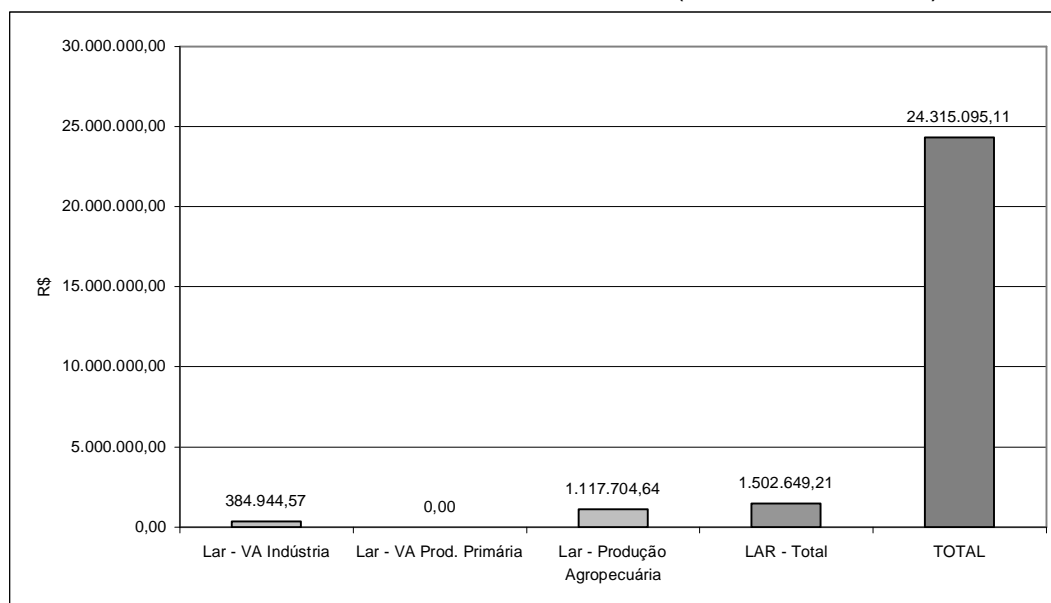
Fonte: Resultados da Pesquisa.

Ao se analisar pormenorizadamente os critérios que mais representatividade tiveram no referido retorno, pode-se verificar que o critério “produção agropecuária” influenciada pela Lar foi superior ao critério valor adicionado da indústria da Lar.

Isso está apresentado na coluna “Total Acumulado” na medida em que a produção agropecuária influenciada pela Lar, conforme o item 2.1, da Tabela 4, o valor de R\$ 1.117.704,64, enquanto o valor adicionado da Unidade Industrial de Rações da Lar, demonstrado no item 1.1.1, somou R\$ 384.944,57.

Pode-se observar, também, pelo item 1, na coluna “Total Acumulado”, da Tabela 4, que o valor adicionado das indústrias de Medianeira responderam por 82,55% (R\$ 20.071.324,46) do total recebido por este município, entre 2000 a 2004, de retorno de ICMS, que foi de R\$ 24.315.095,11, conforme item 8, da coluna “Total Acumulado”, enquanto os R\$ 384.944,57 (item 1.1.1, coluna “Total Acumulado”) de valor adicionado da indústria da Lar representou apenas 1,58% do retorno deste ICMS. Estas informações também podem ser vistas na Figura 6.

Figura 6 – Gráfico Comparativo da Participação da LAR no Retorno de ICMS de Medianeira no Período de 200 a 2004 (Por critério e Total)



Fonte: Tabela 4.

A Unidade Industrial de Mandioca, que é a única fábrica que a Lar mantém em Missal é muito importante para o retorno do ICMS a este município. Isto é apresentado na Tabela 5. Por ela percebe-se que, de uma forma geral, a Cooperativa Lar é importante na contribuição que dá ao retorno de ICMS ao Município de Missal.

Tabela 5 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Missal - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	982.575,82	51,53	1.033.565,43	50,50	991.917,24	48,82	1.057.044,30	48,39	1.313.211,58	51,59	5.378.314,38	50,19
1.1 Indústria	160.356,96	8,41	174.398,35	8,52	177.358,51	8,73	151.302,43	6,93	188.805,53	7,42	852.221,78	7,95
1.1.1 Lar	67.827,60	3,56	59.370,91	2,90	92.128,42	4,53	80.792,79	3,70	106.591,82	4,19	406.711,52	3,80
1.1.2 Outras	92.529,35	4,85	115.027,44	5,62	85.230,09	4,19	70.509,64	3,23	82.213,72	3,23	445.510,24	4,16
1.2 Comércio	221.230,50	11,60	167.124,46	8,17	182.103,36	8,96	227.501,40	10,42	256.074,27	10,06	1.054.033,99	9,84
1.3 Produção Primária	600.110,70	31,47	689.716,98	33,70	631.253,94	31,07	677.035,38	31,00	867.565,61	34,08	3.465.682,61	32,34
1.3.1 Lar	18.465,53	0,97	12.286,95	0,60	13.957,28	0,69	10.684,61	0,49	11.144,51	0,44	66.538,89	0,62
1.3.2 Outras	581.645,17	30,50	677.430,02	33,10	617.296,67	30,38	666.350,75	30,51	856.421,10	33,64	3.399.143,72	31,72
1.4 Ações Fiscais/outros	877,65	0,05	2.325,65	0,11	1.201,44	0,06	1.205,10	0,06	766,17	0,03	6.376,00	0,06
2. Produção Agropecuária	385.597,76	20,22	451.316,38	22,05	453.468,70	22,32	494.022,07	22,62	542.516,67	21,31	2.326.921,59	21,72
2.1 Lar	203.231,33	10,66	232.703,21	11,37	220.490,13	10,85	249.639,98	11,43	278.296,84	10,93	1.184.361,49	11,05
2.2 Outras	182.366,43	9,56	218.613,17	10,68	232.978,57	11,47	244.382,08	11,19	264.219,83	10,38	1.142.560,08	10,66
3. População Rural	281.215,40	14,75	290.599,30	14,20	316.404,95	15,57	342.049,31	15,66	373.144,69	14,66	1.603.413,65	14,96
4. Propriedades Rurais	122.034,20	6,40	131.182,06	6,41	129.612,73	6,38	139.034,33	6,37	150.723,46	5,92	672.586,78	6,28
5. Área Territorial	52.687,89	2,76	54.445,38	2,66	54.641,18	2,69	59.133,71	2,71	64.464,01	2,53	285.372,17	2,66
6. Fator Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. Distribuição igualitária	82.865,91	4,35	85.631,08	4,18	85.939,04	4,23	93.003,91	4,26	101.458,81	3,99	448.898,75	4,19
8. TOTAIS (soma 1 – 7)	1.906.976,98	100,00	2.046.739,62	100,00	2.031.983,85	100,00	2.184.287,65	100,00	2.545.519,22	100,00	10.715.507,32	100,00
9. Resumo da Part. da Lar	289.524,46	15,19	304.361,07	14,87	326.575,83	16,07	341.117,38	15,62	396.033,17	15,56	1.657.611,90	15,47

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Do total recebido de ICMS pelo Município de Missal entre 2000 a 2004, no valor de R\$ 10.715.507,32 (item 8, coluna “Total Acumulado”), o montante influenciado pela Lar foi de R\$ 1.657.611,90 (item 9, coluna “Total Acumulado”). Essa coluna mostra que isso representou 15,47%.

Pelo item 1.1.1, da coluna “Total Acumulado”, observa-se o valor de R\$ 406.711,52, que foi a participação da Unidade Industrial de Mandioca no total do critério “valor adicionado da indústria”, e que este representou quase a metade do valor adicionado de todas as indústrias de Missal, que, conforme item 1.1 foi de R\$852.221,78. No entanto aquele valor (R\$ 406.711,52) representou 3,80% do total recebido de ICMS por Missal entre 2000 e 2004, que foi de R\$ 10.715.507,32 (item 8, coluna “Total Acumulado”).

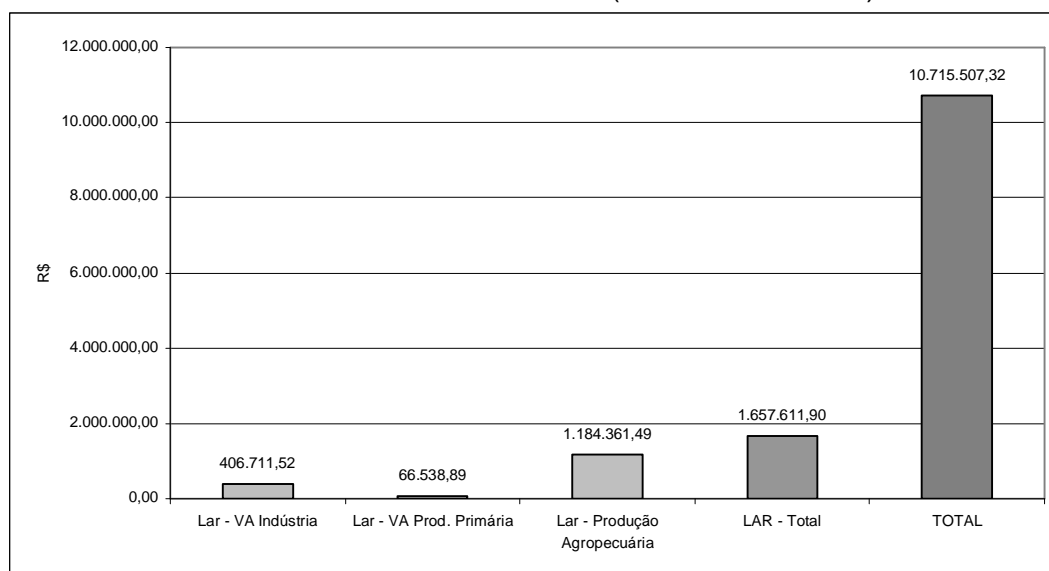
Porém, é no critério “produção agropecuária” que se vê a maior importância da Lar no retorno do ICMS. Conforme o item 2.1, da coluna “Total Acumulado” da Tabela 5, a Lar influenciou o valor de R\$ 1.184.361,49, que

representou 11,05% do total recebido de ICMS por Missal, que foi de R\$ 10.715.507,32, no período pesquisado.

Fazendo outra comparação, se pode concluir que a produção agropecuária influenciada pela Lar (R\$ 1.184.361,49) representou R\$ 2.326.921,59 (item 2, coluna “Total Acumulado”).

Essa importância, ao Município de Missal, ocasionada pela Cooperativa Lar, pode ser visualizada na Figura 7:

Figura 7 – Gráfico Comparativo da Participação da LAR no Retorno de ICMS de Missal no Período de 200 a 2004 (Por critério e Total)



Fonte: Tabela 5.

A Tabela 6 apresenta o retorno do ICMS ao Município de Santa Helena nos exercícios de 2000 a 2004. Nela percebe-se que a Lar não teve nenhuma participação no retorno do referido tributo tendo em vista que a unidade de rações foi implantada neste município em 2003. Ela contribuirá, contudo, ao Município de Santa Helena, em termos de retorno de ICMS a partir de 2005, tendo em vista a metodologia de cálculo da Secretaria Estadual da Fazenda.

Por esta metodologia, a produção de um ano tem reflexo no retorno do ICMS apenas dois anos depois.

Tabela 6 – Decomposição do Retorno de ICMS para o município de Santa Helena - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	1.578.240,61	45,28	1.809.042,87	47,61	1.731.569,11	46,60	1.809.787,71	46,60	2.442.815,86	51,44	9.371.456,17	47,73
1.1 Indústria	175.032,11	5,02	168.727,84	4,44	207.587,66	5,59	162.991,03	4,20	190.910,23	4,02	905.248,86	4,61
1.1.1 Lar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2 Outras	175.032,11	5,02	168.727,84	4,44	207.587,66	5,59	162.991,03	4,20	190.910,23	4,02	905.248,86	4,61
1.2 Comércio	401.945,76	11,53	429.093,37	11,29	428.135,39	11,52	373.345,17	9,61	466.106,88	9,82	2.098.626,57	10,69
1.3 Produção Primária	998.885,02	28,66	1.205.890,88	31,74	1.094.073,51	29,45	1.272.804,40	32,77	1.782.709,21	37,54	6.354.363,02	32,37
1.3.1 Lar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2 Outras	998.885,02	28,66	1.205.890,88	31,74	1.094.073,51	29,45	1.272.804,40	32,77	1.782.709,21	37,54	6.354.363,02	32,37
1.4 Ações Fiscais/outros	2.377,71	0,07	5.330,79	0,14	1.772,56	0,05	647,11	0,02	3.089,56	0,07	13.217,74	0,07
2. Produção Agropecuária	735.703,44	21,11	762.564,51	20,07	725.913,28	19,54	720.125,99	18,54	834.596,00	17,58	3.778.903,22	19,25
2.1 Lar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. População Rural	584.847,12	16,78	604.390,33	15,91	618.354,83	16,64	668.532,90	17,21	726.789,66	15,31	3.202.914,84	16,31
4. Propriedades Rurais	209.474,13	6,01	225.757,85	5,94	225.531,99	6,07	242.774,52	6,25	262.234,94	5,52	1.165.773,43	5,94
5. Área Territorial	125.255,48	3,59	129.439,41	3,41	129.913,73	3,50	140.595,92	3,62	152.739,85	3,22	677.944,38	3,45
6. Fator Ambiental	169.491,22	4,86	182.985,39	4,82	198.299,64	5,34	208.817,01	5,38	228.123,42	4,80	987.716,68	5,03
7. Distribuição igualitária	82.859,82	2,38	85.628,66	2,25	85.942,43	2,31	93.008,13	2,39	101.112,98	2,13	448.552,02	2,28
8. TOTAIS (soma 1 – 7)	3.485.871,80	100,00	3.799.809,03	100,00	3.715.525,00	100,00	3.883.642,18	100,00	4.748.412,71	100,00	19.633.260,72	100,00
9. Resumo da Part. da Lar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Se para a Cooperativa Lar os investimentos em plantas industriais foram benéficas, para o poder público onde a Lar mantém plantas industriais também foi, como é o caso dos Municípios de Missal, Matelândia, Itaipulândia, Medianeira e Céu Azul.

Isso está apresentado nas Tabelas de 1 a 6, desta seção, na medida em que mostram a participação da Cooperativa Lar no retorno do ICMS de cada um dos referidos municípios.

Com base nisso, a Tabela 7 apresenta um resumo dos municípios em que a Lar tem participado diretamente no retorno do ICMS transferido pelo Governo do Estado Paraná do ICMS nos anos de 2000 a 2004.

Tabela 7 - Resumo do retorno de ICMS por município

Municípios	Retorno do Icms 2000 a 2004	Participação da Lar (R\$)	Participação da Lar (%)
Céu Azul	26.526.083,74	3.332.469,00	12,57
Itaipulândia	5.744.426,79	732.630,46	12,75
Matelândia	21.609.932,60	3.455.539,04	16,00
Medianeira	24.315.095,11	1.502.649,21	06,18
Missal	10.715.507,32	1.657.611,90	15,47
Totais	88.911.045,56	10.680.899,61	12,01

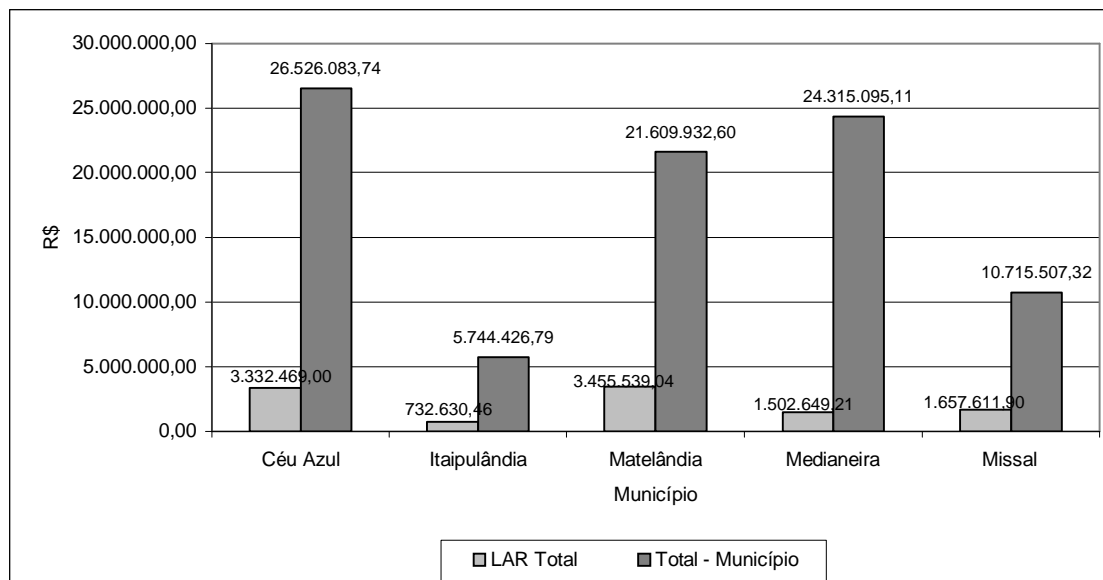
Fonte: Dados das Pesquisas.

A Tabela 7 apresenta a importância da Cooperativa Lar, em termos de participação da receita direta dos respectivos Poderes Executivos Municipais. Ou seja, de uma arrecadação, a título de retorno do ICMS, que totalizou R\$ 88.911.045,56, os municípios em que a Lar mantém indústrias participaram diretamente com R\$10.680.899,61. Ou seja, no conjunto representaram 12,01%. É uma participação expressiva, considerando se tratar de apenas uma sociedade, entre muitas que estão instaladas em cada município.

Em termos percentuais, a Lar teve maior participação no retorno do ICMS nos Municípios de Matelândia, com 16,00% e Missal, com 15,47%. Mas em termos de valores foram Matelândia, com R\$ 3.455.539,04 e Céu Azul, com R\$ 3.332.469,00.

A Figura 8 apresenta outra forma de se mostrar a participação da Lar no retorno do ICMS dos referidos municípios.

Figura 8 – Gráfico Resumo do retorno de ICMS por município – Soma de 2000 a 2004



Fonte: Tabela 7.

4.2 Alavancagem aos Resultados Econômicos e Financeiros da Sociedade Cooperativa

Conforme citado na Seção 4.1, um dos efeitos da industrialização para a cooperativa é verificado pelo cálculo e análise da taxa de retorno sobre o investimento feito pela Lar de 2000 a 2004.

O cálculo da referida taxa somente foi possível a partir da identificação de dados patrimoniais. Estes foram conseguidos a partir dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações dos Resultados dos Exercícios. Assim, montou-se na Tabela 8 os demonstrativos (a preços correntes) do ativo total, receita bruta e sobras líquidas nos exercícios de 1995 a 2004.

Tabela 8 – Demonstrativo do Ativo Total, Receita Bruta e Sobra Líquida para Destinação Legal, de 1995 a 2004.

Exercícios	Ativo Total – AT (R\$)	Receita Bruta – RB (R\$)	Sobras Líquidas para Destinação Legal – SDL (R\$)
1995	77.207.156,00	83.437.312,00	342.410,00
1996	116.243.490,00	142.493.655,00	1.048.168,00
1997	123.270.200,00	160.820.103,00	515.969,00
1998	140.270.853,00	177.534.921,00	957.574,00
1999	184.650.200,00	222.156.474,00	1.108.024,00
2000	197.866.742,00	254.584.464,00	2.378.940,00
2001	217.779.583,00	336.604.689,00	10.411.073,00
2002	273.434.698,00	477.372.827,00	15.835.123,00
2003	359.670.070,00	679.076.488,00	25.646.438,00
2004	487.529.026,00	854.686.976,00	25.472.918,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Para uma melhor compreensão das variações anuais do Ativo Total – AT, da Receita Bruta – RB e também das Sobras Líquidas para Destinação Legal – SDL, de 1995 a 2004, apresenta-se na Tabela 9 o desenvolvimento destas.

Tabela 9 - Demonstrativo dos Índices em Cadeia e Variação Percentual do Ativo Total, Receita Bruta e das Sobras Líquidas para Destinação Legal.

Exercícios	Ativo Total (AT)		Receita Bruta (RB)		Sobras Líquidas para Destinação Legal – SDL	
	$I_{(t/t-1)}$	VP _t %	$I_{(t/t-1)}$	VP _t %	$I_{(t/t-1)}$	VP _t %
1995	-	-	-	-	-	-
1996	150,56	50,56	170,78	70,78	306,11	206,11
1997	106,05	6,06	112,86	12,86	49,22	-50,77
1998	113,79	13,79	110,39	10,39	185,59	85,59
1999	131,64	31,64	125,13	25,13	115,71	15,71
2000	107,16	7,16	114,60	14,60	214,70	114,70
2001	110,06	10,06	132,22	32,22	437,63	337,63
2002	125,56	25,56	141,82	41,82	152,10	52,10
2003	131,54	31,54	142,25	42,25	161,96	61,96
2004	135,55	35,55	125,86	25,86	99,32	-0,68

Fonte: $I_{(t/t-1)}$: índice em cadeia do período t em relação ao período $t-1$; VP %: variação percentual = $(I_{(t/t-1)} - 100)$

As informações da Tabela 9 dão conta de que há correspondência, de forma geral, entre os acréscimos no Ativo Total com as variações positivas na Receita Bruta. Ou seja, a Receita bruta responde às aplicações em ativos.

Por conseguinte, há também reflexos positivos nas Sobras Líquidas para Destinação Legal. No entanto, a Tabela 9 demonstra que as Sobras Líquidas de 2001 foram superiores à de 2000 em 337,63%. Em verificação junto à Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa Lar de 2001 (ANEXO 8), constatou-se que o aumento desta proporção na referida sobra se deu por conta de racionalização no Custo das Mercadorias Vendidas - CMV. Mais precisamente o CMV de 2001 representou em torno de 80,00% da Receita Bruta, enquanto o de 2000 representou 85,00%.

Em análise mais pormenorizada, e sendo escopo desta pesquisa o período de 2000 a 2004, a Tabela 9 demonstra que, em 2001, houve incremento de ativos na ordem de 10,06% em relação à 2000. Isso refletiu positivamente na receita, que aumentou 32,22% naquele ano em relação à 2000.

Os investimentos em ativos continuaram a refletir positivamente de 2002 a 2004. A Tabela 9 demonstra que em 2002 o crescimento da Receita Bruta foi de 25,56%, o de 2003 equivalente a 31,54% e, o crescimento de 2004, em relação à 2003 foi de 35,55%.

Demonstra ainda a Tabela 9 que, paralelamente, houve crescimento, em proporções equivalentes, na Receita Bruta, que foram de 41,82%, 42,25%, 25,86%, nos anos de 2002, 2003 e 2004, respectivamente.

Nota-se, um menor crescimento da Receita Bruta em relação ao incremento nos investimentos em ativos. Isso se deve à flutuação do mercado externo, tendo em vista que a Cooperativa Lar tem boa parte de sua receita condicionado às exportações.

Já com relação às Sobras Líquidas para Destinação Legal - SDL, os reflexos foram ainda maiores nos anos de 2002 e 2003. Nestes anos o crescimento das SDL foi de 52,10% e 61,96%, respectivamente. Porém, a SDL de 2004 indica uma trajetória inversa, ou seja, apresentou uma redução em relação à 2003, de 0,68%, conforme demonstra a Tabela 9.

O crescimento menor das receitas de 2004 (25,86%, enquanto o de 2002 e 2003 foram acima de 40,00%) em relação aos anos anteriores, somados com um crescimento acima dos 35,00% das despesas operacionais, conforme a DRE de 2004 (ANEXO 11), foram basicamente os responsáveis pela manutenção da SDL de 2004 em montante próximo ao de 2003 (0,68% menor).

Os resultados dos cálculos das taxas de retorno do investimento de 1995 a 2004, apresentados na Tabela 10, permitem observar-se claramente uma trajetória crescente sobre a taxa de retorno dos investimentos em ativos neste período.

Tabela 10 – Cálculo da Taxa de Retorno do Investimento - RI

Exercícios	Cálculo (IS)	
	RI = (SDL/ATM)x100	
		Resultado (taxa de retorno)
1995	RI = 342.410,00/77.207.156,00x100	RI = 0,44 %
1996	RI = 1.048.168,00/96.725.323,00x100	RI = 1,08 %
1997	RI = 515.969,00/119.756.845,00x100	RI = 0,44 %
1998	RI = 957.574,00/131.770.526,00x100	RI = 0,73 %
1999	RI = 1.108.024,00/162.460.526,00x100	RI = 0,68 %
2000	RI = 2.378.940,00/191.258.471,00x100	RI = 1,24 %
2001	RI =10.411.073,00/207.823.162,00x100	RI = 5,01 %
2002	RI =15.835.123,00/245.607.140,00x100	RI = 6,45 %
2003	RI =25.646.438,00/316.552.384,00x100	RI = 8,10 %
2004	RI =25.472.918,00/423.599.548,00x100	RI = 6,01 %

Fonte: Resultados da pesquisa.

O período de 2000 a 2004 foi um período em que a Lar investiu mais expressivamente na industrialização de produtos agropecuários do que em anos

anteriores. Este maior aporte de recursos em unidades industriais alavancou, como mostrado nas Tabelas 8 e 9, a renda da cooperativa. Assim, ao se comparar a receita bruta de vendas de 2000, que foi de R\$ 254.584.464,00 com a de 2004 que foi de R\$ 854.686.976,00, percebe-se uma variação nominal positiva de 235,72%.

Descontada desta variação nominal a inflação acumulada anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do IBGE, que foi de 47,10%, têm-se um crescimento real de 128,22% na receita bruta de vendas.

Agora, ao se estender a comparação da receita bruta de vendas da cooperativa, de 2004, de R\$ 854.686.976,00 com a de 1995 que foi de R\$83.437.312,00 obtém-se uma variação nominal de 924,35%. Descontando-se, desta, a variação da inflação acumulada no período, medida pelo INPC-IBGE, que foi de 139,00%, obtém-se um incremento de receita na ordem de 328,45%.

Portanto, entre 1995 e 2004 a receita bruta de vendas da Lar cresceu a uma taxa média anual de 17,55%.

Este é, portanto, um dos maiores reflexos positivos em função da entrada da Lar no processo de industrialização.

Por outro lado, os resultados dos cálculos da Tabela 10 demonstram que os investimentos em ativos, para a consolidação da Lar no processo de agroindustrialização, foram melhor geridos.

Isto pode ser medido pela taxa de retorno do capital investido em ativos, no caso, as instalações de novas unidades industriais, e ampliação ou melhoria de outras existentes.

Foi uma trajetória que começou com 0,44%, em 1995, e chegou a 8,10% em 2003, baixando um pouco, para 6,01% em 2004.

Essa redução, de 2004 em relação a 2003, foi motivada pelo aumento de algumas despesas em 2004. Uma delas foi a despesa financeira, decorrente de novos empréstimos junto a instituições financeiras, que foram utilizados para ampliação de plantas industriais.

As despesas operacionais também se elevaram desproporcionalmente em 2004, em função da incorporação da frota de caminhões da Lar Transportes Ltda ao imobilizado da Cooperativa Lar, o que ocasionou aumento dos gastos com combustíveis, pedágios e manutenção em geral da frota.

Justificam, também, esse aumento nas despesas, o fato de algumas indústrias terem trabalhado, na ociosidade, e com isso, parte dos seus custos fixos foram absorvidos no resultado.

Ainda que não faz parte do escopo desta pesquisa, vale salientar que a inserção da Cooperativa Lar no processo de industrialização dos produtos agropecuários trouxe vários outros benefícios. Além dos incrementos positivos na receita da sociedade cooperativa e no retorno sobre o investimento (calculado pelo índice “Taxa de Retorno sobre o Investimento”) se pode elencar uma série de outros benefícios. São benefícios sociais e econômicos.

Um deles é a elevação do número de pessoas empregadas. Não somente pelos empregos diretos criados pelas indústrias da Lar, mas também aos criados por empresas fornecedoras de insumos e serviços para a Lar. Por outro lado, os investimentos no processo industrial passaram por ampliação da frota de veículos leves e pesados. Com isso os municípios onde a Lar mantém indústrias tiveram aumento na receita relativa à Transferência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, tendo em vista que, por força da Constituição

Federal, os estados devem repassar 50% do que arrecadarem deste imposto aos municípios.

Também os associados da Cooperativa Lar puderam se beneficiar com o processo de agroindustrialização na medida em que o aumento da receita da cooperativa ocasionou aumento nas sobras líquidas, conforme abordagem anterior. Com isso os valores distribuídos anualmente aos sócios também cresceu.

4.3 Influência das Unidades Industriais da Cooperativa Lar no Desempenho do Setor Industrial da Região de Medianeira

Nesta seção apresenta-se os resultados da análise regional sobre a influência das indústrias da cooperativa Lar no desempenho do setor industrial da região de Medianeira com relação à Mesorregião Oeste Paranaense. Essa análise foi efetuada por meio de composição de uma matriz de informações que correlaciona o emprego no referido setor, como variável-base, o que permite descrever o comportamento desse ramo produtivo. Estas informações são apresentadas nos Quadros 2 e 3.

Quadro 2 - Quantidade de unidades industriais, localização e nº de funcionários.

UNIDADES INDUSTRIAIS	INICIO OPERAÇÃO	31.12.85	31.12.90	31.12.95	31.12.00	31.12.04
SOJA - CEU AZUL	07/1992	288	144	44	97	82
RAÇÕES MEDIANEIRA	07/1985	17	17	10	47	35
RAÇÕES SANTA HELENA	03/2003					50
MANDIOCA – MISSAL	03/1994			16	32	38
VEGETAIS - ITAIPULANDIA	11/1998				74	131
AVES – MATELANDIA	09/1999				775	2024
EMPACOTADOS – CEU AZUL	05/1981	29	24	16	18	77
LEITÕES - ITAIPULANDIA	11/1998				28	39
TOTAL DE FUNCIONARIOS		1559	1267	607	1552	3464

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

Quadro 3 - Mão-de-obra por Ramos de Atividade dos Municípios com Indústrias da Lar e da Mesorregião Oeste – 1995/2000

continua

ATIVIDADE/REGIÃO	Céu Azul			Itaipulândia			Matelândia			Medianeira		
	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	0	26	22	21	14	0	0
Indústria de Transformação	224	494	635	27	162	312	112	917	1.782	1.758	2.121	2.517
LAR	60	115	159	0	102	170	0	775	2.024	10	47	35
Serviços Ind. Util. Púb.	0	0	0	0	0	1	0	0	0	38	33	30
Construção Civil	4	7	9	13	7	62	18	27	61	221	159	196
Comércio	183	180	256	27	111	206	197	215	355	1.220	1.266	1.576
Serviços	121	261	360	9	30	40	195	297	377	1.327	1.557	1.549
Administração Pública	271	242	329	151	221	197	410	417	542	892	748	1.139
Agropecuária	119	130	176	20	53	75	114	80	105	207	149	177
Total Município	922	1.314	1.765	247	584	893	1.072	1.975	3.243	5.677	6.033	7.184

Fonte: RAIS, 2005 e Indústria LAR

Quadro 3 - Mão-de-obra por Ramos de Atividade dos Municípios com Indústrias da Lar e da Mesorregião Oeste – 1995/2000

conclusão

ATIVIDADE/REGIÃO	Missal			Santa Helena			MESO OESTE		
	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004
Extração Mineral	0	0	0	7	5	2	266	157	185
Indústria de Transformação	151	192	276	120	414	632	20.062	27.972	41.727
LAR	16	32	38	0	0	50	86	1.071	2.476
Serviços Ind. Util. Púb.	0	0	0	0	10	1	1.527	1.560	2.128
Construção Civil	12	9	20	26	69	339	6.475	6.678	7.904
Comércio	143	194	263	272	335	526	30.037	37.095	48.764
Serviços	110	181	180	121	302	268	36.851	48.136	55.175
Administração Pública	280	233	418	796	724	834	22.357	22.562	27.242
Agropecuária	36	57	53	54	44	61	9.451	6.965	8.988
Total Município	732	866	1.210	1.396	1.903	2.663	127.026	151.125	192.113

Fonte: RAIS, 2005 e Indústria LAR

A seguir são apresentados os resultados da aplicação das medidas de localização e especialização descritas na Seção 3.3. Assim, a Tabela 11 demonstra os setores que apresentaram localização significativa, no período de 1995 a 2004, nos municípios onde a Cooperativa Lar mantém indústrias.

Tabela 11 - Quociente Locacional - QL dos Municípios com Indústrias da LAR-1995/2004

Setores	Céu Azul			Itaipulândia			Matelândia			Medianeira			Missal			Santa Helena		
	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004
Extração Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,6	10,72	6,72	1,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2,39	2,53	0,78	
Indústria de Transf.	1,54	2,03	1,66	0,69	1,50	1,61	0,66	2,51	2,53	1,96	1,90	1,61	1,31	1,20	1,05	0,54	1,18	1,09
LAR	62,5	6,08	4,22	0,00	16,4	9,18	0,00	22,07	19,14	1,33	0,58	0,23	24,7	4,35	2,32	0,00	0,00	1,33
Serviços Ind. Útil. Pub.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,56	0,53	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,51	0,03
Construção Civil	0,09	0,12	0,12	1,03	0,27	1,69	0,33	0,31	0,46	0,76	0,60	0,66	0,32	0,24	0,40	0,37	0,82	3,09
Comércio	0,84	0,56	0,57	0,46	0,77	0,91	0,78	0,44	0,43	0,91	0,85	0,86	0,83	0,91	0,86	0,82	0,72	0,78
Serviços	0,45	0,62	0,71	0,13	0,16	0,16	0,63	0,47	0,40	0,81	0,81	0,75	0,52	0,66	0,52	0,30	0,50	0,35
Administração Pública	1,67	1,23	1,31	3,47	2,53	1,56	2,17	1,41	1,18	0,89	0,83	1,12	2,17	1,80	2,44	3,24	2,55	2,21
Agropecuária	1,73	2,15	2,13	1,09	1,97	1,80	1,43	0,88	0,69	0,49	0,54	0,53	0,66	1,43	0,94	0,52	0,50	0,49

Fonte: Resultados da Pesquisa

A Tabela 11 demonstra o “peso” dos ramos de atividade produtiva nos municípios específicos em relação à região Oeste Paranaense e verifica-se a representatividade exercida pelo setor da indústria de transformação nos municípios em análise. Além disso, a LAR, como sub-setor da indústria de transformação, apresentou valores expressivos em todos os municípios.

No caso dos municípios de Céu Azul e Missal verifica-se na Tabela 11 que a LAR foi fundamental na absorção de mão-de-obra e no dinamismo econômico desses dois municípios em todo o período de análise. Do mesmo modo, os municípios de Itaipulândia, Matelândia e Santa Helena sentem os impactos em suas economias a partir das indústrias da LAR. Ambos os municípios apresentaram valores superiores a 1, o que demonstra o “peso” expressivo das indústrias LAR. Além disso, os valores superiores a 1, conforme os estudos de Piffer (1999), indicam que o ramo é básico, ou seja, mantém atividades de exportação. No caso, a LAR atende a essa prerrogativa. Seus produtos atendem tanto o mercado local, regional, como inter-regional.

No geral, os resultados apontam que a LAR é responsável por boa parte da representatividade do ramo da indústria de transformação, haja vista os

expressivos valores apresentados. Entretanto, é preciso ressaltar que na maioria dos municípios os setores da administração pública e da agropecuária também apresentaram valores expressivos. No caso da agropecuária pode-se inferir que os índices possuem uma associação com outros ramos produtivos, no caso com o comércio de insumos, com o comércio de produtos, a prestação de serviços e a própria indústria de transformação, mais especificamente, a LAR. No caso da Cooperativa LAR, isso é explicado pelo fato da agroindustrialização da Cooperativa demandar matéria-prima de outros setores, como é o caso da Agropecuária, o qual teve aumento nos índices de alguns dos municípios analisados, em função, por exemplo, de sistema de integração entre produtores e indústrias, que aumentam a quantidade de mão-de-obra nesta parceria.

No setor industrial de forma geral, as indústrias da Lar tiveram um efeito multiplicador na medida em que outras indústrias se instalaram para atender à sua demanda. É o caso da construção civil em Itaipulândia e Santa Helena e, do setor agropecuário em Céu Azul e Santa Helena.

Por outro lado, a administração pública mostra-se como setor potencial para absorver mão-de-obra, ainda que não participe dos setores da indústria de transformação e da agropecuária.

A representatividade da Lar como concentradora de mão-de-obra está ratificada pelos coeficientes de Localização apresentados na Tabela 12, tendo em vista, conforme citado nos procedimentos metodológicos, que ao deslocar-se do resultado zero, eles demonstram determinado grau de concentração da mão-de-obra. Ao longo do tempo a Lar vem cada vez mais concentrando mão-de-obra com relação aos outros ramos de atividade.

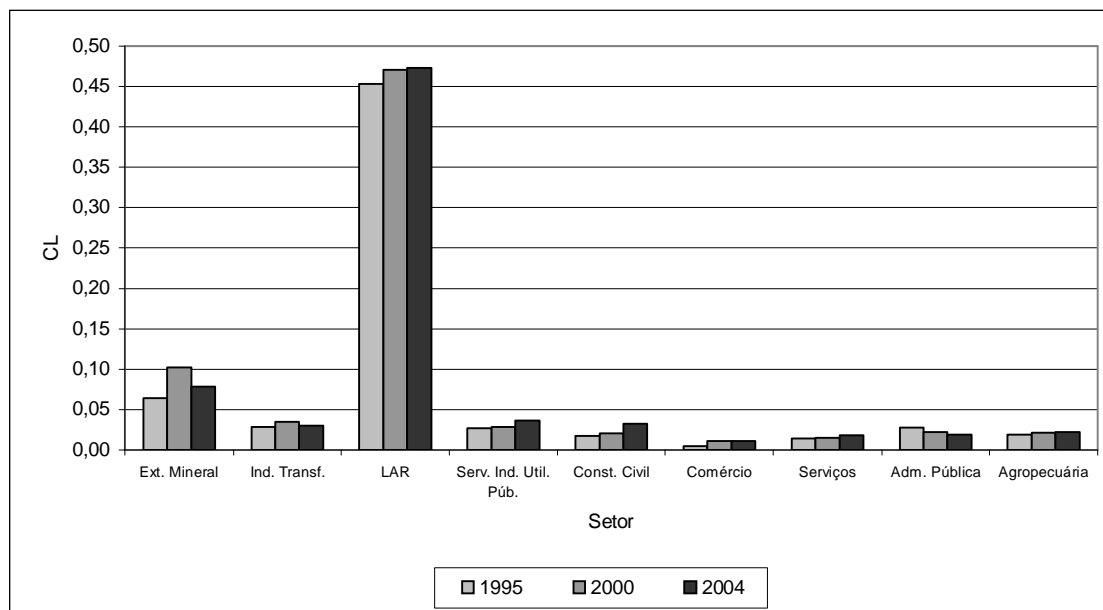
Tabela 12 - Coeficiente de Localização - CL dos Setores dos Municípios com Indústrias da LAR - 1995/2004

Setor/Ano	1995	2000	2004
Ext. Mineral	0,064	0,102	0,079
Ind. Transf.	0,029	0,035	0,030
LAR	0,453	0,470	0,472
Serv. Ind. Util. Púb.	0,027	0,028	0,037
Const. Civil	0,017	0,021	0,033
Comércio	0,006	0,011	0,012
Serviços	0,014	0,015	0,019
Adm. Pública	0,028	0,022	0,019
Agropecuária	0,020	0,021	0,022

Fonte: Resultados da Pesquisa

A Figura 9 apresenta claramente os quocientes que confirmam os dados relativos à representatividade da LAR como concentradora de mão-de-obra nos municípios em análise.

Figura 9 – Gráfico do Coeficiente de Localização dos Setores dos Municípios com Indústrias da LAR - 1995/2004



Fonte: Tabela 12.

A concentração, apresentada pela Tabela 12 e Figura 9, é alavancada pelo dinamismo econômico no setor das Indústrias LAR. Note-se que essa característica evoluiu durante todo o período de análise. Os demais setores

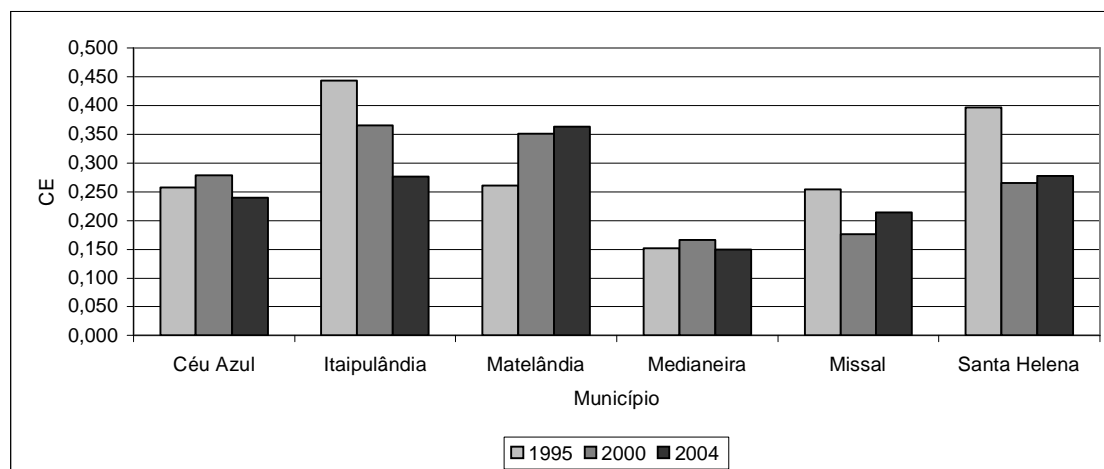
apresentaram uma pequena evolução de 1995 a 2004, porém sem mudanças significativas. Assim, além de uma localização significativa em relação ao conjunto dos ramos de atividade, a LAR vem concentrando mão-de-obra ocupada, ou seja, ela torna-se um dos maiores empregadores do conjunto desses municípios. Essa representatividade não significa que os municípios especializaram-se na transformação agroindustrial. Na realidade, a diversificação ou especialização de uma economia depende de uma série de fatores, dentre eles a capacidade empreendedora da população. Mesmo assim, o coeficiente de especialização nos fornece elementos importantes para interpretar essa situação. Esse fato é evidenciado pela Tabela 13 e Figura 10.

Tabela 13 - Coeficiente de Especialização - *CE* dos Municípios com as Unidades industriais da LAR – 1995/2004

Município	1995	2000	2004
Céu Azul	0,258	0,279	0,240
Itaipulândia	0,444	0,366	0,276
Matelândia	0,261	0,351	0,363
Medianeira	0,152	0,166	0,150
Missal	0,255	0,176	0,215
Santa Helena	0,397	0,265	0,278

Fonte: Dados das Pesquisas.

Figura 10 – Gráfico do Coeficiente de Especialização dos Municípios com indústrias da Indústria LAR – 1995/2004



Fonte: Tabela 13.

Pela Figura 10 observa-se que Itaipulândia apresentou decréscimo dos respectivos coeficientes de especialização no período analisado. Em situação oposta está o Coeficiente de Especialização de Matelândia, uma vez que este coeficiente evoluiu, conforme Tabela 13, de 0,261 em 1995, para 0,351 em 2000 e, chegando a 0,363 em 2004.

Os demais municípios, ou seja, Céu Azul, Medianeira, Missal e Santa Helena apresentaram um quadro variável nos referidos coeficientes, no período analisado.

No caso de Matelândia, o crescimento do coeficiente reflete a implantação da Unidade Industrial de Aves nesse município, já que a mesma é concentradora de mão-de-obra.

Assim, a tendência à concentração de mão-de-obra evidenciado no coeficiente de localização é confirmado por uma maior especialização de Matelândia. Essa concentração de mão-de-obra reflete o grau de especialização da economia do Município de Matelândia, neste caso, com a industrialização de aves, que abriu mais postos de trabalho na cidade. Porém, no caso das variações dos coeficientes de especialização dos demais municípios analisados, nos quais os coeficientes, em 1995, eram maiores que em 2004, denota que a economia desses municípios está tendo um rumo de diversificação produtiva.

Em ambos os casos fica evidenciada a participação das indústrias da Cooperativa Lar no processo de desenvolvimento regional. No caso da diversificação, que acontece na maioria dos municípios, a implantação de unidades industriais levou a um processo de associação entre os demais setores da economia. Isso fica evidenciado nos Coeficientes de Associação Geográfica (Tabela 14A e 14B).

Tabela 14A - Coeficiente de Associação Geográfica - CAG dos Municípios com Indústrias da LAR – 1995/2000

Setores	continua											
	Extração Mineral			Indústria de Transformação			LAR			Serviços Industriais de Utilidade Pública		
	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004
Extração Mineral	0,000	0,000	0,000									
Indústria de Transf.	0,605	0,690	0,623	0,000	0,000	0,000						
LAR	0,276	0,162	0,162	0,727	0,568	0,546	0,000	0,000	0,000			
Serv. Ind. Uti. Pub.	0,815	0,969	0,969	0,265	0,410	0,528	0,884	0,956	0,934	0,000	0,000	0,000
Construção Civil	0,718	0,824	0,824	0,102	0,231	0,430	0,829	0,779	0,780	0,248	0,195	0,652
Comércio	0,761	0,801	0,801	0,142	0,156	0,201	0,724	0,706	0,710	0,403	0,304	0,442
Serviços	0,772	0,777	0,777	0,071	0,142	0,196	0,761	0,702	0,736	0,295	0,293	0,396
Administração Pub.	0,653	0,756	0,756	0,416	0,277	0,221	0,687	0,586	0,672	0,681	0,478	0,608
Agropecuária	0,758	0,751	0,751	0,359	0,271	0,271	0,602	0,568	0,655	0,624	0,624	0,664

Fonte: Dados das Pesquisas.

Tabela 14B - Coeficiente de Associação Geográfica dos Municípios com Indústrias da LAR – 1995/2000

Setores	conclusão														
	Construção Civil			Comércio			Serviços			Administração Pública			Agropecuária		
	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004
Extração Mineral															
Indústria de Transf.															
LAR															
Serv. Ind. Uti. Pub.															
Construção Civil	0,000	0,000	0,000												
Comércio	0,185	0,128	0,354	0,000	0,000	0,000									
Serviços	0,111	0,147	0,473	0,114	0,083	0,137	0,000	0,000	0,000						
Administração Pub.	0,433	0,283	0,286	0,279	0,261	0,174	0,386	0,309	0,264	0,000	0,000	0,000			
Agropecuária	0,383	0,444	0,411	0,261	0,320	0,293	0,328	0,331	0,287	0,238	0,200	0,241	0,000	0,000	0,000

Fonte: Dados das Pesquisas.

As Tabelas 14A e 14B demonstram peculiaridades. A primeira delas é o avanço significativo da associação geográfica da LAR na indústria de transformação. Ao longo do período de análise, está ocorrendo uma maior participação da LAR no conjunto industrial dos municípios de análise. Assim, a LAR vem se consolidando como o maior parque produtivo desses municípios, em especial de Matelândia, conforme demonstrados pelos resultados. A segunda particularidade é a ausência de associação ou tendência de associação com os serviços de utilidade pública e com o setor público. Isso significa que a LAR vem cada vez mais dependendo menos dos serviços e recursos públicos para sua sobrevivência. A terceira particularidade é o avanço da associação geográfica nos

outros setores, com a exceção dos serviços públicos. É certo que a associação com a indústria de transformação foi mais expressiva, mas no geral houve redução dos coeficientes de associação geográfica dos setores nos municípios com Indústrias da Lar, durante o período de 1995 a 2004. Essa redução demonstra que a associação entre as Indústrias Lar e os demais setores em análise tem se intensificado. Essa associação foi mais intensa com os setores da agropecuária, indústria de transformação e construção civil.

Neste contexto, as informações sobre o comportamento locacional dos municípios em análise podem ser confirmadas pelo índice de concentração e atração de Hirschman-Herfindahl – *IHH*.

Na Tabela 15 apresenta-se o índice *IHH* referente aos diversos setores. Nota-se que, no geral, foram os setores da indústria de transformação e da administração pública os que apresentaram o maior poder de atração dos municípios em estudo.

Tabela 15 - Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl - *IHH* por Setor dos Municípios com indústrias da Indústria LAR – 1995/2004

ATIVIDADE/REGIÃO	Céu Azul			Itaipulândia			Matelândia			Medianeira			Missal			Santa Helena		
	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004	1995	2000	2004
Extração Mineral	-0,007	-0,009	-0,009	-0,002	-0,004	-0,005	0,089	0,127	0,097	0,008	-0,040	-0,037	-0,006	-0,006	-0,006	0,015	0,019	-0,003
Indústria de Transf.	0,004	0,009	0,006	-0,001	0,002	0,003	-0,003	0,020	0,026	0,043	0,036	0,023	0,002	0,001	0,000	-0,005	0,002	0,001
LAR	0,687	0,090	0,049	-0,001	0,089	0,061	-0,006	0,691	0,775	0,029	-0,032	-0,046	0,179	0,023	0,009	-0,006	-0,015	0,005
Serviços Ind. Uti. Púb.	-0,007	-0,009	-0,009	-0,002	-0,004	-0,004	-0,008	-0,013	-0,017	-0,020	-0,019	-0,023	-0,006	-0,006	-0,006	-0,011	-0,006	-0,013
Construção Civil	-0,007	-0,008	-0,008	0,000	-0,003	0,003	-0,006	-0,009	-0,009	-0,011	-0,016	-0,013	-0,004	-0,004	-0,004	-0,007	-0,002	0,029
Comércio	-0,001	-0,004	-0,004	-0,001	-0,001	0,000	-0,002	-0,007	-0,010	-0,004	-0,006	-0,005	-0,001	-0,001	-0,001	-0,002	-0,004	-0,003
Serviços	-0,004	-0,003	-0,003	-0,002	-0,003	-0,004	-0,003	-0,007	-0,010	-0,009	-0,008	-0,009	-0,003	-0,002	-0,003	-0,008	-0,006	-0,009
Administração Pub.	0,005	0,002	0,003	0,005	0,006	0,003	0,010	0,005	0,003	-0,005	-0,007	0,004	0,007	0,005	0,009	0,025	0,019	0,017
Agropecuária	0,005	0,010	0,010	0,000	0,004	0,004	0,004	-0,002	-0,005	-0,023	-0,019	-0,018	-0,002	0,002	0,000	-0,005	-0,006	-0,007

Fonte: Dados das Pesquisas.

Ressalta-se que o setor da agropecuária também apresentou coeficientes expressivos, demonstrando a importância desse setor na atração da mão-de-obra nestes municípios.

No caso específico da LAR, o *IHH* confirma sua capacidade atrativa, no tocante ao emprego da mão-de-obra e no estímulo a outros setores. A empresa não só ganha representatividade, associa-se com outros setores, mais age de forma polarizadora sobre a economia dos municípios analisados. Além disso, deve-se salientar que, confirmando os dados sobre o coeficiente locacional dos municípios, o setor da LAR apresentou coeficientes de atração significativos em todos os municípios. Assim, esses dados demonstram que as indústrias LAR exerceram um poder de atração de mão-de-obra mais representativo que os demais setores dos municípios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi analisar a inserção, no processo de agroindustrialização, da cooperativa Lar, com vistas aos reflexos econômico-financeiros que os investimentos neste setor podem ter trazido a esta sociedade cooperativa e para o desenvolvimento dos municípios onde a Lar mantém plantas industriais.

Neste sentido, observou-se que a Cooperativa Agroindustrial Lar refletiu positivamente nos municípios onde mantém instaladas plantas industriais, que são Medianeira, Itaipulândia, Missal, Matelândia, Céu Azul e Santa Helena.

A começar pela participação expressiva na composição do retorno do ICMS. Em média a Cooperativa Lar participou com 12,01% do retorno do ICMS, do ano de 2000 a 2004, aos Municípios de Céu Azul, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira e Missal. Do montante de R\$ 88.911.045,56 que os Poderes Executivos destes municípios, juntos, receberam do Governo do Estado do Paraná no referido período, R\$ 10.680.899,61 foram em consequência das indústrias da Lar.

Individualmente a maior participação da Lar no retorno do ICMS foi ao Município de Matelândia, onde a Lar mantém instalada uma Unidade Industrial de Aves desde setembro de 1999. Este município recebeu no referido período, R\$ 21.609.932,60, dos quais a indústria da Lar teve participação em R\$ 3.455.539,04, representando 16,00%.

O segundo município em que a Lar teve maior participação no retorno do ICMS foi Missal, no qual a unidade industrial de mandioca participou com 15,47%. Ou seja, do R\$ 10.715.507,32 recebidos pelo executivo municipal, R\$ 1.657.611,90 foram influenciados pela indústria da Lar.

Essa participação financeira se reflete no bem-estar das sociedades uma vez que os recursos gerados da transferência constitucional do ICMS, pelo Governo Estadual, foram investidos pelos Prefeitos no bem-estar da população. São recursos direcionados às sociedades, através de investimentos em saúde, educação, segurança, entre outros, que melhoram a qualidade de vida dos moradores desses municípios.

Com relação aos Resultados Econômicos e Financeiros diretamente ligados à Sociedade Cooperativa, as suas receitas de vendas e de serviços, que já estavam em trajetória de crescimento desde 1995, a partir da inserção definitiva desta sociedade na industrialização de produtos agropecuários, experimentaram um incremento nos faturamentos anuais, impulsionados pelos investimentos em agroindustrialização.

Foi um crescimento considerável. Os resultados demonstraram que, entre 2000 e 2004, esse crescimento foi de 128,22%, mas entre 1995 e 2004, descontada a inflação, a receita deste último foi 328,45% superior a 1995. Ou seja, de um montante, a preços correntes, de R\$ 83.437.312,00 que foi a receita do exercício de 1995, a cooperativa passou à uma renda de R\$ 854.686.976,00 em 2004.

Por outro lado, a viabilidade dos investimentos não se resumiu no crescimento real das receitas, mas pôde ser comprovada através do cálculo e interpretação da Taxa do Retorno do Investimento.

Por meio destes indicadores inferiu-se que investimentos na industrialização dos produtos agropecuários, pela Cooperativa Lar, fizeram surtir efeitos positivos. A partir de 2001 houve uma elevação muito grande na Taxa de Retorno sobre o Investimento. Começou com 5,01% em 2001, chegando a 8,10%

em 2003, reduzindo para 6,01% em 2004. Redução esta ocasionada pelo aumento de algumas despesas, entre elas a financeira, decorrente de novos empréstimos junto a agências financeiras, que foram utilizados para ampliação de plantas industriais. São taxas bem mais elevadas do que aquelas calculadas para os exercícios de 1995 a 1999, que foram menores do que 1,00% (exceção à 1996 que foi de 1,08%).

Com relação à influência das unidades industriais da Cooperativa Lar no desempenho do setor industrial da Região de Medianeira, os métodos de análise regional revelaram que a LAR, como sub-setor da indústria de transformação, apresentou valores expressivos em todos os municípios. Por esses indicadores a LAR foi fundamental na absorção de mão-de-obra e no dinamismo econômico dos municípios onde a sociedade cooperativa mantém indústrias.

Os quocientes e coeficientes calculados demonstram claramente que as indústrias da Lar influenciaram diretamente o ramo da indústria de transformação em praticamente todos os Municípios onde mantém indústrias, destacando-se nos municípios de Céu Azul, Itaipulândia, Missal e, principalmente Matelândia, nos quais ela foi fundamental na absorção de mão-de-obra, conforme os quocientes locacionais.

No entanto, dois fatos chamam a atenção. O primeiro se refere aos coeficientes de especialização de Itaipulândia, que revelam estar esse município rumando para uma diversificação produtiva, tendo em vista que os coeficientes estão se reduzindo ao longo do tempo. O segundo, com trajetória diferente, se refere ao Município de Matelândia, cujos coeficientes estão em crescimento. Isso significa que a estrutura produtiva deste município está cada vez mais se especializando. E é

inegável que a unidade industrial de aves da Lar seja a grande referência dessa especialização dada a sua grande estrutura de produção e de pessoal.

Se os coeficientes continuarem neste ritmo, considerando a proporção em que estão caindo, em dez anos este coeficiente será de 0,20 indicando que a estrutura produtiva do Município estará altamente associada e, portanto, dependente, da Indústria da Lar.

Por fim, com base nos resultados da pesquisa realizada, sugere-se, aos dirigentes da Cooperativa Agroindustrial Lar, estudos no sentido da racionalização das despesas operacionais da sociedade de forma geral, de tal sorte que esta redução venha a refletir positivamente no retorno sobre o investimento. Isso se refletirá na elevação da taxa de retorno que em 2004 foi de 6,01%.

Ademais, sugere-se à administração pública de Matelândia que intensifique ações no sentido de dinamizar um pouco a estrutura produtiva deste município uma vez que a dependência extrema de determinado segmento da indústria pode ensejar, futuramente, em prejuízo ao município, principalmente quando estas indústrias, como é o caso da unidade industrial de aves da Lar, são bastante dependentes do mercado internacional.

Em termos de associação geográfica, o que chama a atenção é a intensa associação dos setores, nos municípios, com o setor da indústria de transformação. De forma geral, dos coeficientes de associação geográfica dos setores nos municípios com Indústrias da Lar, durante o período de 1995 a 2004, o que demonstra intensificação na associação entre as Indústrias Lar e os demais setores.

No entanto, com relação à indústria de transformação, os coeficientes vem se reduzindo mais intensamente. Enquanto em 1995 foi de 0,727, em 2000 chegou a 0,568 e, em 2004 já era de 0,546.

Se os coeficientes continuarem neste ritmo, considerando a proporção em que estão caindo, em dez anos este coeficiente será de 0,20 indicando que a estrutura produtiva do Município estará altamente associada e, portanto, dependente, da Indústria da Lar.

Por fim, com base nos resultados da pesquisa realizada, sugere-se, aos dirigentes da Cooperativa Agroindustrial Lar estudos no sentido da racionalização das despesas operacionais da sociedade de forma geral, de tal sorte que esta redução venha a refletir positivamente no retorno sobre o investimento. Isso se refletirá na elevação da taxa de retorno que em 2004 foi de 6,01%.

Ademais, sugere-se à administração pública de Matelândia que intensifique ações no sentido de dinamizar um pouco a estrutura produtiva deste município uma vez que a dependência extrema de determinado segmento da indústria pode ensejar, futuramente, em prejuízo ao município, principalmente quando estas indústrias, como é o caso da unidade industrial de aves da Lar, são bastante dependes do mercado internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, A. A teoria da localização. In: COSTA, J. S. (Coord.). **Compêndio de Economia Regional**. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional - APDDR. Coimbra - Portugal : 2002. 410 p.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003. 147p.

AUGUSTO, M. H. O. **Intevencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**: estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo, Símbolo, 1978. 143 p.

BATALHA, M. O. Sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In : BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo, ATLAS, 1997. 573 p.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativas**: economia, crescimento e estrutura de capital. São Paulo: OCESP/SESCOPE-SP, 2001. 178 p. (Coleção : Estudo e Pesquisa, 2).

BIALOSKORSKI NETO, S. Gestão do *agrobusiness* cooperativo. In: ZYLBERSTAJN, D; NEVES, M. F. **Economia & gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000, 428 p.

BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 16 de dezembro de 1971.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. **A concept of agrobusiness**. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston : Harvard University, 1957. 136p.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. **Dinâmica regional e suas perspectivas de 90**: prioridades e perspectivas de políticas públicas, v. 3, Brasília: IPEA/IPLAN, 1990. 135 p.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola**. (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991. 208 p.

FAZENDA. **Secretaria de estado da fazenda**: repasses financeiros. Disponível em: <<https://www.fazenda.pr.gov.br>> Acesso em: 2005.

FERRERA DE LIMA, J. **La diffusion spatiale du développement économique regional**: l'analyse de la diffusion au sud du Brésil dans le XX^o siècle. Thèse de Doctorat. DSH – Université du Quebec à Chicoutimi, 2004.

FONT, M. (Org.). **Economia e movimentos sociais na américa latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 323 p.

GIMENES, R. M. T. **Agribusiness cooperativo**: viabilidade econômica da abertura direta do capital pela emissão de debêntures (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2004.

- HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989. 689 p.
- HADDAD, P. R. Padrões regionais de crescimento do emprego industrial de 1950 a 1970. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 39(1), p. 3-45, jan./mar. 1977.
- HIRSCHMANN, A. O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: FONT, (Org.). **Economia e movimentos setoriais na América Latina**. Brasiliense: São Paulo, 1985. 323 p.
- HOOVER, E. D.; FISCHER, J. L. Estudo sobre o crescimento econômico regional. In SCHWARTZMAN, J (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. 480 p.
- IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados - SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 2 jun. 2005.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Fundação Edison Vieira. **O Paraná: economia e sociedade**. Curitiba, fev. 1982.
- IRION, J. E. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: Editores, 1997. 145p.
- IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998, 333 p.
- JARDIM JÚNIOR, J. F. Cooperativismo e agronegócio: quatro décadas de cooperativismo – o caso da Cocamar. In : BRAGA, M. J. e REIS, B. dos S. (Org.). **Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – MG, 2002, 305 p.
- LAUSCHNER, R. Agroindústria cooperativa. In: PINHO, D. B. (Org.). **Tipologia cooperativa: manual de cooperativismo**. v. 4, São Paulo: CNPQ, 1984. p. 76-84
- LIMA, J. F. et al. A localização e as mudanças da distribuição setorial do PIB nos estados da região Sul (1970-1998). IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), Cuiabá, **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. 1 CD-ROM.
- LODDER, C. Padrões locacionais e desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Economia**, v. 28, n. 1, p. 3-128, jan./mar. 1974.
- MONTOYA, M. A. ; GUILHOTO, J. J. M. O agronegócio brasileiro entre 1959 e 1995: dimensão econômica, mudança estrutural e tendências. In MONTOYA, M. A. ; PARRÉ, J. L. **O agronegócio brasileiro no final do século XX: estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências**, v. 1. Passo Fundo: UPF, 2000. 337 p.
- NORTH, D. C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. In SCHWARTZMAN, J (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. 480 p.
- OCEPAR. A Organização das Cooperativas do Paraná (Sistema Ocepar).
- OCEPAR. **As cooperativas paranaenses e sua importância no desenvolvimento do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br>> Acesso em: 07 fev. 2003.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC, 1981. 120 p.

- PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. 480 p.
- PIACENTI, C. A. et al. Análise regional dos municípios lindeiros ao lago da usina Hidroelétrica de Itaipu. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 2, 2002, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ABER, 2002, 1 CD-ROM
- PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de; PIFFER M. A influência do Prata na Ocupação do Oeste do Paraná e na sua formação sócio-econômica: Algumas considerações preliminares. In PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de; PIFFER M. (Org.). **O Prata e as controvérsias da integração sul-americana**. Cascavel: Edunioeste, p. 11–27, 2001.
- PIFFER, M. **A dinâmica do Oeste Paranaense e sua inserção na economia nacional**. (Dissertação de mestrado). UFPR, Curitiba, 1997.
- PINAZZA L. A.; ALIMANDRO, R.; TEJON M. J. L. (Org.). **Reestruturação no agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agribusiness, 1999. 266 p.
- PINHO, D. B. (Org.). **A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista: suas modificações e sua utilidade**. São Paulo: Editora Pioneira, 1996. 190 p.
- RAÍCES, C. **Guia valor econômico de agronegócios**. São Paulo: Globo, 2003. 91p.
- RIBEIRO, J. C.; SANTOS, J. F. A Localização da Indústria. In: COSTA, J. S. (Coord.). **Compêndio de Economia Regional**. Coimbra - Portugal: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional – APDR, 2002. 410 p.
- RIPPEL, R. **Os Encadeamentos produtivos de um complexo agroindustrial: um estudo da Frigobrás-Sadia de Toledo e das empresas comunitárias**. (Dissertação de mestrado). UFPR, Curitiba, 1995. 116 p.
- SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A. **Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico luterano no Oeste do Paraná**. Toledo: Editora UNIOESTE – FACITOL, 1994. 170 p.
- SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas, SP: INICAMP, IE, 1998. 211 p.
- WATKINS, M. H. Teoria do Crescimento Econômico Baseado no Produto Primário. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. 480 p.
- ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. 428 p.

ANEXOS

ANEXO 1

Quadro 4 - Retorno de ICMS para o município de Céu Azul - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	1.161.085,77	32,31	1.140.439,78	30,85	1.227.053,55	30,53	1.543.022,95	33,65	2.210.399,03	37,80	7.282.001,08	19,39
Indústria	366.576,43	10,20	349.091,76	9,44	284.743,32	7,09	512.435,02	11,18	650.478,64	11,12	2.163.325,17	5,76
Lar	246.661,08	6,86	178.493,10	4,83	134.689,04	3,35	381.467,33	8,32	459.678,17	7,86	1.400.988,72	3,73
Outras	119.915,35	3,34	170.598,66	4,62	150.054,28	3,73	130.967,69	2,86	190.800,47	3,26	762.336,45	2,03
Comércio	236.523,99	6,58	244.565,42	6,62	220.603,56	5,49	282.306,86	6,16	386.870,57	6,62	1.370.870,40	3,65
Produção Primária	557.167,29	15,51	545.318,45	14,75	719.095,67	17,89	747.639,26	16,31	1.172.639,73	20,05	3.741.860,40	9,96
Lar	35.948,62	1,00	38.097,64	1,03	39.456,25	0,98	45.034,85	0,98	91.701,03	1,57	250.238,39	0,67
Outras	521.218,67	14,50	507.220,81	13,72	679.639,42	16,91	702.604,42	15,32	1.080.938,70	18,49	3.491.622,02	9,30
Ações Fiscais/outros	818,06	0,02	1.464,15	0,04	2.611,00	0,06	641,81	0,01	410,09	0,01	5.945,11	0,02
2. Produção Agropecuária	399.237,81	11,11	411.317,15	11,13	442.656,08	11,01	592.853,45	12,93	786.933,22	13,46	2.632.997,71	7,01
Lar	163.189,59	4,54	163.860,50	4,43	166.142,50	4,13	269.239,28	5,87	370.134,77	6,33	1.132.566,64	3,02
Outras	236.048,22	6,57	247.456,65	6,69	276.513,58	6,88	323.614,17	7,06	416.798,45	7,13	1.500.431,07	3,99
3. População Rural	118.172,81	3,29	133.669,09	3,62	155.409,05	3,87	185.558,03	4,05	214.490,03	3,67	807.299,01	2,15
4. Propriedades Rurais	49.196,49	1,37	56.887,35	1,54	65.870,06	1,64	78.437,45	1,71	90.461,83	1,55	340.853,18	0,91
5. Área Territorial	128.467,50	3,58	145.311,96	3,93	167.306,92	4,16	199.845,42	4,36	230.842,21	3,95	871.774,01	2,32
6. Fator Ambiental	1.682.736,03	46,83	1.746.974,47	47,26	1.889.592,41	47,02	1.900.622,42	41,45	2.216.455,07	37,90	9.436.380,40	25,12
7. Distribuição igualitária	54.531,38	1,52	61.682,21	1,67	71.018,65	1,77	84.829,79	1,85	98.056,36	1,68	370.118,39	0,99
SOMAS	3.593.427,79	100,00	3.696.282,02	100,00	4.018.906,73	100,00	4.585.169,50	100,00	5.847.637,74	100,00	21.741.423,78	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa

ANEXO 2

Quadro 5 - Retorno de ICMS para o município de Itaipulândia - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	311.417,22	49,98	385.379,30	52,58	453.151,07	50,71	565.547,19	51,69	815.331,97	56,20	2.530.826,75	24,64
Indústria	60.265,65	9,67	65.125,82	8,89	79.234,47	8,87	108.566,47	9,92	175.074,38	12,07	488.266,79	4,75
Lar	0,00	0,00	13.578,65	1,85	23.085,92	2,58	41.925,45	3,83	36.560,81	2,52	115.150,83	1,12
Outras	60.265,65	9,67	51.547,17	7,03	56.148,54	6,28	66.641,02	6,09	138.513,57	9,55	373.115,95	3,63
Comércio	52.041,98	8,35	60.837,26	8,30	112.900,38	12,63	118.012,57	10,79	141.218,11	9,73	485.010,30	4,72
Produção Primária	198.462,84	31,85	258.828,31	35,32	260.241,41	29,12	337.966,92	30,89	497.979,32	34,33	1.553.478,80	15,13
Lar	0,00	0,00	2.712,77	0,37	4.567,58	0,51	4.813,10	0,44	4.952,16	0,34	17.045,61	0,17
Outras	198.462,84	31,85	256.115,53	34,95	255.673,83	28,61	333.153,81	30,45	493.027,16	33,99	1.536.433,17	14,96
Ações Fiscais/outros	646,75	0,10	587,92	0,08	774,81	0,09	1.001,24	0,09	1.060,15	0,07	4.070,87	0,04
2. Produção Agropecuária	120.293,47	19,31	147.941,29	20,19	170.737,45	19,11	204.235,31	18,67	259.524,45	17,89	902.731,97	8,79
Lar	62.354,20	10,01	79.760,49	10,88	83.208,44	9,31	111.747,27	10,21	148.741,37	10,25	485.811,77	4,73
Outras	57.939,27	9,30	68.180,80	9,30	87.529,00	9,80	92.488,04	8,45	110.783,08	7,64	416.920,19	4,06
3. População Rural	84.541,12	13,57	95.648,50	13,05	147.133,99	16,47	175.883,15	16,07	203.701,87	14,04	706.908,63	6,88
4. Propriedades Rurais	15.621,23	2,51	730,57	0,10	3.725,03	0,42	6.572,64	0,60	7.792,26	0,54	34.441,73	0,34
5. Área Territorial	36.703,32	5,89	41.525,06	5,67	47.809,23	5,35	57.117,47	5,22	66.104,87	4,56	249.259,95	2,43
6. Fator Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. Distribuição igualitária	54.504,78	8,75	61.665,86	8,41	70.998,03	7,95	84.820,19	7,75	98.235,85	6,77	370.224,71	3,61
SOMAS	623.081,14	100,00	732.890,57	100,00	893.554,79	100,00	1.094.175,95	100,00	1.450.691,26	100,00	4.794.393,71	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa

ANEXO 3

Quadro 6 - Retorno de ICMS para o município de Matelândia - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	701.162,11	27,54	800.787,18	28,68	1.086.233,40	32,33	1.617.413,30	39,36	2.251.626,25	43,97	6.457.222,24	20,26
Indústria	108.361,88	4,26	145.818,56	5,22	348.893,90	10,38	734.638,59	17,88	1.016.320,73	19,84	2.354.033,66	7,39
Lar	0,00	0,00	45.632,34	1,63	198.477,65	5,91	609.221,35	14,83	834.857,45	16,30	1.688.188,79	5,30
Outras	108.361,88	4,26	100.186,22	3,59	150.416,25	4,48	125.417,24	3,05	181.463,28	3,54	665.844,87	2,09
Comércio	159.116,35	6,25	193.122,40	6,92	230.676,64	6,87	248.876,39	6,06	304.875,96	5,95	1.136.667,74	3,57
Produção Primária	423.142,73	16,62	457.068,63	16,37	489.967,59	14,58	625.975,59	15,23	928.693,57	18,13	2.924.848,11	9,18
Lar	0,00	0,00	6.168,21	0,22	86.170,59	2,56	147.570,24	3,59	255.226,97	4,98	495.136,01	1,55
Outras	423.142,73	16,62	450.900,43	16,15	403.797,00	12,02	478.405,35	11,64	673.466,60	13,15	2.429.712,11	7,62
Ações Fiscais/outros	10.541,14	0,41	4.777,59	0,17	16.695,28	0,50	7.922,73	0,19	1.735,99	0,03	41.672,73	0,13
2. Produção Agropecuária	270.503,59	10,62	324.318,61	11,61	430.685,25	12,82	561.004,87	13,65	620.936,96	12,12	2.207.449,28	6,93
Lar	108.745,48	4,27	133.376,22	4,78	171.939,71	5,12	225.208,07	5,48	268.798,82	5,25	908.068,30	2,85
Outras	161.758,11	6,35	190.942,39	6,84	258.745,54	7,70	335.796,80	8,17	352.138,14	6,88	1.299.380,98	4,08
3. População Rural	141.523,04	5,56	160.040,79	5,73	200.634,92	5,97	239.519,21	5,83	277.236,81	5,41	1.018.954,77	3,20
4. Propriedades Rurais	64.931,52	2,55	74.696,97	2,67	82.710,89	2,46	88.841,59	2,16	102.508,68	2,00	413.689,65	1,30
5. Área Territorial	70.304,29	2,76	79.502,36	2,85	91.524,51	2,72	109.340,69	2,66	126.469,57	2,47	477.141,42	1,50
6. Fator Ambiental	1.243.197,23	48,83	1.291.469,18	46,25	1.397.298,08	41,59	1.408.199,67	34,27	1.644.411,50	32,11	6.984.575,66	21,91
7. Distribuição igualitária	54.537,99	2,14	61.674,08	2,21	71.000,28	2,11	84.820,37	2,06	98.177,21	1,92	370.209,93	1,16
SOMAS	2.546.159,77	100,00	2.792.489,17	100,00	3.360.087,32	100,00	4.109.139,70	100,00	5.121.366,99	100,00	17.929.242,95	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa

ANEXO 4

Quadro 7 - Retorno de ICMS para o município de Medianeira - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	2.384.726,67	78,64	3.579.672,92	107,21	2.983.775,72	77,22	3.387.618,16	75,58	4.018.030,32	75,76	16.353.823,79	31,26
Indústria	912.412,35	30,09	1.489.927,33	44,62	1.152.643,57	29,83	1.315.794,46	29,36	1.543.974,78	29,11	6.414.752,49	12,26
Lar	19.548,90	0,64	32.399,31	0,97	83.803,57	2,17	87.834,37	1,96	108.913,77	2,05	332.499,92	0,64
Outras	892.863,44	29,44	1.457.528,02	43,65	1.068.840,00	27,66	1.227.960,09	27,40	1.435.061,01	27,06	6.082.252,56	11,63
Comércio	877.504,97	28,94	1.307.556,38	39,16	1.108.917,06	28,70	1.167.957,30	26,06	1.289.916,89	24,32	5.751.852,60	11,00
Produção Primária	592.373,37	19,53	768.935,18	23,03	709.069,89	18,35	897.166,29	20,02	1.181.057,72	22,27	4.148.602,45	7,93
Lar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	592.373,37	19,53	768.935,18	23,03	709.069,89	18,35	897.166,29	20,02	1.181.057,72	22,27	4.148.602,45	7,93
Ações Fiscais/outros	2.435,98	0,08	13.254,03	0,40	13.145,20	0,34	6.700,12	0,15	3.080,93	0,06	38.616,26	0,07
2. Produção Agropecuária	287.099,49	9,47	461.990,81	13,84	414.268,70	10,72	536.275,90	11,97	638.535,31	12,04	2.338.170,21	4,47
Lar	95.526,03	3,15	184.049,75	5,51	160.857,82	4,16	215.934,01	4,82	276.375,22	5,21	932.742,83	1,78
Outras	191.573,46	6,32	277.941,05	8,32	253.410,88	6,56	320.341,89	7,15	362.160,08	6,83	1.405.427,36	2,69
3. População Rural	164.026,94	5,41	255.144,46	7,64	218.073,36	5,64	261.705,17	5,84	303.427,61	5,72	1.202.377,54	2,30
4. Propriedades Rurais	78.491,79	2,59	111.474,94	3,34	96.358,02	2,49	115.437,31	2,58	1.338.111,49	25,23	1.739.873,55	3,33
5. Área Territorial	35.594,31	1,17	55.366,39	1,66	46.345,92	1,20	55.366,94	1,24	641.485,76	12,09	834.159,32	1,59
6. Fator Ambiental	28.093,39	0,93	43.967,51	1,32	34.207,90	0,89	40.676,79	0,91	47.580,09	0,90	194.525,68	0,37
7. Distribuição igualitária	54.533,80	1,80	84.827,50	2,54	71.007,13	1,84	84.827,50	1,89	98.351,16	1,85	393.547,09	0,75
SOMAS	3.032.566,38	100,00	3.338.924,75	100,00	3.864.036,76	100,00	4.481.907,78	100,00	5.303.881,21	100,00	23.056.477,18	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa

ANEXO 5

Quadro 8 - Retorno de ICMS para o município de Missal - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	646.553,14	51,53	744.307,19	50,50	819.604,86	48,82	964.079,09	48,39	1.271.136,95	51,59	4.445.681,23	23,64
Indústria	105.517,86	8,41	125.590,45	8,52	146.548,41	8,73	137.995,64	6,93	182.756,30	7,42	698.408,66	3,71
Lar	44.631,82	3,56	42.755,10	2,90	76.124,19	4,53	73.687,20	3,70	103.176,67	4,19	340.374,98	1,81
Outras	60.886,03	4,85	82.835,35	5,62	70.424,22	4,19	64.308,44	3,23	79.579,63	3,23	358.033,67	1,90
Comércio	145.573,78	11,60	120.352,26	8,17	150.469,00	8,96	207.493,05	10,42	247.869,78	10,06	871.757,87	4,64
Produção Primária	394.883,99	31,47	496.689,70	33,70	521.594,72	31,07	617.491,29	31,00	839.769,25	34,08	2.870.428,95	15,26
Lar	12.150,66	0,97	8.848,27	0,60	11.532,67	0,69	9.744,92	0,49	10.787,45	0,44	53.063,97	0,28
Outras	382.733,33	30,50	487.841,43	33,10	510.062,06	30,38	607.746,36	30,51	828.981,80	33,64	2.817.364,98	14,98
Ações Fiscais/outros	577,51	0,05	1.674,78	0,11	992,73	0,06	1.099,11	0,06	741,62	0,03	5.085,75	0,03
2. Produção Agropecuária	253.730,49	20,22	325.008,96	22,05	374.693,71	22,32	450.573,69	22,62	525.134,71	21,31	1.929.141,56	10,26
Lar	133.729,99	10,66	167.577,85	11,37	182.187,36	10,85	227.684,58	11,43	269.380,35	10,93	980.560,13	5,21
Outras	120.000,50	9,56	157.431,11	10,68	192.506,35	11,47	222.889,10	11,19	255.754,36	10,38	948.581,42	5,04
3. População Rural	185.044,96	14,75	209.270,88	14,20	261.440,19	15,57	311.966,67	15,66	361.189,32	14,66	1.328.912,02	7,07
4. Propriedades Rurais	80.300,77	6,40	94.468,86	6,41	107.096,86	6,38	126.806,50	6,37	145.894,36	5,92	554.567,35	2,95
5. Área Territorial	34.669,61	2,76	39.208,05	2,66	45.149,11	2,69	53.933,00	2,71	62.398,62	2,53	235.358,39	1,25
6. Fator Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. Distribuição igualitária	54.527,31	4,35	61.665,98	4,18	71.010,01	4,23	84.824,38	4,26	98.208,12	3,99	370.235,80	1,97
SOMAS	1.254.826,28	100,00	1.473.929,92	100,00	1.678.994,74	100,00	1.992.183,34	100,00	2.463.962,08	100,00	8.863.896,36	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa

ANEXO 6

Quadro 9 - Retorno de ICMS para o município de Salta Helena - 2000/2004

Critérios	2000		2001		2002		2003		2004		Total Acumulado	
	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total	Retorno (R\$)	% Total
1. Valor Adicionado	1.038.511,64	45,28	1.302.756,05	47,61	1.430.767,00	46,60	1.650.620,02	46,60	2.364.549,28	51,44	7.787.203,99	25,89
Indústria	115.174,38	5,02	121.506,91	4,44	171.526,26	5,59	148.656,25	4,20	184.793,56	4,02	741.657,36	2,47
Lar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	115.174,38	5,02	121.506,91	4,44	171.526,26	5,59	148.656,25	4,20	184.793,56	4,02	741.657,36	2,47
Comércio	264.487,78	11,53	309.005,38	11,29	353.761,21	11,52	340.510,11	9,61	451.173,05	9,82	1.718.937,53	5,71
Produção Primária	657.284,90	28,66	868.404,87	31,74	904.014,90	29,45	1.160.863,46	32,77	1.725.592,11	37,54	5.316.160,24	17,67
Lar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	657.284,90	28,66	868.404,87	31,74	904.014,90	29,45	1.160.863,46	32,77	1.725.592,11	37,54	5.316.160,24	17,67
Ações Fiscais/outros	1.564,58	0,07	3.838,89	0,14	1.464,64	0,05	590,20	0,02	2.990,57	0,07	10.448,88	0,03
2. Produção Agropecuária	484.106,53	21,11	549.149,80	20,07	599.810,17	19,54	656.792,16	18,54	807.855,97	17,58	3.097.714,63	10,30
Lar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. População Rural	384.840,27	16,78	435.242,95	15,91	510.936,40	16,64	609.736,59	17,21	703.503,69	15,31	2.644.259,90	8,79
4. Propriedades Rurais	137.837,87	6,01	162.576,25	5,94	186.353,36	6,07	221.422,92	6,25	253.833,07	5,52	962.023,47	3,20
5. Área Territorial	82.420,43	3,59	93.213,92	3,41	107.345,57	3,50	128.230,75	3,62	147.846,14	3,22	559.056,81	1,86
6. Fator Ambiental	111.528,37	4,86	131.774,28	4,82	163.851,72	5,34	190.451,92	5,38	220.814,46	4,80	818.420,75	2,72
7. Distribuição igualitária	54.523,30	2,38	61.664,24	2,25	71.012,81	2,31	84.828,23	2,39	97.873,37	2,13	369.901,95	1,23
SOMAS	2.293.768,40	100,00	2.736.377,49	100,00	3.070.077,03	100,00	3.542.082,59	100,00	4.596.275,98	100,00	16.238.581,49	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa

ANEXO 7

Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa Lar de 2000

NOTA 10- FINANCIAMENTOS

Os Financiamentos estão assim compostos:

FINALIDADE	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
Securitização	185.462	207.671
Comercialização	14.545.193	-
Investimentos	1.202.596	30.273.308
Contratos de Câmbio	23.483.430	-
Racoop	1.084.026	11.684.317
Reposse	1.091.296	-
Total	41.592.003	42.165.296

a. Os financiamentos possuem amortizações que variam entre o mês de Janeiro/2001 e Junho/2015.

b. Como garantias dos financiamentos, foram oferecidos penhor mercantil, os bens financiados, aval dos Diretores e hipotecas de imóveis.

NOTA 11 - PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

a. Outros débitos a pagar:	Itans-Paraná Imais Empregos	153.632
	Permuta suínos Sudcoop	2.609
	Total	156.241

NOTA 12- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Os aumentos e baixas desse grupo estão discriminados nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 13- COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros estão contratados por valores suficientes para cobrir eventuais perdas sobre Ativos.

Medianeira (Pr), 31 de Dezembro de 2.000

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31.12.00 - R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2000	1999	
A) ORIGEM DOS RECURSOS	43.360.815	44.700.404	
Sobra Líquida Exercício	475.788	221.606	
Depreciação	1.727.431	789.214	
Depreciação Bens Reavaliados	1.730.470	2.196.639	
Amortização	1.795.600	25.611	
Aumento de Capital	1.769.174	685.755	
Aumento Fundos Reservas	3.268.657	6.971.878	
Aumento Exig. Longo Prazo	10.682.311	24.608.298	
Alienação Bens At. Perm.	1.972.144	3.366.809	
Baixas Imob. por Transferência	19.939.240	5.834.594	
B) APLICAÇÕES DE RECURSOS	39.092.642	47.776.179	
Aquisição de Invest.	134.852	266.991	
Aquisição Bens Imob.	30.243.081	28.609.877	
Aquisição Ativo Diferido	1.123.482	8.492.157	
Aumento Real. Longo Prazo	5.718.315	5.818.928	
Realização Reserva Reavaliação	1.872.912	4.588.226	
C) AUMENTO DO CAP. CIRCULANTE	4.268.173	(3.075.775)	
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA	2000	1999	AUMENTO CAPITAL CIRCULANTE
ATIVO CIRCULANTE	66.268.049	55.575.002	10.693.047
PASSIVO CIRCULANTE	59.151.651	52.726.777	6.424.874
CAPITAL CIRCULANTE	7.116.398	2.848.225	4.268.173

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.00-R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2000	1999
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		
VENDAS		
Matérias Primas	34.686.410	34.038.829
Produtos Acabados	99.970.952	70.210.749
Produtos Agrícolas	8.883.996	22.807.045
Produtos Pecuários	21.529.322	13.731.541
Produtos em Formação	250.395	294.687
Bens de Fornecimento	58.074.743	50.829.401
Supermercados	31.188.646	30.244.222
Total	254.584.464	222.156.474
(-) Impostos s/ Vendas		
ICMS, PIS e COFINS	8.857.768	7.467.474
VENDAS LIQUIDAS	245.726.696	214.689.000
(-) Custos das Vendas		
Matérias Primas	33.439.654	31.801.295
Produtos Acabados	80.990.747	58.125.525
Produtos Agrícolas	7.658.646	19.809.253
Produtos Pecuários	21.116.192	13.538.249
Produtos em Formação	215.346	154.681
Bens de Fornecimento	47.488.990	40.759.693
Supermercados	25.719.408	23.922.518
Total	216.628.983	188.111.214
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	29.097.713	26.577.786
RECEITAS		
Operacionais	1.578.704	1.835.236
Financeiras	3.610.505	5.558.032
Total	5.189.209	7.393.268
DESPESAS		
Cons. Adm. e Fiscal	280.612	240.917
Pessoal	5.299.739	5.474.037
Operacionais	6.146.093	6.013.045
Com Vendas	9.579.595	6.674.508
Tributários	806.673	641.454
Financeiras	9.784.028	14.363.038
Total	31.896.740	33.406.999
RESULTADO LIQ. OPERACIONAL	2.390.182	564.055
APURAÇÃO RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
Receitas	200.777	1.438.510
(-) Despesas	155.579	870.014
Resultado não Operacional	45.198	568.496
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	2.435.380	1.132.551
(-) Provisão p/ Cont. Social/IRPJ	4.585	-
RESULTADO APÓS AS PROVISÕES	2.430.795	1.132.551
DESTINAÇÃO LEGAL		
(-) Equivalência Patrimonial Destinada ao Fundo de Reserva	51.855	24.527
RESULTADO PARA DESTINAÇÃO LEGAL	2.378.940	1.108.024
DESTINAÇÃO ESTATUTÁRIA		
(-) Fatos	118.947	55.401
(-) Fundo de Reserva Legal	237.894	110.802
(-) Conta Capital	713.682	332.407
(-) Fundo de Desenvolvimento	832.629	387.808
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	475.788	221.606

ANEXO 8

Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa Lar de 2001

NOTA 10 - FINANCIAMENTOS

Os financiamentos estão assim compostos:

FINALIDADE	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
Securitização	354.598	21.382
Comercialização	22.379.228	
Investimentos	4.859.456	28.873.016
Contratos de Câmbio	20.647.571	
Recap	1.405.166	12.951.504
Repass	570.079	
Total	50.216.098	41.845.902

a. Os financiamentos possuem amortizações que variam entre o mês de Janeiro/2002 a Junho/2015.

b. Como garantias dos financiamentos, foram oferecidos por: mercantil, os bens financiados, aval dos Diretores e hipotecas de imóveis.

NOTA 11 - PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

a. Outros débitos a pagar:	Itens-Paraná mais Empregos	915.235
	Total	915.235

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Os incrementos e baixas desse grupo estão discriminados nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 13 - COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros estão contratados por valores suficientes para cobrir eventuais perdas sobre Ativos.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS em 31/12/01 em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2001	2000	
A) ORIGEM DOS RECURSOS	32.369.610	43.360.815	
Sobra Líquida Exercício	2.082.214	475.788	
Depreciação	4.228.296	1.727.431	
Depreciação Bens Reavaliados	2.109.724	1.730.470	
Amortização	2.244.514	1.795.600	
Aumento de Capital	1.395.894	1.749.174	
Aumento Fundos Reservas	9.446.295	3.268.657	
Aumento Exig. Longo Prazo	-	10.682.311	
Alienação Bens At. Perm.	1.009.135	1.972.144	
Beizas Imob. por Transferência	1.303.348	19.939.240	
Redução Realizável Longo Prazo	8.550.190	-	
B) APLICAÇÕES DE RECURSOS	16.856.941	39.092.642	
Aquisição de Invest.	411.714	134.852	
Aquisição Bens Imob.	8.294.571	30.243.081	
Aquisição Ativo Diferido	43.199	1.123.482	
Aumento Real Longo Prazo	-	5.718.315	
Realização Reserva Reavaliação	2.331.207	1.872.912	
Redução Exigível Longo Prazo	5.776.250	-	
C) AUMENTO DO CAP. CIRCULANTE	15.512.669	4.268.173	
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA	2001	2000	AUMENTO CAPITAL CIRCULANTE
ATIVO CIRCULANTE	96.876.612	66.268.049	30.608.563
PASSIVO CIRCULANTE	74.247.545	59.151.651	15.095.894
CAPITAL CIRCULANTE	22.629.067	7.116.398	15.512.669

*Mediana PR, 31 de dezembro de 2001.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO Encerrado em 31/12/01 - R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2001	2000
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		
VENDAS		
Matérias Primas	22.621.777	34.686.410
Produtos Acabados	179.567.860	99.970.952
Produtos Agrícolas	16.609.646	8.383.996
Produtos Pecuaríes	27.410.421	21.529.322
Produtos em Formação	296.869	250.395
Bens de Fornecimento Supermercados	64.906.494	58.074.743
	25.191.622	31.188.646
Total	336.604.689	254.584.464
(-) Impostos s/ Vendas ICMS, PIS e COFINS	11.375.932	8.857.768
VENDAS LÍQUIDAS	325.228.757	245.726.696
(-) Custos das Vendas		
Matérias Primas	19.505.913	33.439.654
Produtos Acabados	133.896.294	80.990.747
Produtos Agrícolas	14.112.321	7.658.646
Produtos Pecuaríes	26.714.200	21.116.192
Produtos em Formação	289.332	215.346
Bens de Fornecimento Supermercados	52.965.157	47.488.990
	20.448.465	25.719.408
Total	267.931.682	216.628.983
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL RECEITAS	57.297.075	29.097.713
Operacionais	3.150.726	1.578.704
Financeiras	6.963.464	3.610.505
Total	10.114.190	5.189.209
DESPESAS		
Carreg. Adm. e Fiscal	319.594	288.612
Passível	5.945.074	5.299.739
Operacionais	8.622.666	6.146.093
Com Vendas	16.223.619	9.579.595
Tributárias	1.127.790	806.673
Financeiras	24.617.333	9.784.028
Total	56.856.076	31.896.740
RESULTADO LIQ. OPERACIONAL	10.555.189	2.390.182
APURAÇÃO RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
Receitas	374.772	200.777
(-) Despesas	285.314	155.579
Resultado não Operacional	89.458	45.198
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	10.644.647	2.435.380
(-) Provisões/ Contr. Social/IRPJ	92.816	4.585
RESULTADO APÓS AS PROVISÕES	10.551.831	2.430.795
DESTINAÇÃO LEGAL		
(-) Equivalência Patrimonial Destinada ao Fundo de Reserva	148.758	51.855
RESULTADO PARA DESTINAÇÃO LEGAL	10.411.073	2.378.940
DESTINAÇÃO ESTATUTÁRIA		
(-) Totais	520.554	118.947
(-) Fundo de Reserva Legal	4.684.983	237.894
(-) Contr. Capital	3.123.322	713.682
(-) Fundo de Desenvolvimento	-	832.629
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	2.082.214	475.788

ANEXO 9

Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa Lar de 2002

NOTA 11 - PASSIVO CIRCULANTE

a. Débitos com associados:	Produtos a Fixar	8.131.532
	Contas Corrente	7.708.449
	Total	15.839.981
b. Outros débitos a pagar:	Contas Corrente	329.685
	Mercadorias a Entregar	10.582.252
	Total	10.911.937

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS

Os Financiamentos estão assim compostos:

FINALIDADE	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
Securitização	42.125	365.753
Comercialização	21.004.914	-
Investimentos	5.499.548	26.785.618
Contratos de Câmbio	23.810.063	-
Recoop	1.045.591	11.969.505
Comercialização - EXIM	15.416.637	3.641.370
Total	66.818.878	42.762.347

a. Os financiamentos possuem vencimentos entre o mês de Janeiro/2003 a Outubro/2027 e taxas que variam de 8,75% a 24,68% ao ano.

b. Como garantias dos financiamentos, foram oferecidos penhor mercantil, os bens financiados, aval dos Diretores e hipotecas de imóveis.

NOTA 13 - PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

a. Outros débitos a pagar:	Permuta Suínos Sudcoop	20.050
	loms Paraná mais Empregos	1.869.955
	Total	1.890.005

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Os incrementos e baixas desse grupo estão discriminados nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros estão contratados por valores suficientes para cobrir eventuais perdas sobre Ativos, na ocorrência de incêndio, vendaval, raio, roubo, danos elétricos e lucros cessantes.

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E
APLICAÇÕES DE RECURSOS LEVANTADAS
EM 31/12/02 - R\$ 1,00**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2001	
A) ORIGEM DOS RECURSOS	31.969.199	32.369.610	
Sobra Líquida Exercício	3.167.025	2.082.214	
Depreciação	4.931.690	4.228.296	
Depreciação Bens Reavaliados	2.104.923	2.109.724	
Amortização	2.153.048	2.244.514	
Aumento de Capital	487.863	1.395.894	
Aumento Fundos Reservas	13.988.552	9.446.295	
Aumento Exlg. Longo Prazo	4.184.847	-	
Alienação Bens Ativo Permanente	605.361	1.009.135	
Baixas Imob. por Transferência	845.900	1.303.348	
Redução Realizável Longo Prazo	-	8.550.190	
B) APLICAÇÕES DE RECURSOS	22.993.225	16.856.941	
Aquisição de Investimentos	554.339	411.714	
Aquisição Bens Imobilizados	17.445.549	8.294.571	
Aquisição Ativo Diferido	414.668	43.199	
Aumento Real. Longo Prazo	2.444.072	-	
Realização Reserva Reavaliação	2.134.597	2.331.207	
Redução Exigível Longo Prazo	-	5.776.250	
C) AUMENTO DO CAP. CIRCULANTE	8.975.974	15.512.669	
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA	2002	2001	AUMENTO CAP. CIRCULANTE
ATIVO CIRCULANTE	141.814.011	96.876.612	44.937.399
PASSIVO CIRCULANTE	110.208.970	74.247.545	35.961.425
CAPITAL CIRCULANTE	31.605.041	22.629.067	8.975.974

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO (SOBRAS/PERDAS)
LEVANTADO EM 31/12/02 - R\$ 1,00**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2001
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		
VENDAS		
Matérias Primas	39.825.020	22.521.777
Produtos Acabados	268.737.336	179.567.860
Produtos Agrícolas	28.897.562	16.509.646
Produtos Pecuários	31.447.882	27.410.421
Produtos em Formação	351.530	296.889
Bens de Fornecimento	84.628.118	64.906.494
Supermercados	23.485.379	25.191.622
Total	477.372.827	336.604.889
(-) Impostos s/Vendas ICMS, PIS e COFINS	15.934.864	11.375.932
VENDAS LÍQUIDAS	461.437.963	325.228.757
(-) Custos das Vendas		
Matérias Primas	39.580.663	19.505.913
Produtos Acabados	212.892.494	133.896.294
Produtos Agrícolas	22.302.796	14.112.321
Produtos Pecuários	31.803.407	26.714.200
Produtos em Formação	304.341	289.332
Bens de Fornecimento	67.180.306	52.965.157
Supermercados	18.398.860	20.448.455
Total	392.462.867	267.931.682
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	68.975.096	57.297.075
RECEITAS		
Operacionais	3.528.643	3.150.726
Financeiras	6.732.282	6.963.464
Total	10.260.925	10.114.190
DESPESAS		
Cons. Adm. e Fiscal	421.239	319.594
Pessoal	7.122.757	5.945.074
Operacionais	10.061.479	8.622.666
Com Vendas	25.526.638	16.223.619
Tributárias	1.462.225	1.127.790
Financeiras	18.650.831	24.617.333
Total	63.245.179	56.856.076
RESULTADO LIQ. OPERACIONAL	15.990.842	10.555.189
APURAÇÃO RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
Receitas	464.156	374.772
(-) Despesas	103.111	285.314
Resultado não Operacional	361.045	89.458
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	16.351.887	10.644.647
(-) Provisão p/ Contr. Social/IRPJ	292.451	92.816
RESULTADO APÓS AS PROVISÕES	16.059.436	10.551.831
(-) Transf p/FATES Resultado Terceiros	131.360	-
DESTINAÇÃO LEGAL		
(-) Equivalência Patrimonial Destinada ao Fundo de Reserva	92.953	140.758
RESULTADO PARA DESTINAÇÃO LEGAL	15.835.123	10.411.073
DESTINAÇÃO ESTATUTÁRIA		
(-) Fates	791.756	520.554
(-) Fundo de Reserva Legal	7.125.805	4.684.983
(-) Conta Capital	4.750.537	3.123.322
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	3.167.025	2.082.214

ANEXO 10

Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa Lar de 2003

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS

Os Financiamentos estão assim compostos: 2003

FINALIDADE	CIRCULANTE	LONG. PRAZ.	TOTAL	2002
Securilização	66.894	320.754	387.458	407.878
Comercialização	34.654.326	-	34.654.326	21.004.914
Investimentos	6.271.069	41.886.918	48.158.017	32.265.165
Contratos de Câmbio	34.418.539	-	34.418.539	25.810.063
Recoop	1.031.834	10.844.425	11.876.069	13.015.197
EXIM - Especial	14.136.353	12.067.911	26.254.274	19.050.007
T total	90.628.656	65.120.018	155.748.673	109.581.225

a. Os financiamentos possuem vencimentos entre o mês de Janeiro/2004 a Outubro/2025 e taxas que variam de 8,75% a TJLP + 7% ao ano e variação cambial.

b. Como garantias dos financiamentos, foram oferecidos penhor mercantil, os bens financiados, aval dos Diretores e hipotecas de imóveis.

NOTA 13 - PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

a. Outros débitos a pagar:	2003	2002
Permuta Suínos Sudcoop	12.424	20.050
Icms Paraná mais Empregos	2.795.475	1.869.956
Total	2.807.899	1.890.006

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Os incrementos e baixas desse grupo estão discriminados nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTAS 15 - CAPITAL SOCIAL

Descrição	2003	2002
Capital Social Integralizado	27.906.852	20.589.739
Valor da quota-parte	1	1
Número de quotas-parte	27.906.852	20.689.739
Número de Associados	6.823	6.236

NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros estão contratados por valores suficientes para cobrir eventuais perdas sobre Ativos, na ocorrência de incêndio, vendaval, raio, roubo, danos elétricos e lucros cessantes.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS LEVANTADAS
 EM 31/12/03 - R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2003	2002	
A) ORIGEM DOS RECURSOS	79.654.318	31.969.199	
Sobra Líquida Exercício	5.129.288	3.167.025	
Depreciação	5.726.654	4.931.600	
Depreciação Bens Reavaliados	2.079.043	2.104.923	
Amortização	1.007.704	2.153.048	
Aumento de Capital	7.217.113	487.853	
Aumento Funções Reservas	16.046.241	13.988.552	
Aumento Exig. Longo Prazo	28.910.915	4.184.847	
Alienação Bens Ativo Permanente	588.691	605.361	
Baixas Imob. por Transferência	12.948.669	345.900	
B) APLICAÇÕES DE RECURSOS	69.879.254	22.993.225	
Aquisição de Investimentos	831.090	554.339	
Aquisição Bens Imobilizados	56.915.654	17.445.549	
Aquisição Ativo Diferido	3.103.754	414.658	
Aumento Real. Longo Prazo	3.611.359	2.444.072	
Realização Reserva Reavaliação	2.200.362	2.134.597	
Sobras/2002 Distribuídas	3.167.025	-	
C) AUMENTO DO CAP. CIRCULANTE	9.775.064	8.975.974	
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA	2003	2002	AUMENTO CAP. CIRCULANTE
ATIVO CIRCULANTE	185.888.278	141.814.011	44.074.267
PASSIVO CIRCULANTE	144.508.173	110.208.970	34.299.203
CAPITAL CIRCULANTE	41.380.105	31.605.041	9.775.064

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO (SOBRAS/PERDAS)
 LEVANTADO EM 31/12/03 - R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	ASSOCIADOS	TERCEIROS	TOTAL	2002
INGRESSOS E RECEITAS BRUTAS				
Matérias Primas	35.464.802	11.973.807	47.438.609	36.325.020
Produtos Acabados	267.624.450	90.305.835	357.930.285	268.737.339
Produtos Agrícolas	57.898.206	5.089.398	62.987.604	28.897.562
Produtos Pecuários	57.148.058	542.747	57.690.805	31.447.882
Produtos em Formação	458.449	185.259	643.708	351.530
Bens de Fornecimento	118.146.791	19.521.341	137.668.132	84.628.118
Supermercados	27.910.564	6.785.805	34.696.369	23.485.379
Total	544.671.326	134.435.162	679.076.488	477.372.627
(-) Impostos s/ Ingressos e Receitas				
ICMS, Pis e Cofins	15.223.419	5.699.201	20.928.620	15.934.864
INGRESSOS E RECEITAS LÍQUIDAS	529.447.907	128.735.961	658.183.868	461.437.963
(-) Dispendios e Custas				
Matérias Primas	34.785.636	11.731.135	46.496.771	39.580.663
Produtos Acabados	213.441.469	72.022.579	285.464.048	212.892.494
Produtos Agrícolas	51.591.215	4.534.987	56.126.212	22.302.796
Produtos Pecuários	36.418.334	532.086	36.950.420	31.803.407
Produtos em Formação	442.995	179.014	622.009	304.341
Bens de Fornecimento	92.262.258	15.247.755	107.510.013	67.180.316
Supermercados	23.754.348	5.785.395	29.539.743	18.338.693
Total	462.736.256	110.033.451	572.769.716	392.432.867
SOBRA E LUCRO BRUTO OPERACIONAL	76.705.652	16.672.500	93.378.152	68.975.096
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS				
Operacionais	9.177.694	1.625.946	10.803.640	3.528.643
Financeiras	6.552.846	1.160.780	7.712.626	6.732.282
Total	15.729.730	2.786.726	18.516.456	10.260.925
DISPÊNDIOS E DESPESAS				
Conts. Adm. e Fiscal	526.048	97.663	623.711	421.239
Pessoal	8.285.642	1.529.180	9.814.822	7.122.767
Operacionais	14.795.144	2.730.494	17.525.638	10.061.479
Com Vários	25.186.582	9.504.758	34.691.340	25.506.638
Tributárias	1.913.674	353.174	2.266.848	1.462.225
Financeiras	14.947.661	6.406.140	21.353.801	16.850.831
Total	66.575.351	21.040.829	87.616.180	63.245.179
SOBRA E LUCRO OPERACIONAL	25.860.031	418.397	26.278.428	15.990.842
APURAÇÃO RESULTADO NÃO OPERACIONAL				
Ficções	335.039	66.259	401.298	464.156
(-) Despesas	268.021	53.000	321.021	103.111
Resultado não Operacional	67.018	13.259	80.277	361.045
SOBRA E LUCRO LÍQUIDOS PROV.	25.927.079	431.656	26.358.735	16.351.887
(-) Provisão p/ Contr. Social (TRP)	-	41.496	41.496	292.451
SOBRA E LUCRO LÍQUIDOS PROMISSÕES	25.927.079	390.160	26.317.239	16.059.436
Resultado Operações C/ Terceiros	-	(390.160)	(390.160)	(131.360)
DESTINAÇÃO LEGAL				
(-) Equiv. Encob. Patrimonial Destinada ao Fundo de Reserva	280.641	-	280.641	62.963
RESULTADO PARA DEST. LEGAL	26.646.438	-	26.646.438	15.935.123
DESTINAÇÃO ESTATUTÁRIA				
(-) Fidei	1.282.322	-	1.282.322	791.759
(-) Fundo de Reserva Legal	11.540.897	-	11.540.897	7.125.805
(-) Conta Capital	7.823.931	-	7.823.931	4.750.537
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	5.129.293	-	5.129.293	3.167.025

ANEXO 11

Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa Lar de 2004

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS

Os Financiamentos estão assim compostos: 2004

FINALIDADE	CIRCULANTE	LONG. PRAZ.	TOTAL	2003
Securitização	74.176	313.754	387.940	387.458
Comercialização	67.865.287	0	67.865.287	34.654.326
Investimentos	8.492.263	51.236.432	59.728.695	48.158.017
Contratos de Câmbio	58.120.357	0	58.120.357	34.418.539
Recoop	1.002.232	11.116.227	12.118.519	11.875.059
EXIM - Especial	11.266.753	20.458.055	31.724.808	26.254.274
Total	146.821.138	83.124.478	229.945.616	155.748.673

a. Os financiamentos possuem vencimentos entre o mês de Janeiro/2005 a Outubro/2025 e taxas que variam de 8,75% a 24,50% ao ano.

b. Como garantias dos financiamentos, foram oferecidos penhor mercantil, os bens financiados, aval dos Diretores e hipotecas de imóveis.

NOTA 13 - PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

a. Outros débitos a pagar:	2004	2003
Permuta Suínos Sudcoop	2.450	12.424
lcms Paraná mais Empregos	2.952.464	2.755.475
Total	2.954.934	2.867.899

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Os incrementos e baixas desse grupo estão discriminados nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTAS 15 - CAPITAL SOCIAL

Descrição	2004	2003
Capital Social Integralizado	34.980.233	27.906.652
Valor da quota-parte	1	1
Número de quotas-parte	34.980.233	27.906.652
Número de Associados	7.693	6.523

NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros estão contratados por valores suficientes para cobrir eventuais perdas sobre Ativos, na ocorrência de incêndio, vendaval, raios, roubo, danos elétricos e lucros cessantes.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS LEVANTADAS
 EM 31/12/04 - R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2004	2003	
A) ORIGEM DOS RECURSOS	125.327.116	79.654.318	
Sobra Líquida Exercício	5.094.584	5.129.288	
Depreciação	8.936.205	5.726.654	
Depreciação Bens Reavaliados	2.557.960	2.079.043	
Amortização	1.457.325	1.007.704	
Aumento da Capital	7.073.382	7.217.113	
Aumento Fundos Reservas	16.408.333	16.046.241	
Aumento Exig. Longo Prazo	19.899.916	28.910.915	
Alienação Bens At. Perm.	386.268	588.691	
Baixas Imob. por Transferência	61.078.621	12.946.669	
Baixas Investimentos	2.434.522	0	
B) APLICAÇÕES DE RECURSOS	120.484.900	69.679.254	
Aquisição de Invest.	851.053	881.090	
Aquisição Bens Imob	107.976.676	56.915.654	
Aquisição Ativo Diferido	4.205.240	3.103.764	
Aumento Real Longo Prazo	580.359	3.611.359	
Realização Reserva Reavaliação	1.742.284	2.200.362	
Sobras/2003 Distribuídas	5.129.298	3.167.025	
C) AUMENTO DO CAP. CIRCULANTE	4.842.216	9.775.064	
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA	2004	2003	AUMENTO CAPITAL CIRCULANTE
ATIVO CIRCULANTE	276.974.808	185.888.278	91.086.530
PASSIVO CIRCULANTE	230.752.487	144.508.173	86.244.314
CAPITAL CIRCULANTE	45.222.321	41.380.105	4.842.216

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO (SOBRAS/PERDAS)		
LEVANTADO EM 31/12/04 - R\$ 1,00		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2003
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		
VENDAS		
Matérias Primas	56.162.144	47.458.659
Produtos Acabados	447.019.633	357.900.253
Produtos Agrícolas	60.714.642	62.987.604
Produtos Pecuários	35.063.596	37.590.803
Produtos em Formação	731.025	643.708
Bens de Fomento	195.337.573	137.658.132
Supermercados	55.638.363	34.637.369
Total	854.686.976	679.078.468
(-) Impostos e/ou Vendas ICMS, PIS e COFINS	25.156.337	20.929.620
VENDAS LÍQUIDAS	829.530.639	658.147.848
(-) Custos das Vendas		
Matérias Primas	49.872.445	45.496.771
Produtos Acabados	365.968.454	285.464.048
Produtos Agrícolas	58.760.105	56.126.212
Produtos Pecuários	36.736.785	38.950.420
Produtos em Formação	1.406.419	622.009
Bens de Fomento	153.249.901	107.530.013
Supermercados	42.489.925	29.580.243
Total	708.504.075	562.769.716
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	121.026.564	95.378.132
RECEITAS		
Operacionais	13.938.279	10.803.530
Financeiras	9.249.444	7.712.825
Total	23.187.723	18.516.356
DESPESAS		
Corr. Adm e Fiscal	714.239	623.131
Pessoal	16.405.094	9.815.022
Operacionais	29.624.344	17.525.638
Com Vendas	42.478.200	36.031.740
Tributárias	2.911.654	2.356.843
Financeiras	25.629.243	21.353.801
Total	118.762.714	87.616.180
RESULTADO LÍQ. OPERACIONAL	25.451.573	26.279.423
AFURAÇÃO RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
Receitas	528.617	401.328
(-) Despesas	264.068	321.021
Resultado não Operacional	264.549	80.307
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	25.866.322	25.358.735
(-) Provisão p/ Contr. Social (RPP)	0	41.496
RESULTADO APÓS AS PROVISÕES	25.866.322	26.317.259
(-) Transf. p/ FATES Resultado Terceiros	0	390.160
DESTINAÇÃO LEGAL		
(-) Equilíbrio a Patrimonial Destinada ao Fundo de Reserva	223.404	280.541
RESULTADO PARA DESTINAÇÃO LEGAL	25.472.918	25.846.438
DESTINAÇÃO ESTATUTÁRIA		
(-) Fatas	1.273.645	1.282.322
(-) Fundo de Reserva Legal	11.462.813	11.540.337
(-) Conta Capital	7.641.675	7.889.931
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.D.	5.894.584	5.129.298

ANEXO 12

Autorização para utilização dos dados da Cooperativa Agroindustrial Lar



Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste
Sr. Dr. Miguel Angel Uribe Opazo

AUTORIZAÇÃO

A Cooperativa Agroindustrial Lar autoriza o mestrando Luiz Gilberto Birck a utilizar os dados dessa Cooperativa em seu trabalho de mestrado denominado AGRONEGÓCIO COOPERATIVO A FORÇA ECONÔMICA DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR".

Tão logo tenham concluído o trabalho, solicitamos o envio de uma cópia para arquivo.

Atenciosamente



Ademir Pereira da Silva
Gerente Div. Estratégias e Logística